

CONGRESSO NACIONAL**SUMÁRIO****1— ATA DA 39ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE JUNHO DE 1991****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Offícios**

— Da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PRN/PSC/PST/PMN, indicando o Deputado Freire Júnior, como Membro Suplente da Comissão Mista de Orçamento.

— Da Liderança do PDC, indicando o Deputado Ariosto Holanda para integrar, em substituição ao Deputado Eduardo Matias, a Comissão Mista de Inquérito destinada a investigar as causas do atraso tecnológico dos processos produtivos da indústria brasileira.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 593/91-CN, de autoria do Deputado João Faustino, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar, em profundidade, a crise da universidade brasileira, especialmente, no que diz respeito à evasão de recursos humanos e outros temas.

— Nº 594/91-CN, de autoria do Deputado José Carlos Sabóia e outros, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar graves denúncias de irregularidades no gerenciamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS. **Declarado prejudicado.**

— Nº 595/91-CN, de autoria da Deputada Maria Luiza Fontenele, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar e trazer a público, a verdadeira situação do Sistema Financeiro de Habitação.

1.2.3 — Discursos do Expediente

— DEPUTADO CARLOS LUPI — Denúncias sobre o tráfico de entorpecentes no Brasil. Transcrição nos Anais, de matérias publicadas na revista *Veja*, de 23 de junho, intituladas “O País do Tráfego” e “Os Quatro Pablos Fatais”.

— DEPUTADO GILVAM BORGES — Perseguição do homem ribeirinho da Amazônia, em nome da ecologia.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 296/91, que altera a remuneração dos funcionários civis e militares da União e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra a Srª Maria Luiza Fontenele e os Srs. Vivaldo Barbosa, Eduardo Suplicy e Adylson Motta, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS DE BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS****Semestral Cr\$ 3.519,65****Tiragem 2.200 exemplares.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4. — ENCERRAMENTO**2 — RETIFICAÇÕES**

- Ata da 9ª Sessão Conjunta, realizada em 5-3-91
- Ata da 10ª Sessão Conjunta, realizada em 7-3-91
- Ata da 17ª Sessão Conjunta, realizada em 16-4-91

3 — ATAS DE COMISSÃO**SUMÁRIO DA 17ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 16-4-91****Retificação**

Na publicação do Sumário, feita no DCN de 17-4-91, página nº 1.339, 2ª coluna, no item 1.2.5 — **Leitura de Mensagens Presidenciais**,

Onde se lê:**1.2.5 — Leitura de Mensagem Presidencial**

Nº 30/91-CN (nº 151/91, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3/91-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências.

Leia-se:**1.2.5 — Leitura de Mensagens Presidenciais**

— Nº 30/91-CN (nº 151/91, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3/91-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências.

— Nº 31/91-CN (nº 150/91, na origem), encaminhando, para exame de Vossa Excelências, os volumes anexos, que compreendem as contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1990.

Ata da 39ª Sessão Conjunta, em 24 de junho de 1991**1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Mauro Benevides*

ÀS 19 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Amir Lando — Áureo Mello — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Gerson Camata — Guilherme

Palmeira — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Lourival Baptista — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SENHORES DEPUTADOS**Roraima**

Alceste Almeida — PTB; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Giovanni Quéiroz — PDT; Herminio Calvinho — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; Mário Chermon — PTB; Mario Martins — PMDB; Nicias Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Beth Azize — PDT; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; Ézio Ferreira — Bloco; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Carlos Camurça — PTR; Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Nobel Moura — PTB; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Célia Mendes — PDS; Francisco Diógenes — PDS; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Hagahus Araújo — PMDB; Osvaldo Reis — S/P; Paulo Mourão — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Matias — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Nan Souza — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC; Ricardo Murad — Bloco; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Edson Silva — PDT; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Moroni Torgan — PSDB; Pinheiro Landim — PMDB; Sérgio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

B. Sá — PDS; Caldas Rodrigues — Bloco; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Fernando Freire — Bloco; Flávio Rocha — Bloco; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Ibero Ferreira — Bloco; João Faustino — PSDB; Laíre Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Edivaldo Motta — PMDB; Efraim Moraes — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Francisco Evangelista — PDT; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Lúcia Braga — PDT; Rivaldo Medeiros — Bloco; Vital do Rego — PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; José Moura — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mavíael Cavalcanti — Bloco; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — Bloco; Renildo Calheiros — PC do B; Ricardo Fiúza — Bloco; Roberto Franca — PSB; Roberto Freire — PCB; Sérgio Guerra — PSB; Tony Gel — Bloco; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Augusto Farias — Bloco; José Thomaz Nono — Bloco; Mendonça Neto — PDT; Roberto Torres — PTB; Vitório Malta — Bloco.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Cleonânio Fonseca — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Góis — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Benito Gama — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Félix Mendonça — PTB; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — Bloco; Jaques Wagner — PT; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; João Carlos Bacelar — PMDB; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Manoel Castro — Bloco; Nestor Duarte — PMDB; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Sérgio Gaudenzi — PDT; Uldurico Pinto — PSB; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Agostinho Valente — PT; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Annibal Teixeira — PTB; Aracely

de Paula — Bloco; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Camilo Machado — Bloco; Célio de Castro — PSB; Christóvam Chiaradia — Bloco; Edmar Moreira — Bloco; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Humberto Souto — Bloco; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Irani Barbosa — PL; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; João Rosa — PMDB; José Belato — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcellos — Bloco; José Ulisses de Oliveira — PRS; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — Bloco; Maurício Campos — PL; Neif Jabur — PMDB; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmânio Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Delgado — PT; Pedro Tassis — PMDB; Romel Anísio — Bloco; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannús — PDC; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Tilden Santiago — PT; Vittorio Medioli — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jório de Barros — PMDB; Nilton Baiano — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; Carlos Santana — PT; César Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Edesio Frias — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Fábio Raunheitti — PTB; Flávio Palmier da Veiga — Bloco; Francisco Dornelles — Bloco; Francisco Silva — PDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; João Mendes — PTB; José Carlos Coutinho — PDT; José Egydio — Bloco; José Vicente Brizola — PDT; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Márcia Cibilis Viana — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo Ramos — PDT; Regina Gordilho — PDT; Roberto Campos — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — Bloco; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — PTB; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — Bloco; Ary Kara — PMDB; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Delfim Netto — PDS; Diogo Nomura — PL; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradella — PT; Euclides Mello — Bloco; Fábio Feldmann — PSDB; Fausto Rocha — Bloco; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Helio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; João Mellão Neto — PL; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Cicote — PT; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; José Maria Eymael —

PDC; José Serra — PSDB; Jurandyr Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson Marquezelli — PTB; Pedro Pavão — PDS; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Solon Borges dos Reis — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Tuga Angerami — PSDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Vadão Gomes — Bloco; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas — PTB; João Teixeira — Bloco; Jonas Pinheiro — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Oscar Travassos — PDS; Rodrigues Palma — PTB; Wellington Fagundes — PL; Wilmar Peres — Bloco.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goiás

Antonio Faleiros — PSDB; Delio Braz — PMDB; João Natal — PMDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Borges — PDC; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarinino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Ronaldo Caiado — S/P; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; Flávio Derzi — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Elias — PTB; Marilu Guimarães — PTB; Nelson Trad — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Basilio Villani — Bloco; Carlos Roberto Massa — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edesio Passos — PT; Edi Sili-prandi — PDT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; José Felinto — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Haully — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luci Choinacki — PT; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Brito — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Azambuja — PDS;

Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequet — PSDB; José Fortunati — PT; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Raul Pont — PT; Telmo Kirst — PDS; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS; Wilson Müller — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 245 Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Ofício nº 203-L-BL. Parl./91 Brasília, 20 de junho de 1991

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico a V. Exª o nome do Deputado FREIRE JÚNIOR, PRN/TO, como Membro Suplente da Comissão Mista de Orçamento, em vaga existente neste órgão técnico.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe protestos de estima e apreço. — Deputado **Ricardo Fiúza**, Líder do Bloco Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Ofício nº 182/91-GL Brasília, 18 de junho de 1991

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Ariosto Holanda para integrar, em substituição ao Senhor Deputado Eduardo Matias, a Comissão Mista de Inquérito destinada a investigar as causas do atraso tecnológico dos processos produtivos da indústria brasileira.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será procedida a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 593, DE 1991-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeremos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com 22 parlamentares, para, no prazo de 90 dias, investigar, em profundidade, a crise da universidade brasileira, especialmente, no que diz respeito à eva-

ção de recursos humanos; remuneração do seu quadro docente; qualidade do ensino e as limitações na formação de profissionais de nível superior; os efeitos da Lei nº 5.540 (Reforma Universitária); planos de classificação de cargos destinados à criação da carreira do Magistério Superior; o concurso vestibular e a deficiência do ensino de segundo grau; e tudo o mais que se relacione com o funcionamento da universidade brasileira, quer pública, quer privada.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1991. — Deputado **João Faustino**, Vice-Líder do PSDB.

DEPUTADOS — João Faustino — Odacir Klein — Delcino Tavares — José Vicente Brizola — Aldo Rebelo — Edson Silva — Armando Costa — Márcia Cibilis Viana — Fernando Carrion — Mendonça Neto — Renildo Calheiros — Cleto Falcão — Paes Landim — Avenir Rosa — Flávio Rocha — Luiz Moreira — Adylson Motta — João Almeida — Aloizio Mercadante — José Linhares — Oswaldo Stecca — Aroldo Cedraz — Leomar Quintanilha — Jerônimo Reis — Djenal Gonçalves — Mavíael Cavalcanti — Hugo Biehl — Prisco Viana — Paulino Cícero de Vasconcelos — Maria Laura — Caldas Rodrigues — Gerson Peres — Nicias Ribeiro — Edevaldo Motta — Anibal Teixeira — Luci Choinacki — Vladimir Palmeira — Rubens Bueno — José Moura — Pedro Valadares — José Teles — Benedito de Figueiredo — Roseana Sarney — Edmar Moreira — Laerte Bastos — Fernando Freire — Reinhold Stephanes — José Carlos Coutinho — Ney Lopes — Augusto Carvalho — Munhoz da Rocha — Lázaro Barbosa — Eduardo Moreira — Tuga Angerami — Virmondes Cruvinel — Derval de Paiva — Edésio Frias — Eduardo Jorge — Chico Vigilante — Jayme Santana — Luiz Piayhyllino — Ivan Burity — José Dirceu — Roberto Freire — Ângela Amin — Maurício Calixto — Carlos Camurça — Vittorio Mediolli — Leur Lomanto — Agostinho Valente — Antônio Carlos Mendes Thame — Laprovita Vieira — Neif Jabur — José Belato — Jair Bolsonaro — Pauderney Avelino — Fátima Pelaez — José Carlos Aleluia — Teresa Jucá — Gilson Machado — Carrion Júnior — Vital do Rego — Roberto Magalhães — Wilson Campos — Nelson Proença — Daniel Silva — Murilo Pinheiro — Tony Gel — Euclydes Mello — Murilo Rezende — Jaques Wagner — Wagner do Nascimento — Adelaide Neri — Paulo Octávio — Júlio Cabral — Ricardo Moraes — Paulo de Almeida — Luiz Pontes — Moroni Torgan — Simão Sessim — Tilden Santiago — Aroldo Góes — Luiz Tadeu Leite — Wilson Moreira — Romel Anísio — Socorro Gomes — Jabes Ribeiro — Luiz Girão — Cardoso Alves — Jonas Pinheiro — Roberto Rollemberg — José Falcão — Eraldo Tinoco — Artur da Távola — Sandra Cavalcanti — Ubiratan Aguiar — Célio de Castro — Benedita da Silva — Beraldo Boaventura — Ronaldo Perim — Paulo Mandarino — João Henrique — José Carlos Sabóia — Roberto França — Ariosto Holanda — Miguel Arraes — Jamil Haddad — Maria Luiza Fontenele — Eduardo Siqueira Campos — Samir Tannus — Paulo Marinho — Valtér Pereira — Mauro Sampaio — Edi Siliprandi — Hilário Coimbra — Nelson Jobim — Renato Vianna — B. Sá — Aécio de Borba — Osvaldo Melo — Carlos Kayath — Nelson Trad — André Benassi — José Burnett — Luís Eduardo — Sérgio Arouca — Ivânio Guerra — José Egydio — José Dutra — Jackson Pereira — Félix Mendonça — Germano Rigotto — Manoel Castro — Hélio Bicudo — Nilson Gibson — Messias Góis — Eurides Brito — Francisco Evangelista — José Thomás Nonô — Geraldo Alckmin Filho — João Rodolfo — Carlos Santana —

Everaldo de Oliveira — José Mendonça — Geddel Vieira Lima — Nilmário Miranda — Costa Ferreira — Marino Clinger — Rita Camata — Paulo Hartung — Maurício Campos — Christóvam Chiaradia — Israel Pinheiro — Francisco Coelho — Ézio Ferreira — Marco Penaforte — Saulo Coelho — Osvaldo Coelho — Eduardo Mascarenhas — Luiz Roberto Ponte — Paulo Bernardo — Luiz Carlos Santos — Aécio Neves — Adão Pretto — Ricardo Murad — Sérgio Machado — Nestor Duarte — João Tota — Nan Souza — Mauro Borges — José Felinto — Adroaldo Streck — Jabes Rabelo — José Múcio Monteiro — Jutahy Júnior — José Serra — Iberê Ferreira — Célia Mendes.

SENADORES — Dirceu Carneiro — Epitácio Cafeteira — Odacir Soares — Onofre Quinan — Coutinho Jorge — César Dias — Irapuan Costa Júnior — José Richa — Elcio Álvares — Chagas Rodrigues — Francisco Rollemberg — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Antônio Mariz — Wilson Martins — Garibaldi Alves Filho — Josephat Marinho — Jonas Pinheiro — Amazonino Mendes — João França — Esperidião Amin — Lucídio Portella — Jutahy Magalhães — Oziel Carneiro — Henrique-Almeida — Dario Pereira — Fernando Henrique Cardoso — Iran Saraiva — Mário Covas — Pedro Simon — Gerson Camata — Júlio Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O documento lido contém o número constitucional de subscritores.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito a ser constituída, a Presidência fará oportunamente as designações, de acordo com as indicações das lideranças.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 594, DE 1991-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 21, parágrafo único, do Regimento Comum, a instauração de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar graves denúncias de irregularidades, no gerenciamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS.

Segundo denúncia publicada no jornal **Correio Braziliense**, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pode estar envolvido numa fraude de proporções tão grandes quanto as da Previdência Social. Técnicos dos Ministérios do Trabalho e Previdência, da Ação Social e da Caixa Econômica Federal estimam um prejuízo da ordem de 1,7 trilhão de cruzeiros, alcançado ao longo de 24 (vinte e quatro) anos de existência do fundo, fruto do não-recolhimento do percentual devido aos trabalhadores por um grande número de empresas.

Outra grave denúncia, feita recentemente na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados pelo Senhor Douglas Gerson Braga, representante dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, diz respeito ao não-cumprimento, por parte da Caixa Econômica Federal, de importantes resoluções daquele órgão, bem como o não-atendimento de pedidos de informações dos trabalhadores que integram o aludido Conselho Curador.

A Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito também denuncia que, além das irregularidades no controle do FGTS, é necessário auditar toda a história do fundo para se encontrar uma saída, mas é urgente que

se estabeleçam mecanismos de controle para que o fundo não continue a causar prejuízos aos trabalhadores.

Esse panorama revela um enorme descontrole dos órgãos governamentais da gerência e da fiscalização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Os dados que a seguir passamos a elencar expressam bem essa realidade:

I. Apenas 18% (dezoito por cento) das empresas recolhem regularmente o FGTS, 29% (vinte e nove por cento) recolhem com atraso e 53% (cinquenta e três por cento) não recolhem o FGTS dos seus empregados.

II. Somente no Distrito Federal são aforadas, diariamente, 240 (duzentas e quarenta) reclamações trabalhistas. Desse total, 80% dizem respeito a irregularidades no recolhimento do FGTS.

III. 98% (noventa e oito por cento) das Contas do FGTS estão sendo administradas ilegalmente, uma vez que, segundo a Lei nº 8.036/90, compete à Caixa Econômica Federal centralizar e controlar as contas vinculadas ao Fundo.

IV. Há denúncias de que a Caixa Econômica Federal desviou 390 bilhões de cruzeiros para cobrir déficit de caixa, deixando de aplicar esses recursos do FGTS na área social.

Em face do exposto, espero contar com o indispensável apoio dos ilustres membros das duas Casas do Congresso Nacional, para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ora requerida que objetiva, além de apurar, entre outras, as denúncias supramencionadas, encontrar uma solução efetiva que permita o controle por parte da sociedade dos recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Sala de Sessões, 18 de junho de 1991. — Deputado **José Carlos Sabóia**.

DEPUTADOS — José Carlos Sabóia — Valdir Ganzer — Roberto Freire — Benedita da Silva — Alcides Modesto — Jaques Wagner — Agostinho Valente — Sandra Starling — Luiz Gushiken — Vladimir Palmeira — Carlos Santana — Raul Pont — Jair Bolsonaro — Pedro Tonelli — Chico Vigilante — Mário de Oliveira — Eliel Rodrigues — Florestan Fernandes — Ernesto Gradella — Nilmário Miranda — Jandira Feghali — Hélio Bicudo — Paulo Paim — Jackson Pereira — José Linhares — Moroni Torgan — Gastone Righi — Munhoz da Rocha — Flávio Arns — Maria Laura — Renildo Calheiros — Haroldo Sabóia — Edésio Passos — Rita Camata — Carrion Júnior — Jório de Barros — Paulo Rocha — Lúcia Vânia — Costa Ferreira — Carlos Cardinal — Lúcia Braga — Junot Abi-Ramia — Valdomiro Lima — Clóvis Assis — Beth Azize — Sérgio Guerra — Paulo Delgado — Sérgio Arouca — Pauderney Avelino — Roberto Jefferson — Fábio Raunheitti — Roseana Sarney — José Moura — Mavíael Cavalcanti — Marino Clinger — Aloízio Santos — Sigmaringa Seixas — Ivo Mainardi — Mendes Ribeiro — Osório Adriano — José Teles — César Souza — Lázaro Barbosa — Délio Braz — Felipe Mendes — Oscar Travassos — Augustinho Freitas — Rodrigues Palma — Manoel Moreira — Jabes Ribeiro — Fernando Freire — Vittorio Mediolli — Heitor Franco — Aloízio Mercadante — Ricardo Moraes — João Rodolfo — B. Sá — Eduardo Matias — Jayme Santana — Marcelo Luz — Carlos Camurça — Odacir Klein — Gonzaga Mota — Luiz Carlos Hauly — Roberto Rollemberg — Socorro Gomes — Jurandyr Paixão — Walter Nory — André Benassi — Koyu Iha — Artur da Távola — Pedro Tassis — Genésio

Bernardino — Leopoldo Bessone — Caldas Rodrigues — Orlando Pacheco — Dejandir Dalpasquale — Nelson Morro — Paulo Duarte — Ângela Amin — Murilo Rezende — Paulo Portugal — Eduardo Jorge — Tilden Santiago — Adão Pretto — Rubens Bueno — Wilson Campos — Laire Rosado — Roberto Franca — Gustavo Krause — Miguel Arraes — Paulo Hartung — Olavo Calheiros — Álvaro Ribeiro — Cleto Falcão — Vitorio Malta — Fernando Bezerra Coelho — Nestor Duarte — Antônio de Jesus — Luci Choinacki — José Cicote — José Thomaz Nonô — Renato Vianna — Giovanni Queiroz — Mauro Borges — Éden Pedroso — Miro Teixeira — Cidinha Campos — Lourival Freitas — Nelson Jobim — Eduardo Mascarenhas — Sérgio Cury — José Vicente Brizola — Sérgio Guadenzi — Beraldo Boaventura — Márcia Cibilis Viana — Laerte Bastos — Paulo Ramos — Paulo Marinho — Maurício Calixto — Júlio Cabral — Alberto Haddad — Carlos Roberto Massa — Osvaldo Coelho — Luiz Dantas — Aldo Rebelo — Pedro Valadares — Germano Rigotto — Tony Gel — Célio de Castro — Luiz Piauhyllino — Ariosto Holanda — George Takimoto — Nelson Trad — Paulo Bernardo — João Paulo — Romel Anísio — Tuga Angerami — Antônio Faleiros — Eduardo Siqueira Campos — Pedro Novais — Teresa Jucá — Antônio Carlos Mendes Thame — Jamil Haddad — José Genofino — José Fortunati — Ney Lopes — Alberto Goldman — Waldir Pires — Cid Carvalho — Aroldo Góes — Valter Pereira — Neuto de Conto — Amaury Müller — Magalhães Teixeira — Nilson Gibson — Henrique Eduardo Alves — Sidney de Miguel — Armando Costa — Etevalda Grassi de Menezes — José Ulisses de Oliveira — Vital do Rego — Haroldo Lima — Maurílio Ferreira Lima — Antônio Brito — Genebaldo Correia — Edésio Frias — José Carlos Coutinho — Aécio de Borba — José Burnett — Beto Mansur — Augusto Carvalho — Luís Roberto Ponte — Paulo Hartung — Irma Passoni — Max Rosenmann — Otto Cunha — Gerson Peres — Nan Souza — Sarney Filho — Prisco Viana — Fábio Feldmann.

SENADORES — José Paulo Bisol — Rachid Saldanha Derzi — Pedro Sim — Chagas Rodrigues — João Calmon — Lourival Baptista — José Fogaça — Cid Sabóia de Carvalho — Alexandre Costa — Ram Saraiva — Nelson Carneiro — Amir Lando — Garibaldi Alves Filho — Humberto Lucena — Epitácio Cafeteira — Márcio Lacerda — Ronaldo Aragão — Francisco Rollemberg — Maurício Corrêa — Eduardo Suplicy — Coutinho Jorge — Esperidião Amin — Fernando Henrique Cardoso — Almir Gabriel — Valmir Campelo — Divaldo Sruaghy — Alfredo Campos — Mansueto de Lavor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em sessão conjunta realizada no dia 20 do corrente, às 13 horas e 5 minutos, foi lido o Requerimento nº 592/91, da Srª Deputada Rose de Freitas e outros Srs. Parlamentares, com a mesma finalidade.

Uma vez que tal objetivo já foi atendido, fica prejudicado o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 595, DE 1991-CN

Exmº Sr.

Senador Mauro Benevides

MD. Presidente do Congresso Nacional

Brasília — DF

Requeiro a V. Exª, nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal e do artigo 21, parágrafo único do Regimento Comum, que seja instituída uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 senadores e 17 deputados, destinada a apurar e trazer a público, no prazo de 60 (sessenta) dias, a verdadeira situação do Sistema Financeiro de Habitação pelos motivos a seguir aduzidos.

Trata-se, a nosso ver, de deslindar e em seguida extinguir todos os mecanismos e expedientes de favorecimento do capital especulativo, urdidos às expensas de um escandaloso e oculto sistema de comprometimento perverso de vultosos recursos do Tesouro Nacional.

Com efeito, não se apurou, até hoje, por exemplo, o impacto dos débitos contra o antigo BNH, resultante das maliciosas liquidações extrajudiciais de Sociedades de Crédito Imobiliário ligados a poderosos bancos privados; não se apuraram, ainda, quais são e como interferem na majoração dos custos financeiros dos empréstimos habitacionais, as inúmeras taxas e sobretaxas, cobradas aos mutuários e embutidas nos valores das prestações da casa própria; não se sabe, até hoje, o quanto de recursos públicos oriundos do Tesouro Nacional no âmbito do famigerado Fundo de Compensação de Variações Salariais, tem sido usado para a cobertura, eminentemente discutível, dos misteriosos “resíduos” de saldos devedores em final de contrato, diretamente em favor do caixa dos agentes financeiros; pior do que tudo isto, jamais se apurou a ação eminentemente delituosa, desconhecida do grande público, representada pela licença de que desfrutam os agentes financeiros no âmbito do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) para a livre aplicação especulativa dos recursos arrecadados do público nas contas de poupança, ao invés de sua aplicação nos empréstimos habitacionais.

Os interesses bilionários da especulação financeira, em seus lances propagandísticos de desinformação, sempre se esmeraram, sistematicamente, em “vender” à opinião pública a imagem de um SFH em permanentes déficits e “rombos” insanáveis, por conta de supostos “subsídios” concedidos aos mutuários ao longo dos últimos dez anos. Nada é mais distante da verdade do que isto.

O conhecimento de alguns elementos não relevantes sobre a realidade do SFH permite afirmar que o mutuário, a rigor, constitui a “galinha dos ovos de ouro” deste sistema — que alimenta uma poderosa e complexa máquina de espoliação social.

De roldão, como num passe de mágica, tenta-se apresentar à opinião pública o mutuário do SFH como um proprietário de apartamento de alto luxo. Tenta-se, assim, induzir ao esquecimento a grande massa de assalariados — o grosso dos mutuários do SFH — que a muito custo consegue financiamento para adquirir a casa própria e que vem sendo, sobretudo na última década, acossada por sucessivos investidas dos agentes financeiros, com a cobertura do Poder Público, para alterar os seus contratos de mútuo. E alterações justamente naqueles aspectos em que estes contêm garantias mínimas de proteção, como no caso dos princípio da equivalência salarial.

Eis alguns dos principais desses elementos não revelados:

a) Para ser “liberado” do pagamento dos “resíduos” não amortizados de saldo devedor, ao final de seu contrato de financiamento, o mutuário é obrigado a contribuir para um “fundo compensatório”, o FCVS, no valor de 3% de sua prestação; além disso, paga mensalmente, ao cofre do agente financeiro, embutida no valor da prestação, uma quantia que varia, conforme o contrato, entre 10% a 25% do valor de

cada prestação! Neste último caso, trata-se de uma sobretaxa, batizada de CES (Coeficiente de Equiparação Salarial), que nada tem a ver, nem com equiparação, nem com salário, pois se destina, simplesmente, a elevar a capacidade de amortização das prestações, e com isso, reduzir o volume dos “resíduos” de saldo devedor, ao final do contrato.

b) O FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) é uma invenção marota de tecnocratas que, nos idos de 1969/70, no auge da ditadura militar, “bolaram” um expediente maquiavélico de solução, no interesse exclusivo dos agentes financeiros, do problema de ter de obrigar os mutuários a aceitarem a prorrogação de seus contratos até a liquidação do “débito”, representado por esses “resíduos”. Até então vigorava o famigerado “Plano A”, do extinto BNH. O FCVS e depois o já referido CES foram as “varinhas mágicas” encontradas para garantir, aos agentes financeiros, o pleno e imediato ressarcimento dos tais “resíduos” ao final dos contratos, sem ter que recorrer ao expediente desgastante da prorrogação contratual. A “galinha dos ovos de ouro”, afinal, carecia de ser “protegida” ... para que o rebanho, ao invés de acabar dizimado, pudesse até multiplicar-se!

c) Por que se formam “resíduos” de saldo devedor ao final dos contratos? Porque a sistemática de atualização dos saldos devedores não guarda relação com a de amortização dos financiamentos, esta que norteia a formação do valor da prestação e seu regime de reajuste. Pelo princípio contratual da equivalência salarial — direito adquirido dos mutuários e reconhecido hoje em todas as instâncias da Justiça Federal — o reajuste das prestações obedece a um limite fundamental: não pode nunca ser superior em periodicidade e em índice percentual aos reajustes salariais dos mutuários. Já a atualização dos saldos devedores dos empréstimos — antes trimestral e hoje mensal — obedece a um regime estritamente financeiro: a variação dos índices de valorização das contas de poupança. Índices que são baixos para os titulares dessas contas — os poupadores que só ganham juros de 6% ao ano, em termos reais — mas que propiciam, aos agentes financeiros que movimentam com estas contas muitos bilhões de cruzeiros, negócios especulativos a taxas faraônicas de 30% a 40% em termos reais!

d) É preciso considerar que, além de oneroso ao mutuário, o FCVS é constituído, fundamentalmente, com recursos do Tesouro, arrecadados, portanto, de toda a população trabalhadora, e se destina a cobrir uma “dívida”, em favor dos agentes financeiros, de caráter essencialmente especulativo que pode, por isso mesmo, ser questionada por uma política de habitação realmente séria, comprometida com os reais interesses da população. Neste sentido, os tão alegados “rombos do FCVS” constituem na verdade um artifício de natureza contábil — uma mera projeção de estimativas de “resíduos” de saldos devedores “não amortizados”.

e) Há uma modalidade de rombo (este sem aspas) sobre o qual não se costuma falar mais: as liquidações extrajudiciais das sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo que, na última década, foram objeto de intervenção federal. Com a extinção do BNH — eis aí um bom motivo para o seu “desaparecimento” — o assunto ficou com o Banco Central. Esta questão, por si só, já justifica a instalação de uma CPI pelo Congresso.

f) Mas não é só. Os empréstimos habitacionais no âmbito do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), não representam a aplicação preferencial dos agentes financeiros, na destinação dos recursos de poupança captados ao

público. Por quê? Por disposições internas estabelecidas de comum acordo com a alta burocracia do antigo BNH, e agora com as “autoridades monetárias” do Banco Central, os agentes financeiros podem dispor, durante um tempo não definido explicitamente, da totalidade dos recursos captados através das contas de poupança, para fins de livre aplicação no mercado especulativo de papéis e títulos financeiros! E a parcela obrigatória de aplicação em empréstimos habitacionais — quando afinal estes ocorrem, o que fica também a critério do agente financeiro — nunca foi superior a 60% dos recursos arrecadados, durante toda a existência do SFH, tendo caído para apenas 37,5%, por força do mesmo dispositivo legal que extinguiu o BNH (Decreto-Lei nº 2.291/86).

Ressalto que a convocação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que ora requeiro atende reivindicação da Coordenação Nacional dos Mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

Em face do exposto, espero contar com o indispensável apoio de Vossa Excelência e dos ilustres membros das duas Casas do Congresso Nacional, para a instituição da Comissão Mista de Inquérito que ora requeiro.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1991.

DEPUTADOS — Maria Luíza Fontenele — Vital do Rêgo — Edson Silva — Artur da Távola — Alcides Modesto — Luiz Carlos Hauly — Valter Pereira — Waldir Pires — Ubiratan Aguiar — Ulysses Guimarães — Germano Rigotto — Walter Nory — José Dutra — Jamil Haddad — Adão Pretto — José Cicote — Valdir Ganzer — Pedro Tonelli — Aroldo Góes — Chico Vigilante — Neif Jabur — Ronaldo Caiado — Paulo de Almeida — Jorge Ueque — George Takimoto — João Teixeira — Wilson Campos — Paulo Duarte — Ary Kara José — José Dirceu — José Fortunati — Junot Abi-Ramia — Lourival Freitas — Aldo Rebelo — Celio de Castro — Sandra Starling — Nilmário Miranda — Carlos Lupi — Regina Gordilho — Tilden Santiago — José Genoíno — Cardoso Alves — Luiz Girão — José Linhares — Moroni Torgan — Costa Ferreira — Roseana Sarney — Paulo Marinho — Fernando Carrion — Irma Passoni — Sergio Gaudenzi — Murilo Rezende — Adelaide Neri — Elio Dalla-Vecchia — Augusto Carvalho — Carrion Júnior — Roberto Freire — Paulo Hartung — Gastone Righi — Mendonça Neto — Eraldo Trindade — Nilton Baiano — Agostinho Valente — José Carlos Sabóia — Luci Choinacki — Luiz Piauhylinho — Sergio Guerra — Koyu Iha — Sólton Borges dos Reis — Marcos Lima — Jabes Ribeiro — Vitorio Mediolli — Jabes Rabelo — Hélio Bigudo — Eraldo Tinoco — Francisco Rodrigues — Elias Murad — Antonio Carlos Mendes Thame — Paulo Rocha — Henrique Eduardo Alves — Miguel Arraes — André Benassi — Rubens Bueno — Joni Varisco — Carlos Scarpelini — Benedito de Figueiredo — José Teles — Cleonânio Fonseca — Socorro Gomes — Pedro Valadares — Sergio Arouca — Tuca Angerami — Marco Penaforte — João Paulo — Saulo Coelho — José Ulisses de Oliveira — Roberto Franca — Benedita da Silva — Francisco Silva — Augustinho Freitas — Júlio Cabral — Roberto Jefferson — Carlos Santana — Miro Teixeira — Beraldo Boaventura — Vladimir Palmeira — Ricardo Moraes — Jackson Pereira — Sigmaringa Seixas — Paulo Bernardo — Gétúlio Neiva — Eliel Rodrigues — Maurício Calixto — Pauderney Avelino — Francisco Coelho — José Vicente Brizola — Giovanni Queiroz — Márcia Cibillis Viana — Jorge Tadeu Mudalen — Jutahy Júnior — Nelson Jobim — Jandira Feghali — Pedro Tassis — Jair Bolsonaro — Eduardo Moreira — Renildo Calheiros — José Múcio Mon-

teiro — Edmundo Galdino — Jaques Wagner — Edison Fide-
lis — Dercio Knop — Gonzaga Mota — José Elias — Sergio
Barcelos — Raul Pont — Laerte Bastos — Ariosto Holanda
— Hagahus Araujo — Maria Laura — Francisco Evangelista
— Jório de Barros — Euclides Mello — Lúcia Vânia — Raquel
Cândido — Uldurico Pinto — Amaury Müller — Genebaldo
Correia — Florestan Fernandes — Carlos Camurça — Ete-
valda Grassi de Menezes — Sebastião Ferreira — Marcelo
Barbieri — Antonio Britto — João Almeida — Valdomiro
Lima — Alberto Goldman — Luiz Vianna Neto — Gerson
Peres — Carlos Kayath — Mario Chermont — Domingos
Juvenil — José Felinto — Amaral Netto — Mavial Cavalcanti
— Munhoz da Rocha — Flavio Arns — Jayme Santana —
Odacir Klein — Zaire Rezende — Tony Gel — Rose de
Freitas — João Baptista Motta — Sergio Machado — Paulo
Ramos — Laerte Bastos — Aluizio Alves — Ivandro Cunha
Lima — Evaldo Gonçalves — Edivaldo Motta — Haroldo
Sabóia — Aníbal Teixeira — Hugo Biehl — Delfim Netto.

SENADORES: — José Paulo Bisol — João Calmon —
Humberto Lucena — Garibaldi Alves Filho — Cid Sabóia
de Carvalho — Nelson Carneiro — Esperidião Amin — Ale-
xandre Costa — Eptácio Cafeteira — Saldanha Derzy —
Coutinho Jorge — Amir Lando — Chagas Rodrigues — Mau-
rício Corrêa — Eduardo Suplicy — Márcio Lacerda — Mar-
luce Pinto — Aluizio Bezerra — Nelson Wedekin — Onofre
Quinan — Wilson Martins — Josaphat Marinho — Antônio
Mariz — Mansueto de Lacerda — Teotônio Vilela Filho —
Élcio Álvares — Carlos Patrocínio — Fernando Henrique
Cardoso — Mário Covas — Dirceu Carneiro — Jutahy Maga-
lhães.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O docu-
mento lido contém o número constitucional de subscritores.

Para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a ser
constituída, a Presidência fará as designações, de acordo com
as indicações das lideranças.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra,
para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo
a palavra ao Congressista José Genoíno, nobre Líder do PT.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para questão de
ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão
de ordem que formulo a V. Exª é, em primeiro lugar, para
solicitar informações à Mesa sobre o dia da sessão para a
votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com base em que dispositivo regional ou comunicação
de liderança V. Exª convocará sessão especial para apreciação
e votação do LDO?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presi-
dência esclarece ao nobre Congressista José Genoíno que está
colhendo opiniões, no sentido de que se garante a inclusão
na Ordem do Dia, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma
vez que a referida lei se encontra fundamentada em dispositivo
constitucional que obriga a sua apreciação até o termo dessa
etapa da Sessão Legislativa ou, mais explicitamente, até 30
de junho.

Em razão disso, há um empenho não apenas do Presi-
dente, mas de todos os Srs. Deputados e Senadores, no sentido
de que não se reeditem os episódios da Sessão Legislativa
de 1990, quando se registrou, inclusive, a interferência do
Poder Judiciário, que compeliu o Poder Legislativo a apreciar

aquela proposição fora do período regimental extrapolando,
portanto, que representou, naquele momento, um decisão
do então Presidente do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, formulamos
uma questão de ordem a V. Exª com base na seguinte informa-
ção: o art. 66 da Constituição é muito claro no § 6º quando
diz:

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido
no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão
imediate, sobrestadas as demais proposições, até sua
votação final, ressalvadas as matérias de que trata o
art. 62, parágrafo único.

Isto é, medidas provisórias. Quanto aos vetos, quando che-
gam exatamente nesse prazo, sem deliberação, castigam
o Congresso Nacional, porque impõem uma pauta; somente
as medidas provisórias podem ser votadas antes dos vetos.

Desa forma, a lei de Diretrizes Orçamentárias terá que
ser votada após a apreciação dos vetos.

Ouvi hoje, apesar de discordar de S. Exª o Deputado
Nelson Jobim, que é um dos juristas famosos da Casa, a
dmissão da possibilidade de uma sessão extraordinária para
votar-se a LDO.

A Constituição. Sr. Presidente, no Art. 66, não abre
possibilidade de sessão extraordinária, que só poderá ocorrer
quando houver unanimidade das lideranças para esta convo-
cação. Uma sessão extraordinária para votar a LDO poderá
ser convocada quando houver unanimidade das lideranças.
Já houve precedentes neste sentido e temos, inclusive, as có-
pias taquigráficas de decisão da Mesa sobre essa questão,
quando, por exemplo, convocamos sessão extraordinária para
votar a regulamentação da Comissão de Orçamento e para
votar créditos adicionais.

Nesse caso, houve unanimidade das lideranças para que
essa sessão se realizasse. Não havendo unanimidade de lide-
rança, não pode haver sessão extraordinária para uma pauta
do Congresso Nacional, senão estaríamos contrariando a
Constituição no art. 66, em relação aos vetos.

Colocamos essa questão, Sr. Presidente, para deixar mui-
to claro a V. Exª e aos demais Líderes que é nossa intenção
que a Câmara dos Deputados votem o salário mínimo, qual-
quer que seja o resultado e que volte a política salarial. Pode-se
então repetir o que aconteceu no semestre passado. Se esses
dois temas não forem colocados na pauta para que o Congresso
Nacional delibere, não daremos o nosso apoio para uma sessão
especial ou extraordinária uma finalidade de votar a LDO.
E vamos questionar, caso a sessão seja convocada, legalidade
constitucional para votar a LDO.

Queremos portanto deixar muito claro para todas as lide-
ranças, que nós, do PT, aspiramos a uma negociação ampla
para votar a LDO e começar o recesso no dia primeiro. Mas
isso implica a pauta da Câmara dos Deputados contemplar
a questão salarial, porque o Governo retirou a urgência da
negociação coletiva; Não está decidido a colocar a Lei do
Salário Mínimo - que tem prioridade e foi votada pela Comis-
são do Trabalho e Administração — e a Política Salarial.
Creio que o Congresso Nacional deve votar essas matérias,
dada a situação de insegurança e desespero social vigentes.

Havíamos consultado a Mesa queremos deixar isso bem
claro com o devido respeito à Mesa e à Assessoria da Mesa
do Senado Federal, conseqüentemente, do Congresso Nacio-
nal, quanto o requerimento apresentado, para que fosse incluí-
do na Ordem do Dia do Congresso Nacional, o Projeto de

Resolução nº 78, que regulamentou a Comissão de Orçamento. O requerimento assinado pelos Líderes, por unanimidade, para a resolução que regulamentou a Comissão de Orçamento não válida a inclusão de uma sessão extraordinária para a LDO, porque o que votamos na Resolução nº 8 foi a regulamentação da Comissão de Orçamento. Quanto mérito dessa Comissão, não há requerimento assinado por unanimidade dos Líderes.

Entendo o esforço de V. Exª para colocar a LDO em uma sessão extraordinária e concordo com ele. Queremos dizer a V. Exª que o Partido dos Trabalhadores está disposto a discutir essa questão, desde que, na pauta da Câmara dos Deputados sejam colocadas, para deliberação, qualquer que seja o resultado — não queremos acordo no mérito —, as questões referentes ao salários e à política salarial. Estamos apresentando essa questão à Mesa, por que o requerimento de que trata a Resolução nº 8 jamais podem ser usado para, através dele, apreciar-se a LDO, porque são matérias distintas: uma de procedimento, e outra de mérito.

É esse sentido o requerimento que tenho em mãos, por isso formulo a questão de ordem a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Congressista José Genoíno, V. Exª não chegou, propriamente, a formular uma questão de ordem, mas tentou advertir a Mesa que a suscitaria no momento próprio, caso convocado o Congresso para a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Evidentemente, não teria condições de, neste momento, decidir de inopino a reclamação formulada por V. Exª, ainda mais porque todos os precedentes invocados vão-me remeter ao exame daquilo que não existe nesta Casa: um direito sumular.

Quando alegou em prol de V. Exª o fato de haver firmado um documento de comum acordo com as demais lideranças, eu me permitiria lembrar a V. Exª que a indicação das Lideranças e a própria soberania do Plenário, numa decisão conjuntural, não seriam bastantes para nulificar sequer um dispositivo regimental, muito menos constitucional.

Então, estas colocações que faço diante de V. Exª e dos Srs. deputados e senadores aqui presentes conduzem-me realmente, a uma reflexão mais detida, junto a V. Exª e às demais lideranças, para que a decisão, que possa sobrelevar ao final, seja aquela que compatibilize o interesse de V. Exª com a letra expressa da Constituição.

Diria mais a V. Exª: a Comissão Mista de Orçamento já recebeu, na tarde de hoje, o parecer do Relator Messias Góis, com os dados indispensáveis à apreciação da matéria por aquele órgão especializado que congrega representantes do Senado e da Câmara.

Portanto, a Mesa vai refletir mais profundamente sobre essa matéria, a fim de que possa prolatar uma decisão que atenda àquilo que deseja V. Exª e, evidentemente, permita aos Srs. Congressistas desfrutar do que representa o anseio de todos, o retorno às suas bases, para contactos políticos e eleitorais, após cumprindo, evidentemente, aquele imperativo dever previsto na própria Carta Magna em vigor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Com todo o respeito a V. Exª, espero, e tenho razões para esperar uma decisão sábia, no sentido de que, mesmo tendo sido em alguns momentos contrariada a Constituição por um acordo por unanimidade de lideranças, isso jamais poderia firmar jurisprudência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Certamente, nobre Congressista,

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Evidentemente, tendo como tarefa suprema respeitar a Constituição, V. Exª jamais acataria descumprir o art. 66 e convocar uma sessão extraordinária para discutir uma pauta, contrariando o que prevê o parágrafo que trata dos vetos e medidas provisórias. Mesmo que as lideranças tenham cometido alguma falha em apoiar unanimemente alguma matéria secundária, isso não pode estar acima da Constituição. O juízo de V. Exª estará respaldado em preceito constitucional, como é claro no art. 66.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Realmente, V. Exª faz justiça à Mesa na condução dos trabalhos. Quando se decidiu sobre essa matéria relacionada à Comissão Mista de Orçamento, evidentemente eu não estava no exercício da Presidência. Depois chamei, obviamente, essa decisão já irreversível, que já havia tido o apoio do Plenário, cuja manifestação eceitei. Naquela ocasião, o trabalho era conduzido com muita segurança e firmeza pelo vice-Presidente Senador Alexandre Costa, que presidia a Mesa numa momentânea ausência minha do Congresso Nacional. É uma matéria que realmente demandará um aprofundamento maior. A Mesa apresentará à Casa aquela solução que, a seu juízo, possa atender à letra constitucional e aos interesses do parlamentar brasileiro.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Lupi, para uma breve comunicação.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero solicitar a esta Presidência que transcreva nos Anais desta Casa, para servir como um alerta não só ao poder público, ao Governo Federal, à Polícia Federal, como também a todos os congressistas desta Casa, sobre matéria que saiu na *Veja* deste domingo, em duas partes: uma, sobre a jogada do chefe da cocaína, Pablo Escobar, onde são tecidos comentários sobre o país que é o maior produtor de cocaína do mundo: a Colômbia; e outra, mais grave, Sr. Presidente — para qual solicito a transcrição nos Anais desta Casa — que fala sobre o país responsável por 50% do tráfico de entorpecentes para os Estados Unidos e para a Europa, que, para nossa tristeza e vergonha, é o Brasil.

Sr. Presidente, a gravidade dessa denúncia nos leva a tomar algumas atitudes para que nos previnamos no sentido de que o Brasil não se torne, numa maior escala, no novo Cartel de Medellín ou numa sucursal do Cartel de Medellín. Primeiro, estou solicitando à CPI do Tráfico de Drogas que convoque o Prefeito de Guajará-Mirim, em Rondônia, pois afirma a revista que toda a economia do município está baseada na fabricação de imóveis e no narcotráfico.

Eu gostaria de ouvir esse prefeito na comissão, para que ele dê explicações sobre o fato, confirme as denúncias ou as negue.

Segundo, que convocasse também o Prefeito de Marília, cidade de São Paulo, pois segundo afirmação também da mesma revista, boa parte da sua economia está misturada ao dinheiro da droga; e há um sistema de entrega de cocaína a domicílio; ainda segundo o artigo, cheira-se a droga aberta-

mente na entrada de bares da moda, como na rua, de maneira geral.

Solicito também a convocação do Superintendente da Polícia Federal, o Sr. Romeu Tuma. Em que pese o seu esforço na tentativa de coibir o tráfico de tóxico no País, pelas afirmações contidas também nessa revista, a Polícia Federal dispõe de apenas 600 homens para controlar os 8500 km² do Território brasileiro, e comenta que, em novembro do ano passado, um agente da Polícia Federal recebeu 100 mil dólares para facilitar a fuga de Umberto Ammaturo de cela de Brasília; o artigo fala também que a Polícia Federal da fronteira facilita a ação dos traficantes.

Sr. Presidente, também envio um requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados para que explique ao Congresso e à opinião pública em geral porque um funcionário do Congresso Nacional, condenado à prisão por tráfico de drogas continua trabalhando na Casa, mesmo tendo sendo processado pela Polícia Federal. Então, peço à Presidência da Casa informe quem é o funcionário e quais foram as medidas tomadas contra esse cidadão que, de acordo com a denúncia da Polícia Federal, é traficante de drogas.

Por fim, Sr. Presidente, poucos de nós damos a importância necessária às consequências e tráfico de drogas no País; o problema cresce a cada dia e nos tornamos co-responsáveis por permitir que mais de 30% dos jovens brasileiros cheguem ao precipício da loucura, ao precipício da vida ligada ao tóxico, ao tráfico, a tudo que depõe contra o sistema brasileiro de educação, de família e da própria liberdade.

Solicito, então, ao Presidente da Casa, aos Srs. Deputados, aos membros da CPI, que funciona nesta Casa muito bem, que apurem essas denúncias. Vamos juntos levar à população a informação de que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Congresso Nacional estão alertas no sentido de corrigir, prender, processar e colocar na cadeia todos os traficantes de tóxicos que existem no País, como também exercer uma ação eficiente no sentido de ajudar o Executivo a colocar até — quem sabe, numa situação alarmante como a que estamos vivendo — as Forças Armadas no combate ao tráfico de entorpecentes no Brasil, nesse grau que já se torna incontrolável.

Faço este registro e agradeço a V. Ex.^a a oportunidade e a benevolência, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARLOS LUPI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

O PAÍS DO TRÁFEGO

Metade da cocaína produzida no mundo chega aos Estados Unidos e à Europa passando por traficantes que agem no Brasil

Para quem imagina que no Brasil as coisas sempre caminham de mal a pior, há uma boa notícia. Até 1985, 60% da cocaína contrabandeada para os Estados Unidos e a Europa passava pelo Brasil. Hoje, estima-se que pelo território nacional seja traficado 50% do pró que chega aos EUA e à Europa. Isso acontece porque nos últimos anos os traficantes em atuação no País passaram a enfrentar a concorrência de dois vizinhos. Na Argentina, o tráfico de cocaína tornou-se um negócio gigantesco, que alcança até as dependências da Casa Rosada, onde despacham assessores e parentes do presidente Carlos Menem acusados de envolvimento com a lavagem de narcodólares. Ao se transformar no paraíso fiscal do continente,

o Uruguai também atraiu para seus cofres boa parte dos narcodólares colombianos e, com ele, uma boa parcela das rotas do contrabando da cocaína. Para os brasileiros, a boa notícia termina aí.

Cálculos da Drug Enforcement Administration, DEA, organismo americano de combate às drogas em todo o mundo, indicam que a polícia brasileira consegue apreender apenas 5% da cocaína que circula no Brasil. Há dez anos, foram apreendidos apenas 92 quilos de cocaína em território nacional. No ano passado, a polícia apreendeu 2,6 toneladas da droga, um crescimento de quase 3.000% em dez anos. “Naquela época, apreender 1 quilo de cocaína era um escândalo”, diz o delegado Marco Antônio Cavaleiro, subdiretor do departamento de repressão a entorpecentes da Polícia Federal. “Hoje, é brincadeira.” Na década passada, o Brasil era um grande entreposto da droga. Hoje, é um centro que consome, exporta e produz muita cocaína para uso próprio.

Empresa de Rachada — Pelos cálculos da polícia, cerca de 40 toneladas de cocaína circulam anualmente pelo País — uma mercadoria que, em termos financeiros, equivale a quase meio bilhão de dólares quando vendida no Brasil e várias vezes mais quando chega a Nova Iorque. A cocaína destinada aos Estados Unidos entra no Brasil pelos 1.600 quilômetros de fronteira com a Colômbia, atravessa a Amazônia de barco e de avião e, então, é despachada em grandes embarcações. Os exportadores que têm revendas na Europa escolhem outros caminhos. Eles atuam na região do Mato Grosso e de Rondônia e dispõem de esquemas clandestinos para levar a droga aos principais aeroportos e portos de São Paulo e do Rio de Janeiro, de onde segue para o velho continente.

Em novembro do ano passado, a Polícia Federal fez uma apreensão recorde em São Paulo. Quinhentos quilos de cocaína pura foram descobertos a caminho da Itália, através do Porto de Santos. A droga estava acondicionada em papel-celofane e até tinha um rótulo com a figura dos Irmãos Metralha, célebres personagens de Walt Disney. Na ocasião, foram presos cinco traficantes, três italianos e dois bolivianos. “O rótulo não era brincadeira”, diz o delegado Roberto Precioso Júnior. “Era a identificação para o destinatário.”

A polícia também descobriu que a quadrilha montava uma empresa de fachada especializada na exportação de faqueiros. Com ela, iriam retirar a droga do Cartel de Cali, na Colômbia, e levá-la até a Itália. Para o transporte rodoviário, os exportadores que atuam no Brasil também dispõem de estruturas complexas. A droga é carregada em caminhões que circulam pelas estradas com a proteção de batedores armados e equipados com radiocomunicadores, que fazem uma vistoria prévia do caminho e informam sobre qualquer eventualidade.

Crack brasileiro — Um problema novo em matéria de drogas no Brasil é a produção. Até 1985, o País exportava grandes lotes de produtos químicos para os países produtores de cocaína. Em 1985, o governo brasileiro resolveu fiscalizar a venda desses produtos, que agora é controlada pela polícia. Com isso, tornou-se muito arriscado fazer contrabando de éter e acetona para a Colômbia. O mais fácil era trazer a pasta base da coca para o Brasil e instalar laboratórios no território nacional, onde a droga seria refinada. Em 1989, a Polícia Federal conseguiu arrebentar três grandes refinarias de cocaína que estavam sendo montadas no Brasil, duas no Mato Grosso e uma em Goiás. Além dessas, dezenas de pequenos laboratórios caseiros, que poderiam produzir de 2 a 3

quilos de cocaína por semana, foram descobertos e fechados no Amazonas, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “Temos descoberto uma média de três laboratórios por ano”, diz Paulo Magalhães, diretor do departamento de repressão a entorpecentes da Polícia Federal. “No ano passado, conseguimos acabar com quatro deles”.

Com grandes quantidades de cocaína circulando em território brasileiro e laboratórios instalados para a produção da droga, o Brasil passou a ter grande oferta do produto. Com isso, nos últimos dez anos, o perfil da cocaína consumida no País mudou e cresceu bastante. A droga, que era considerada cara, hoje tem preço-acessível — na semana passada o grama estava cotado em 3.000 cruzeiros — e é encontrada em qualquer lugar, até nas salas de aula. Uma pesquisa feita pela Escola Paulista de Medicina no ano passado em nove das principais capitais brasileiras revela que o consumo de cocaína entre os estudantes brasileiros aumentou em 25% nos últimos dez anos. O pó, que antes era restrito a altos executivos, hoje é usado por adolescentes. A cocaína se popularizou de tal forma no Brasil que até já está circulando em larga escala nas cidades de fronteiras uma espécie de crack tupiniquim. Trata-se do piftílio, um produto combustível que advém da pasta base da cocaína antes de passar por qualquer processo de refinamento ou purificação, sendo ainda mais prejudicial à saúde. Segundo o delegado Roberto Precioso, ao fumar um cigarro de piftílio, o consumidor está ingerindo éter e ácido sulfúrico em grande quantidade. “O piftílio provoca forte dependência física e pode levar o usuário frequente à morte em menos de dois anos”, adverte Precioso. Na cidade de Corumbá, na fronteira com a Bolívia, o piftílio é vendido em qualquer esquina.

Outra novidade que as novas rotas da cocaína trouxeram para o Brasil foi a formação de pequenas Medellín espalhadas por todo o território. Com 30.000 habitantes, a cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia, é um desses casos. Toda a economia do município está baseada na fabricação de móveis e no narcotráfico — e não se sabe quem faz mesas e cadeiras de verdade e quem apenas procura uma fachada legal para suas atividades criminosas. “Já descobriram diversos casos de fabricantes que desenham móveis robustos apenas para funcionar como esconderijo para o transporte de cocaína”, afirma um dos setenta agentes da Polícia Federal de Rondônia responsáveis pela cobertura dos 1.340 quilômetros que separam o Estado da Bolívia. Existem situações parecidas mesmo numa das regiões mais prósperas do país, como o interior paulista. Situada no meio da rota Corumbá—Rio de Janeiro—São Paulo, cercada por denensas de aeroportos clandestinos e fazenda imensas que servem de abrigo a quadrilhas de traficantes e contrabandistas, a cidade de Marília, por exemplo, tem boa parte de sua economia misturada ao dinheiro da droga. Ali, há um sistema de entrega de cocaína em domicílio e cheira-se a droga abertamente na entrada de bares da moda. A convivência da polícia é tamanha que em caso de morte por overdose é bastante comum ler-se um atestado de óbito no qual se informa, enganosamente, que a pessoa morreu de ataque cardíaco.

Mãos invisíveis — “O Brasil é uma vitrine para os traficantes”, diz John Hughes, chefe da DEA no Brasil. “Não há lei que altere quase 16.000 quilômetros de fronteira terrestre com poucos obstáculos e uma costa imensa.” É evidente, contudo, que os problemas do Brasil com as drogas são mais complexos que a geografia. Existe o drama de uma polícia

sem homens e sem equipamentos — a Polícia Federal dispõe de apenas 600 homens para controlar as fronteiras. Há também a corrupção. Em novembro do ano passado, por exemplo, um agente da Polícia Federal recebeu 100.000 dólares para facilitar a fuga de Umberto Ammaturo de uma cela de Brasília. Ammaturo é um dos líderes da Camorra, a máfia napolitana, responsável pelo envio de grande quantidade de cocaína para a Itália. Gérson Palermo, preso em 1987, também fugiu da cadeia em São Paulo e só foi novamente preso em janeiro deste ano, com 90 quilos de cocaína. Na CPI da Câmara que apura o narcotráfico, Palermo declarou que a Polícia Federal da fronteira facilita a ação dos traficantes.

Os meios políticos brasileiros também estão às voltas com o problema. São cada vez mais frequentes as denúncias a respeito de deputados do Estado de Rondônia que estariam envolvidos com traficantes de cocaína. No ano passado, descobriu-se que um cidadão condenado à prisão por tráfico de drogas era empregado do Congresso Nacional e continuava a receber seus salários normalmente. Feita a denúncia, abriu-se um inquérito para investigar o assunto. Não se sabe até hoje o que aconteceu porque, um pouco mais tarde, mãos invisíveis deram sumiço no inquérito.

OS QUATRO PABLOS FATAIS Com eles soltos, a droga vencerá sempre

Roberto Pompeu de Toledo

Agora que o Pablo Escobar de carne e osso está preso, só falta capturar outros quatro, cada um situado numa específica esfera de influência, e o problema da droga estará resolvido. A saber:

O Pablo Escobar do indivíduo. É aquele que habita as cabeças e avisa que, afinal, a droga oferece artigos altamente desejáveis — o prazer e o bem-estar, a viagem para longe das chateações do dever e das convenções. Por que tanta má vontade com ela?

O Pablo Escobar da sociedade. Irmão gêmeo do primeiro, é aquele que acena com a tolerância e até simpatia para com o hábito de se drogar. Os frequentadores não acham nada de mal, até pelo contrário, que em certas festas se façam filas nos banheiros para cheirar cocaína. Sorrisinhos de maliciosa cumplicidade são trocados.

O Pablo Escobar da economia. É o que espalha a miséria e vai deixando no seu rastro um exército de mão-de-obra disponível para os serviços da droga — o cultivo, o processamento industrial, o transporte, a distribuição.

O Pablo Escobar do poder. Consequência do anterior, é o que vai criando uma malha de interesses em torno do bilionário negócio da droga. Até que, no ponto avançado desse itinerário, passa a ameaçar as próprias instituições do Estado — ou lutando contra elas, ou colocando-as a seu serviço.

Os dois primeiros são universais. Os dois últimos, exclusivos do Terceiro Mundo. Intimamente relacionados entre si, eles são os supremos responsáveis pela presença marcante da droga no mundo de hoje, a ponto de deixar em segundo plano a prisão de um traficante, mesmo do porte de um Pablo Escobar. Na verdade, chegou-se a um estágio, nesta história, em que a prisão de um traficante não tem mais importância. Ou melhor, seus efeitos limitam-se à expressão de castigo contra um indivíduo, sem exercer influência alguma na produção, no fluxo ou no consumo da droga. Ninguém duvida de que, quando cai um Pablo Escobar, já existe outro, ou vários outros, para assumir seu lugar. Da mesma forma, quando

cai um “Escadinha” ou um “Meio-Quilo”, nos morros do Rio, já há outros fazendo o mesmo serviço.

Para que realmente o mundo da droga começasse a ruir, uma força que ainda não se vislumbra no horizonte precisaria se abater, sobretudo, contra os dois primeiros dos Pablo Escobar enumerados acima. Eles estão na base de tudo, e são responsáveis por uma constatação singela: não há consenso social em torno do combate à droga. Pelo contrário, ela dispõe de um amplo contingente de pessoas que, por sua ação ou omissão, fornece-lhe o apoio de que precisa para continuar existindo. “Os grupos que fazem uso da droga podem até ser minoritários, mas estão nos grandes centros, gozam de boa situação social e exercem grande influência”, afirma o psiquiatra Jurandir Freire Costa. Em outras palavras: enquanto os ricos continuarem a permitir no seu meio, às vezes em suas próprias casas, o trânsito mais ou menos livre e o uso mais ou menos irrestrito das drogas, não se acreditará que sejam realmente sérias as lutas travadas contra elas por polícias e governos que, no fundo, representam em primeiro lugar os interesses desses mesmos ricos.

Essa é a base da esquizofrenia com que a sociedade tem reagido ao problema, e que tem sua expressão mais acabada no comportamento dos Estados Unidos a respeito. Por um lado, o governo americano chega a operações estapafúrdias, sob o ponto de vista legal, como a invasão do Panamá e a prisão de seu homem forte, o general Noriega, em nome do combate às drogas. Por outro, a cultura americana gera filmes em que as drogas são consumidas com a naturalidade de quem colhe rosas num jardim —, como ocorre com o casal principal de *Polter-geist*. Do governo Reagan para cá, os Estados Unidos elegeram o agente externo como o inimigo principal, nessa guerra, e lançaram-se numa cruzada contra traficantes e governos latino-americanos. Ao mesmo tempo, não se tem notícia de uma campanha de igual porte no interior do monstro devorador de pó que é o mercado americano.

Essa ambigüidade dos países ricos gera, entre eles, dramas individuais e a multiplicação das clínicas de recuperação de viciados. No Terceiro Mundo é pior. Aqui, a questão corrompe a economia e, no seu momento mais agudo, ameaça as instituições — são as personificações do Pablo Escobar da economia e do Pablo Escobar do poder. Tanto quanto a Colômbia, o Brasil tem miséria suficiente para que muita gente seja atraída pela economia da droga. “Há sempre um exército de pessoas disponível a realizar o trabalho sem nenhum escrúpulo, porque perdeu o sentido do bem-comum”, diz Jurandir Freire Costa, um dos analistas mais inteligentes da questão no Brasil. No passo seguinte, o poder do traficante cresceu a ponto de ele comprar a polícia e entrincheirar-se em santuários onde não entra o poder do Estado — veja-se o caso das favelas cariocas.

Alerta — Uma pergunta que o caso Escobar sugere é se o Brasil pode virar Colômbia. O que acontece em certas favelas ou certas regiões de fronteira no Brasil é o que ocorre na Colômbia como um todo — a droga tomou conta. De tal forma, ali, o tráfico dobrou o Estado, que até na rendição Pablo Escobar teve o controle absoluto da operação, impondo desde a data até a prisão onde queria ficar. No Brasil não se chegou a isso, mas há sinais inquietantes. Recentemente, no Congresso, uma deputada e um deputado de Rondônia envolveram-se numa briga em que tão sonora quanto o soco disparado pelo segundo na primeira foi a mútua acusação de estarem envolvidos no tráfico de drogas. Na mesma Rondô-

nia, no ano passado, o candidato mais cotado nas eleições para o governo do Estado, Olavo Pires, acabou assassinado, num caso atribuído ao tráfico. E, há dias, foi morto o prefeito de Itaguaí, no Estado do Rio, em mais um crime em que se suspeita do cruzamento da política com as drogas.

Num país onde o esgarçamento moral permite que os fora-da-lei do jogo do bicho sejam recebidos no palácio do governo, como ocorreu sob o patrocínio do então governador Moreira Franco, do Rio, esses episódios funcionam como alerta. Houve tempo em que se fazia a brincadeira do “efeito Orloff” para expressar o temor de que a Argentina do momento, com sua inflação desesperada, fosse o Brasil de dali a pouco. Bons tempos. Pior é ser assaltado pelo temor de que a Colômbia de hoje, com seus conflitos sangrentos e a desmoralização que ameaça fraturar o Estado, possa ser o Brasil de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre congressista Gilvam Borges.

O SR. GILVAN BORGES (Bloco — AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, queremos comunicar a esta Casa a situação da Amazônia: a perseguição aos cidadãos daquela região é de fazer vergonha.

Estivemos visitando os rios da nossa região, e verificamos que os caboclos, os ribeirinhos estão realmente sem condições de sobrevivência.

Em nome da ecologia, em nome da demagogia, em nome dos artifícios das doutrinas ilusórias, que realmente deixam a população da Amazônia numa situação calamitosa, Sr. Presidente, registro nesta Casa que, em pronunciamento amanhã, no pinga-fogo, denunciarei essa situação. Este País está vivendo de miragem, e sacrifica uma população toda. O homem do campo não tem mais direito de matar um tatu ou uma paca, porque é processado violentamente; não pode mais instalar malhadeira nos rios, principalmente os fracos; não lhes é permitido usá-las. O homem da Amazônia está sendo realmente perseguido, principalmente aqueles que vivem às margens dos rios, nos igarapés. Por isso conclamamos os membros desta Casa, para que, juntos, tomemos providências, pois isso não está correto. A Eco-92 está aí, e o circo será armado a qualquer momento.

Amanhã, estaremos fazendo um pronunciamento para denunciar principalmente a ação do Ibama na Amazônia. Preserva-se o homem de uma maneira diferente. O bicho homem é o perseguido na Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 296, de 29 de maio de 1991, que altera a remuneração dos funcionários civis e militares da União e dá outras providências, tendo

— PARECER, sob nº 24, de 1991-CN, da Comissão Mista, pela constitucionalidade e no mérito pela rejeição, vencido o Relator Senador Elcio Álvares. (Mensagem nº 36/91-CN.)

Prazo: 29-6-91.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre congressista Hélio Bicudo, que falará contra a Medida Provisória nº 296.

O Sr. Germano Rigotto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre congressista.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na última quinta-feira, fizemos um requerimento, que enviamos à Mesa, solicitando a V. Exª a inversão de pauta da discussão da Medida Provisória nº 296, exatamente para permitir ao Governo que nos atendessem em termos de correções daquele instrumento.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, até para comunicar à Casa, participamos com outros Srs. Deputados, e Senadores, e entidades representativas do funcionalismo público federal, de uma audiência com o Ministro Jarbas Passarinho, que nos recebeu muito bem e, mais do que isso, foi muito sensível às colocações que fizemos. S. Exª ficou impressionado com alguns números que colocamos na mesa de discussão e prometeu que, neste fim de semana, entraria em contato com a área econômica do Governo, com o Presidente Fernando Collor, a fim de que, até amanhã à tarde, nos desse uma resposta positiva ou negativa com relação a mudanças que poderiam ser realizadas na política salarial do funcionalismo público.

Sr. Presidente, as mudanças ocorreriam através da correção do Projeto nº 910, que tramita na Casa, ou através de uma nova medida provisória. Não existe outra forma de mudar, ou de atender aqueles setores do funcionalismo que não foram contemplados pela Medida Provisória nº 296, e nem de corrigir as distorções que nela encontramos.

O que pergunto a V. Exª é o seguinte: Teremos essa votação amanhã à noite, na reunião do Congresso, como V. Exª já concordou, ou terminaríamos a discussão hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Germano Rigotto, a inclusão dessa matéria na Ordem do Dia decorre de norma imperativa, a que não pôde fugir a Mesa, segundo a qual cinco dias antes do termo do prazo de tramitação essa matéria terá que figurar encimando a Ordem do Dia, preterindo, portanto, outra e qualquer decisão, até mesmo do Plenário, na sua soberania. Daí por que, se na última quinta-feira admitimos a inversão da Ordem do Dia, hoje, a Mesa não teria condições de aceitá-la, exatamente para que não houvesse infringência expressa a uma norma regimental, claramente definida na Resolução nº 1/89. Não fora isso, evidentemente, não teríamos feito a inclusão dessa matéria para que iniciasse a Ordem do Dia.

Há um dado que posso transmitir a V. Exª. Geralmente, quando se protela a discussão das matérias é porque se admite a apresentação de emendas, que, em relação à medida provisória não é mais possível, porque o prazo se esauriu. Com a inscrição de vários congressistas, esgotaríamos o período de discussão; amanhã, então, cingir-nos-íamos apenas à votação dessa matéria, uma sessão que esperamos realizar a partir das 19 horas.

A preocupação de V. Exª é absolutamente procedente. Arrisco-me a aditar às informações que V. Exª transmite ao Plenário de que há poucos instantes, em contato com o Ministro Jarbas Passarinho; S. Exª confirmou os entendimentos

que se processaram e, dentre duas alternativas, o Governo, naturalmente, está fazendo sua opção para, segundo manifestação do titular da Justiça, contemplar categorias de servidores que foram marginalizados na Medida Provisória nº 296.

Se transferirmos, portanto, a votação para amanhã às 10h, teríamos um prazo razoável para conhecer o ponto de vista do Governo: editando medidas provisórias ou oferecendo sugestões, através de suas lideranças, a projeto que tramita nesta Casa.

V. Exª mostra extrema sensibilidade para o problema, como membro da Comissão Mista, e, sobretudo, em duas oportunidades como relator do vencido; no caso da admissibilidade, depois, na apreciação do mérito da proposição na comissão de que V. Exª fez parte.

O SR. GERMANO RIGOTTO — Sr. presidente, sei que essa Presidência está preocupada com esse assunto e V. Exª tem procurado interferir para que haja uma solução para esse impasse.

Minha preocupação — e certamente temos que atemos ao que determina o Regimento Interno — e se tivermos que esgotar a pauta, teremos de o fazer; mas, Sr. Presidente, eu preferiria que tivéssemos a continuidade da discussão amanhã. De qualquer forma, temos que ater-nos ao que determina o Regimento Interno.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acredito que todos esperam que o Governo Federal, o Poder Executivo seja sensível. Não podemos aprovar a Medida Provisória nº 296 sem que o Governo olhe para os mais de 300 mil funcionários públicos que não estão nela contemplados.

Não podemos, meu prezado e Exmº Presidente, Senador Mauro Benevides, aprovar a Medida Provisória nº 296 da forma como está. Por quê? Porque, ao invés de corrigir distorções, ela as acentua. Dissemos isso ao Ministro Jarbas Passarinho, que está empenhado na busca de uma solução e esperamos que até o final da manhã S. Exª apresente uma proposta que possa ser aceita pelo Congresso Nacional. É o que todos esperamos. De parte do Ministro Jarbas Passarinho, há vontade de realmente convencer a área econômica do Governo e o Presidente Fernando Collor da necessidade de enviar uma nova proposta a esta Casa. É o que esperamos para amanhã, não derrotarmos a medida provisória. Se tivermos que vir a plenário sem uma nova proposta, votaremos contra a medida provisória.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como Presidente, nobre Deputado Germano Rigotto, testemunho o empenho de V. Exª. Acompanhei *pari passu* as articulações, no final de semana, e agora corroboro as suas informações, que também me foram transmitidas pelo próprio Ministro da Justiça Jarbas Passarinho, no sentido de que o governo espera, nas próximas horas, anunciar a decisão, no que diz respeito à inclusão de funcionários que foram marginalizados inexplicavelmente na Medida Provisória nº 296.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, amanhã, data marcada para a votação da medida provisória, certamente o Plenário

rio do Congresso Nacional estará com um número condizente para a votação de matéria de tamanha importância. O Plenário que votará a medida provisória amanhã não é o mesmo que vai discuti-la, porque amanhã, certamente, o número de congressistas será muito maior do que o de hoje. Se encerrarmos a discussão hoje, faremos uma discussão com um Plenário bem limitado e uma votação com um Plenário amplo, isto é, o Plenário que vai votar não é o mesmo que ouviu a discussão ou dela participou.

Faço um apelo a V. Exª, no sentido de que a sessão possa fluir normalmente, hoje, com as discussões das diversas matérias, e que se suspenda a discussão da Medida Provisória nº 296, retornando-a, amanhã, em fase de discussão e votação, para que o Plenário que vai votar amanhã participe dessa discussão. Se a encerrarmos hoje, haverá um prejuízo muito grande; o de não realizar uma discussão pelo mesmo Plenário que vai fazer a votação, vamos ser pressionados por aqueles que querem uma discussão profunda desse questão, a fim de sensibilizar o Plenário a ter uma atitude de mudança quanto a essa medida provisória. Precisamos de uma boa maioria em plenário. Talvez tenhamos que retirar-nos da sessão ou suspendê-la, para que amanhã possamos realizar essa discussão.

Talvez seja possível encontrar essa conciliação, para que a sessão flua normalmente e, ao mesmo tempo, discussão seja complementada na sessão de amanhã e não encerrada na sessão de hoje. É o apelo que faço a V. Exª. Creio que há abertura regimental, para isso. V. Exª poderá, a qualquer momento, suspender os trabalhos e continuar a discussão da matéria na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Vivaldo Barbosa, a presidência tem demonstrado a este Plenário a sua sensibilidade, sobretudo quando se forma a contradição, uma defendendo determinado ponto de vista e outros a ele se contrapondo. Nessa matéria, concernente à Medida Provisória nº 296, que está ainda incluída na Ordem do Dia, faltam apenas cinco dias, é imperativa a norma regimental.

Veja V. Exª que há um dispositivo, art. 13 da Resolução nº 1/89, que à discussão dessa proposição.

“Art. 13. Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo prazo máximo de dez minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a congressistas favoráveis e contrários à matéria.”

Ao iniciar a discussão, hoje, o nobre Deputado Hélio Bicudo falará contra e, até o presente momento, não se inscreveu ninguém para falar a favor.

Mais adiante, diz o § 1º do art. 13:

“§ 1º A discussão se encerrará, após falar o último orador inscrito. Se, após o término do tempo da sessão, ainda houver inscrições a atender, será ela prorrogada por duas horas, findas as quais será, automaticamente, encerrada a discussão.

§ 2º A discussão poderá ser encerrada por deliberação do Plenário a requerimento inscrito de dez membros de cada Casa ou de líderes que representem esse número, após falarem dois senadores e seis deputados”.

§ 3º Não se admitirá requerimento de adiamento da discussão ou da votação da matéria.”

Veja V. Exª que, como o texto regimental é explícito e meridianamente claro, a Mesa estaria constrangida a atender à postulação de V. Exª, embora em relação à votação, no

encaminhamento que se vai fazer amanhã, a Mesa será mais liberal na concessão de tempo aos oradores que desejarem encaminhar essa proposição, que seria uma forma de compensar e atender ao objetivo de V. Exª: o de garantir ao Plenário pleno e integral conhecimento dessa importante proposição. Seria uma forma de conciliar; a Mesa flexibilizaria o tempo de cada orador, para que houvesse um amplo debate no encaminhamento da votação. Portanto, ao invés de ser rígido no cumprimento do tempo destinado, permitiríamos que o encaminhamento se processasse com mais liberalidade no que diz respeito ao fluir do prazo destinado a cada um.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Congressista, professor e intelectual Hélio Bicudo. Esperamos que o nobre congressista assome à tribuna. (Pausa.)

Como S. Exª não se encontra neste exato momento no plenário, mantemos a sua inscrição para logo após sua chegada.

Concedemos a palavra à nobre Congressista Maria Luiza Fontenele, que falará contra à Medida Provisória nº 296.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE (PSB — CE. Para discurtir. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaria de dizer do meu constrangimento em ter que falar neste momento sobre esse assunto. Explico por que, Sr. Presidente, além das questões já colocadas pelos Srs. Deputados que me antecederam, sabemos que estão em Brasília servidores de várias partes do Brasil. Só no mesmo avião em que viajei do Ceará para Brasília, vieram vinte e três servidores da Previdência.

E havia, naquele momento, a expectativa por parte daqueles servidores de, já no aeroporto, abordarem os deputados que pudessem estar aqui para defender interesses deles. E a certeza que tinham era de que hoje não haveria a discussão dessa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de declinar do direito de me pronunciar hoje a respeito da matéria, diante desse acordo.

Sei que V. Exª está procurando obedecer a um procedimento regimental, mas, no meu modo de compreender as coisas, não discordando da preocupação que V. Exª externa, estou orientada, neste momento, por um compromisso político que assumi com os próprios servidores, no sentido de não discutir essa matéria, de maneira que declino desse meu direito. Amanhã, quando do encaminhamento da votação, usarei da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputada Maria Luiza Fontenele, realmente, a Mesa sente-se, assim como os colegas de V. Exª, também frustrada por não vê-la discorrer, com o brilho habitual, em torno desse tema ou defendendo, como porta-voz categorizada, aqueles segmentos de funcionários que até o presente momento não foram contemplados com uma majoração nos seus vencimentos.

Evidentemente, amanhã, o Partido de V. Exª, o PSB, dirigido nacionalmente pelo Deputado Jamil Haddad, não vai escolher um outro intérprete para fixar a linha partidária que não V. Exª, sem que isso represente subestimação aos seus ilustres pares da Bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encaminhando à Mesa uma questão de ordem, no sentido de que os oradores que forem chamados, se não puderam comparecer à sessão de hoje, sejam considerados inscritos para a sessão de amanhã.

Como o Deputado Hélio Bicudo já foi chamado e não estava presente e V. Exª concedeu a continuidade da sua inscrição, eu requereria que sua inscrição permanecesse válida para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Vivaldo Barbosa, de conformidade com a explicação que a Mesa transmitiu ao Plenário há poucos instantes, respondendo à interpelação de V. Exª, o que a Mesa prometeu, e garantirá o integral cumprimento desse compromisso, é de que flexibilizará, no encaminhamento da votação, a rigidez regimental, com o desejo de um maior esclarecimento em torno desta matéria por parte das lideranças de cada bancada.

Então, a discussão prosseguirá hoje e hoje se concluirá. Mas, amanhã, a Mesa admitirá que o encaminhamento de cada bancada se faça em um espaço de tempo, não tão rigoroso como aquele sempre fiscalizado pela Mesa. A Mesa será flexível no encaminhamento dessa proposição pelo líder de cada Partido. Nobre Líder Vivaldo Barbosa, V. Exª poderá se inscrever neste exato momento. Embora a inscrição de V. Exª seja daquelas que os latinistas diriam *ex proprio jure*, V. Exª estará inscrito.

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é visível que há aqui um interesse em que essa discussão seja transferida para amanhã, até porque há a perspectiva de se encontrar, através de negociação, uma solução para um assunto que interessa a todos.

Então, faço um apelo a V. Exª e, se meu apelo não for atendido, quem sabe uma verificação de **quorum** deva ser feita, porque não há **quorum** sequer para o prosseguimento da sessão. Apelo, então, para que amanhã, com tranquilidade, iniciemos a discussão dessa matéria tão importante, para a qual todos nós desejamos encontrar uma solução.

Em nome de um bem maior, Sr. Presidente, até numa pequena transgressão regimental, creio que se justificaria esta solicitação, nesta hora.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Adylson Motta, V. Exª é um dos regimentalistas mais respeitados nesta Casa, com longa vivência na interpretação não apenas da Resolução nº 1, que disciplina o exame da medida provisória, mas também de matérias pertinentes ao Congresso Nacional e à própria Câmara dos Deputados, a cujo plenário V. Exª pertence, com uma atuação marcante em todos os momentos.

Sabe V. Exª, se isso realmente ocorrer, a inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão, também se concluirá o período de discussão dessa matéria. A Mesa apenas garante a V. Exª e aos demais líderes que amanhã será a

mais liberal e tolerante possível, permitindo aos líderes partidários que, no encaminhamento de votação, utilizem aquele espaço de tempo que possa garantir a definição de cada um dos partidos com os argumentos capazes de convencer o Plenário e orientá-lo nos respectivos votos.

A palavra é concedida, agora, ao nobre Congressista Chico Vigilante, que vai falar contra a Medida Provisória nº 296. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a par das características de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 296, queremos ressaltar o aspecto de falta de equidade para com um número tão grande de servidores, como aqueles que estão nas universidades federais e nos diversos institutos e não foram contemplados com o ajuste previsto nessa medida provisória.

Além de se estar provendo um ajuste na remuneração dos servidores civis e militares, aquele do devido em relação ao aumento da inflação, está-se excluindo servidores que são, também, pagos pelo Governo Federal e que jamais poderiam deixar de ser contemplados. Isso reflete a falta de atenção do Governo do Sr. Fernando Collor de Mello, Presidente da República, para, em especial, com o ensino público em nível universitário. Das 48 universidades federais, no Brasil, 45 estão com seus professores e funcionários em greve. Isso representa uma desatenção dramática para com a qualidade do ensino universitário, para com as pesquisas, para com o avanço na qualidade da pós-graduação em nosso País.

O Partido dos Trabalhadores propôs ao Governo que se desse um ajuste da ordem de 50%, de maneira linear, a todos que recebem do Governo Federal. Claro que seria adequado haver alguns ajustes, mas se não se puder dar o ajuste mínimo, de acordo com o aumento do custo de vida, a todos os servidores, não se pode ter outro caminho senão o de assegurar esse ajuste da ordem de 50% a todos os servidores.

Temos ouvido o depoimento de professores e funcionários das universidades federais que hoje estão recebendo, em termos reais, uma remuneração equivalente a cerca da metade daquela que recebiam em março de 1990.

Não é à toa que na Universidade de Brasília, na Universidade Federal de São Carlos, na Universidade Federal de Fortaleza, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e em tantas outras hoje se espalham atos em defesa do ensino público universitário, em defesa da escola pública.

Mas o que é importante também ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que esse arrocho na remuneração dos servidores públicos federais e daqueles não contemplados na Medida Provisória nº 296, é, na verdade, o outro lado da moeda do acordo que o Governo brasileiro pretende realizar com os credores internacionais. O Governo quer apresentar, se é que vai conseguir, um superávit nas suas contas, incluindo a administração direta e indireta; tenciona, se o conseguir, obter um superávit não apenas operacional, mas também primário, e para isso está apertando o cinto, arrochando salários, inclusive não ajustando o salário daqueles que o Governo considera que pode deixar de lado, enquanto dá prioridade ao atendimento das pressões das instituições financeiras internacionais, que estão a cobrar os juros devidos — segundo eles, de 1989 e 1990 — e mais os serviços da dívida externa

do Brasil, que hoje soma, segundo as palavras do Ministro Marcílio Marques Moreira, 123 bilhões de dólares.

Ainda hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apresentamos um requerimento de informações junto ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento para saber qual, na realidade, é o resultado operacional e qual é o resultado primário das contas do Governo Federal. Se, realmente, está havendo um superávit primário, de que montante é, se, realmente ao longo do segundo semestre, vai repetir-se a previsão e a realização de um superávit primário, para saber, mais claramente, na hora de pagarmos os juros e os serviços da dívida externa, não estará o Governo dependendo, principalmente, de emissão de moeda do chamado *seigniorage*, numa proporção muito maior do que a adequada para financiar o crescimento da economia. E o agravante disso tudo é que, na medida em que se acelerar a emissão de moedas para se adquirir divisas para pagar os serviços da dívida externa, teremos, como contrapartida, uma aceleração da inflação, que irá, certamente, diminuir o poder aquisitivo daqueles cuja remuneração está sendo ajustada em nível inferior ao necessário, para assegurar-lhes a recuperação do poder aquisitivo. E, mais ainda, se agravará a situação de servidores, tais como os não contemplados na Medida Provisória nº 296, como os das universidades federais, dentre outros.

Assim, Sr. Presidente, queremos dizer o quão importante é a reflexão que o Governo estará fazendo até amanhã, no sentido de modificar o conteúdo da Medida Provisória nº 296, para que possam os Srs. Congressistas examiná-la de maneira a contemplar aquilo que é mais do que um direito de todos os que trabalham no setor público federal.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Chico Vigilante. (Pausa.)

S. Exª não se encontra presente.

Continua em discussão a matéria.

O Sr. Adylson Motta — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS. para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o assunto tratado pela Medida Provisória nº 296, já havia sido objeto de um projeto de lei.

Quero dizer a V. Exª que, por três vezes, votei contra a matéria. Na última sessão, eu me abstive de votar, querendo uma tradição de estar presente aqui em todas as votações, e o fiz atendendo a um apelo do Ministro Jarbas Passarinho. S. Exª foi muito claro — até declarei esse fato nos jornais — ao assegurar-me que, nesse segundo momento, o Governo iria negociar, iria introduzir algumas alterações, entre elas iria acrescentar categorias profissionais que teriam ficado de fora, que não teriam sido contempladas por essa medida, assim como pelo projeto que a antecedeu.

Então, Sr. Presidente, hoje, quando pedi a V. Exª que, num artifício até regimental, transferisse para amanhã a discussão, o fiz porque ainda estou acreditando nas palavras do Ministro Jarbas Passarinho, um homem que sempre me mereceu o maior respeito e a maior consideração. Evidentemente, S. Exª deve estar consultando o Presidente para introduzir algumas modificações. Quero mesmo que isso aconteça, até

para que eu tenha uma justificativa para votar a favor dessa medida, porque, senão, terei que ser coerente e, mais uma vez, votar contrariamente à Medida nº 296, como votei contra o projeto.

Por que votei contra, Sr. Presidente?

Votei contra porque se dizia que esse era um aumento, e como aumento ele é uma tragédia. Eu até disse que não é um ofensa, é um palavrão contra o funcionário público.

Primeiro, é injusto por que seria inconstitucional se fosse um projeto de aumento, uma vez que, nitidamente, dá índices diferenciados de aumento a categorias civis e militares.

Em segundo lugar, é profundamente injusto, porque está premiando aquele que não é profissional da função pública, que é o ocupante de cargo eventual de confiança — o DAS — em detrimento do que faz carreira na função pública, uma vez que o aumento dos DAS é três ou quatro vezes superior ao aumento do funcionário de carreira. Mais uma vez é injusto, Sr. Presidente, porque contempla as categorias superiores e dá aumentos menores para aqueles dos escalões inferiores da função pública.

E, por último, digo que é injusto, repito, Sr. Presidente, porque quebra todos os princípios de justiça que possa haver. Então, baseado nessas informações, de que premia as categorias que estão fora, que não são profissionais da função pública; dá aumentos maiores para que os que estão nos escalões superiores da função pública e deixa fora quatorze categorias profissionais — não sei se na medida provisória continuam os mesmos quatorze — manifestei-me contra.

Sr. Presidente disse-me o Ministro Jarbas Passarinho que o disposto na medida não se trata de um aumento, que é apenas um ajuste, para evitar algumas distorções que teriam ocorrido e que depois, num segundo momento, de uma forma linear, seria concedido um substancial aumento para o funcionalismo público. Então, se o Governo até amanhã manifestar, de uma forma mais concreta, a sua real intenção de dar esse aumento linear, em cima de um ajuste que se faria agora, eu estou disposto a, amanhã ou depois fazer uma concessão e até mudar o meu voto, manifestando-me a favor da Medida nº 296.

Agora, a continuar nos termos em que está, sem negociação, sem modificação, eu já antecipo o meu voto, Sr. Presidente: votarei novamente contra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência sente-se no dever de oferecer uma explicação a V. Exª, nobre congressista Adylson Motta.

Hoje, às 17 horas, o Ministro da Justiça confirmou-nos que processava-se uma negociação no âmbito do Executivo, e S. Exª esperava que até amanhã, ao meio dia — já que esta Presidência o notificara de que na noite de terça-feira ocorreria a votação da matéria — as lideranças parlamentares pudessem conhecer o pensamento do Governo a respeito da inclusão, no aumento, das categorias funcionais a que aludiu o nobre Parlamentar.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Comunico aos Srs. Congressistas que amanhã, no processo de votação, a Presidência será o mais flexível possível para permitir aos líderes que encaminhem a votação, e o façam de modo a orientar o Plenário na votação dessa importante proposição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica igualmente sobrestada a votação dos demais itens da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

II VETOS PRESIDENCIAIS

— 2 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 6º;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea c do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1989

(Nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 159/90-CN.)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;
- inciso IX do art. 6º;
- art. 11;
- art. 15;
- art. 16;

- item II do § do 2º do art. 26;
- parágrafo único do art. 27;
- § 1º do art. 28;
- 4º do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3º do art. 51;
- § 3º do art. 52;
- § 1º do art. 53;
- § 5º do art. 54;
- § 2º do art. 55;
- §§ 2º e 3º do art. 6º;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109;

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 50, DE 1990

(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, de veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10-91-CN)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;

- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo:28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 63, DE 1990
(Medida Provisória nº 273/90)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências.

(Mens. nº 14/91-CN.)

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 1989
(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola.

(Mens. nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;
- §§ 1º e 2º do art. 8º;
- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;
- itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
- §§ 2º e 4º do art. 31;
- art. 32;
- art. 33, **caput**, e § 1º;
- art. 34;
- parágrafo único do art. 37;
- art. 38;
- art. 39;
- art. 40;
- art. 41;
- art. 43;
- art. 44;
- art. 46;
- item IV do art. 48;
- § 1º do art. 50;
- art. 51;
- art. 53;
- art. 54;
- art. 55;
- art. 57;

- art. 61;
- art. 62;
- art. 63;
- art. 64;
- art. 67;
- art. 68;
- art. 69;
- art. 70;
- art. 71;
- art. 72;
- art. 73;
- art. 74;
- art. 75;
- art. 76;
- art. 77;
- art. 78;
- art. 79;
- art. 80;
- itens I, VII, IX do art. 81;
- itens II, III e VII do art. 82;
- art. 83;
- art. 86;
- § 2º do art. 87;
- art. 88;
- art. 90;
- art. 91;
- art. 92;
- item V do art. 96;
- § 1º do art. 99;
- art. 100;
- art. 101;
- art. 105;

Prazo:2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 9 —

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.

(Mens. nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 16; e
- itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, destinada à aquisição de medida provisória e vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

**ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA,
EM 5 DE MARÇO DE 1991
(Publicada no DCN, de 6-3-91)
Retificação**

Na publicação feita no DCN, de 6-3-91, na página 1130, 3ª coluna, na Ordem do Dia, na fala da Presidência em resposta ao Sr. Ubiratan Aguiar,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Exª tem razão. Será providenciado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à votação seguinte.

O Sr. Ubiratan Aguiar — Sr. Presidente, V. Exª vai colocar em votação agora o art. 11?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Exatamente. Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Exª tem razão. Será providenciado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à votação seguinte.

O Sr. Ubiratan Aguiar — Sr. Presidente, V. Exª vai colocar em votação agora o art. 11?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Exatamente, em globo, os arts.

**ATA DA 10ª SESSÃO CONJUNTA,
EM 7 DE MARÇO DE 1991
(Publicada no DCN, de 8-3-91)**

Retificação

Na publicação feita no DCN, de 8-3-91, na página 1167, na 2ª coluna no item 26, da Ordem do Dia,

Onde se lê:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 878, DE 1986

Leia-se:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1986

**ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA,
REALIZADA EM 16-4-91
(Publicada no DCN, de 17-4-91)**

Retificação

Na página nº 1358, 2ª coluna, imediatamente após a legislação citada do Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992 e dá outras providências, inclua-se, por omissão, o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, mensagem presidencial que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 31, DE 1991-CN
(Nº 150/91, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em cumprimento ao preceito constitucional do art. 84, XXIV, tenho a honra de encaminhar, para exame de Vossas Excelências, os volumes anexos, que compreendem as contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1990.

Obedecendo ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 do Decreto-Lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, submeto também a Vossas Excelências o relatório sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira federal, elaborado pelo Departamento do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Brasília, 15 de abril de 1991. — **Fernando Collor**.
EM nº 101

Em 12-4-91

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência os Balanços Gerais da União, relativas ao exercício de 1990, e o Relatório do Departamento do Tesouro Nacional sobre a execução orçamentária e as atividades do Governo Federal.

2. As peças de que se trata constituem a Prestação de Contas do Presidente da República ao Congresso Nacional, de conformidade com as disposições constitucionais a seguir transcritas:

“Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.”

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
XXIV — prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.”

3. O Decreto-Lei nº 199, de 25-2-67, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, estabelece a seu termo:

“Art. 29. O Tribunal dará parecer prévio, em 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega, sobre as contas que o Presidente da República, no prazo constitucional, deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional.”

4. Submeto ainda a Vossa Excelência minutas dos expedientes a serem dirigidos ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, comunicando o cumprimento das disposições constitucionais e legais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Zélia M. Cardoso de Mello**, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 493, de 1991-CN, destinada a “investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa em instituições de ensino e pesquisa do Brasil”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1991

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e um, às dezessete horas e quarenta minutos, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes

os Senhores Senadores Mário Covas (Presidente), Francisco Rollemberg, Nelson Wedekin, Mansueto de Lavor, Eduardo Suplicy, e os Senhores Deputados Cesar Bandeira, José Thomaz Nonô, Marcelo Barbieri, Nelson Proença, Magalhães Teixeira, Ariosto Holanda e a Senhora Deputada Irma Passoni (Relatora), reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino em pesquisa do Brasil”.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da comissão e solicita seja dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. A seguir, convida os Senhores Dr. Luciano Coutinho, Presidente da Fundação Economia de Campinas — CCAMP; Dr. Wilson Suzigan, Assessor da CCAMP, e o Dr. Jorge Gerdau Johanpeter, Presidente do Grupo Gerdau, para tomarem assento à Mesa. Com a palavra o Dr. Luciano inicia sua explanação, tecendo comentários sobre o relatório encomendado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, com base em estudo realizado nos Estados Unidos, a respeito da perda de competitividade das indústrias americanas frente ao Japão e outros países. Prosseguindo, coloca que o relatório foi dividido em três blocos de problemas: identificar quais as grandes tendências de transformação tecnológica, organizacional e financeira nos anos 80; a definição de uma metodologia para analisar a indústria brasileira e os problemas estruturais básicos do Brasil, que afetaram a indústria. Coloca, ainda, a questão da educação, sendo fundamental para o desenvolvimento tecnológico no Brasil, citando o sistema educacional na Alemanha e as grandes tendências internacionais. Assume a presidência o Senhor Deputado Cesar Bandeira. Finalizando, o expositor fala sobre a competitividade, enfatizando ser um resultado de estratégias construídas em grande medida, deliberadamente. Com a palavra, o Dr. Wilson Suzigan fala sobre as indústrias brasileiras, fazendo um contraste com a atual situação e, em sua palestra, faz algumas observações sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; investimentos com as pesquisas, fazendo uma comparação com o que é gasto na área de pesquisas nas grandes e médias empresas internacionais e o padrão de relações gerenciais trabalhista. Reassume a presidência o Senhor Senador Mário Covas e, em seguida, passa a palavra ao Dr. João Paulo Reis Veloso. Inicia sua explanação fazendo alguns comentários sobre o trabalho apresentado pelos oradores que o antecederam. Menciona que o setor industrial brasileiro não tem uma indústria fossilizada, como se encontra, em geral, nos países do Leste Europeu, citando o resultado do desempenho das exportações brasileiras no período 1990/1991. Finalizando, fala, ainda, sobre os problemas das relações capital-trabalho; o mercado de consumo de massa; competição interna de mercado e o sistema de financiamento, incentivos científicos e tecnológicos. Com a palavra, o Dr. Jorge Gerdau faz um breve relato sobre a atuação do Grupo Gerdau do qual é presidente, menciona o custo financeiro da produção, o conceito de competitividade e o sistema tributário no Brasil.

Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputados Ariosto Holanda, Nelson Proença, Deputada Irma Passoni e o Senhor Senador Mário Covas. Com a palavra, o Senhor Deputado José Thomaz Nonô solicita que a comissão se reúna amanhã às nove horas. Com a palavra o Senhor

Deputado Marcelo Barbieri sugere que o relatório mencionado pelo Dr. Luciano, seja enviado a cada membro da comissão. Com a palavra, o Senhor Presidente agradece a presença dos senhores expositores e convoca reunião a realizar-se amanhã às nove horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 493, DE 1991-CN, DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS E AS DIMENSÕES DO ATRASO TECNOLÓGICO NOS PROCESSOS PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA, BEM COMO NOS PROCESSOS DE PESQUISA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA DO BRASIL, DESTINADA A OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES DR. LUCIANO COUTINHO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ECONOMIA DE CAMPINAS — CCAMP; DR. WILSON SUZIGAM, ASSESSOR DA CCAMP; DR. JOÃO PAULO REIS VELOSO, PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS — IBMEC, E DR. JORGE GERDAU JOHANPETER, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Mário Covas

Relatora: Deputada Irma Passoni

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Declaro aberta a reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa em instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

Nesta tarde, a comissão decidiu convidar algumas personalidades com o objetivo de construir ou tentar construir um painel para uma análise e um diagnóstico sobre a situação tecnológica da indústria brasileira, bem como a construção eventual de um sistema de inovação no Brasil. Para este objetivo, a comissão convidou, como expositor, o professor Luciano Coutinho, a quem peço que venha à Mesa. (Pausa.)

Como debatedores, convido os Srs. Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; o ex-Senador Severo Gomes, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; o Dr. Wilson Suzigan, Assessor da Fundação de Economia de Campinas, e o Dr. João Paulo dos Reis Velloso, Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais — IBMEC, a quem peço, também, que tome assento à Mesa.

O Sr. Senador Severo Gomes ainda não está presente, mas podemos iniciar nossos trabalhos.

O painel se realizará da seguinte maneira: o expositor fará uma exposição e, em seguida, os debatedores falarão sobre o tema, após o que, a partir da relatora e, em seguida, os membros da comissão, qualquer pergunta poderá ser dirigida tanto ao expositor como aos debatedores.

Passo, então, a palavra ao Dr. Luciano Coutinho, a quem solicitei que fizesse uma exposição sobre o tema.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Sr. Presidente, Senador Mário Covas, é uma satisfação e uma honra prestar este depoimento a esta importante comissão do Congresso Nacional.

Eu basearei a minha exposição em transparências.

O resultado deste projeto de pesquisa deveria começar pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, com base em estudo realizado nos Estados Unidos, em 1987, 1988, a respeito da perda de competitividade das indústrias americanas frente ao Japão e outros países.

As conclusões daquele relatório levaram a Secretaria de Ciência e Tecnologia a encomendar um estudo semelhante, que buscasse desenhar um painel setorial da situação tecnológica, de capacitação tecnológica, de forma de aquisição de tecnologia e dados de processo produtivos em vários setores, e, ao mesmo tempo, buscar avaliar problemas estruturais. No caso do relatório americano, identificar vários problemas sistêmicos, entre os quais a dificuldade organizacional da empresa americana, dificuldade no relacionamento entre produtores e fornecedores, deficiência do sistema educacional americano, enfim, várias deficiências sistêmicas, inclusive, também, a questão do mercado de capitais americano, do sistema financeiro americano, muito orientado para o curto prazo e muito pressionado por operações de aquisição, ou seja, os valores que havia levado a empresa americana a uma adoção de estratégia muito de curto prazo, a decisão do resultado geral.

Evidentemente, buscou-se, então, nesse estudo abordar essas três ordens de problema. Vou colocar aqui rapidamente o estudo. O relatório foi dividido em três grandes blocos de problemas. O primeiro foi identificar quais as grandes tendências de transformação tecnológica, organizacional e financeira nos anos 80, que haviam contribuído para mudar o panorama industrial e tecnológico nos anos 80.

Estão aqui listadas sete tendências importantes, que foram objeto de contratação e estudos por consultores estrangeiros. Diga-se de passagem que esse projeto envolveu a contratação de mais de 80 consultores, sendo 25 consultores estrangeiros — japoneses, europeus, norte-americanos —, para diversos desses temas gerais ou setoriais.

Aqui estão sete tendências importantes, e a de transformação tecnológica é importante, ainda que rapidamente percorramos, para que se possa contrapor a situação brasileira a essas tendências.

O segundo bloco são questões que dizem respeito à definição de uma metodologia para analisar a indústria brasileira. Buscou-se, então, caracterizar dentro da indústria brasileira, tal como ela havia se estruturado afora. Digamos, seu último impulso de industrialização, visto que são importações, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o que teria acontecido na indústria nos anos 80? Em termos de concentração, ciclo de produtos, enfim, buscamos usar metodologia clássica de organização da indústria para analisarmos. Tendo como objetivo analisar estruturas de produção, processos de produção dominantes nas estruturas industriais e também as suas estruturas de organização e gestão empresarial. Da mesma forma fazer uma radiografia das bases e estágio de capacitação tecnológica, a nível de sua capacidade. Como as empresas adquirem a tecnologia, como processam, bem como aprendem, em seu departamento de engenharia, em seus departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

Se discutiui durante um bom tempo uma definição de um roteiro comum, bastante detalhado, que cobrisse todas essas dimensões, e se buscou fazer uma escolha de setores que cobrisse um leque representativo de situações da indústria brasileira. Então, buscou-se setores capital em ciclo, setores de ciclo produto mais longo, de tecnologia mais estabilizada, setores de processo contínuo, diversos setores de processo não contínuo ou discreto, setores com elevada presença dos custos globais da indústria, setores básicos para os custos industriais; setores importantes para o mercado interno, para o consumo de base, setores importantes onde se faz uma política de distribuição de renda; setores importantes para a exportação. Enfim, se buscou cobrir uma gama representativa de setores.

Esses setores, eventualmente, não cobrem toda a estrutura industrial brasileira, mas eles são representativos em diversas situações. Buscou-se, em primeiro lugar, colocar um complexo eletrônico de indústrias eletrônicas, dado ao reconhecimento que esse complexo adquiriu, hoje, nas economias desenvolvidas, num papel-chave. Ele é hoje o principal complexo industrial da tecnologia desenvolvida.

O setor de bens de capital, pelo seu papel fundamental como transmissor de inovações tecnológicas, o setor de insumos intermediários, que no caso do brasileiro, além de ser uma importantíssima presença na vida industrial, tornou-se um dos poucos setores que conseguiram lograr, especialmente em alguns desses casos, uma situação relativa a sua capacidade de competição no mercado internacional, e conseguiu investir e exportar, ao longo dos anos 80, se contrapondo, com exceção, ao conjunto da economia.

Alguns setores representativos de bens de consumo: consumo de mana, têxteis e calçados, o setor de consumo mais sofisticado, como acontece no setor de discos. Além disso, se buscou varrer alguns setores novos, em princípio, de ciência. Biotecnologia aplicada à agricultura, à indústria de sementes, biotecnologia aplicada à saúde, como os biofarmas; a indústria de química fina, novos materiais, tendo se destacado a cerâmica e o quartzo.

Então, foi esse o painel dos setores que geraram esses vinte estudos industriais, que foram reaplicados, por estudos, de um nível internacional. Foram contratados estudos sobre a situação brasileira, sobre o que está ocorrendo no mundo nessas respectivas indústrias. Em alguns casos, mais de um estudo feito por consultores técnicos.

É importante destacar a ausência de alguns setores. Por exemplo, não foi pesquisada nenhuma agroindústria importante. Essa é uma área especialmente importante. O setor de serviço não está presente. Isso se deveu ao fato de esse estudo ter sido comissionado num tempo muito curto de apenas um ano, e que teria sido impossível cobrir — só quero, por exemplo, exemplificar — o estudo do MIT foi feito em dois anos e cobriu apenas dez setores. Então, com um esforço muito grande, conseguimos abranger aquilo que nos foi possível, nesse setor. A eletrônica de consumo e as telecomunicações foram tratadas de uma maneira mais geral, e se buscou destacar a microeletrônica e a formação industrial. Reconheço que é importante, e aparentemente há uma intenção de continuidade nesse estudo, estudar a eletrônica que está concentrada na Zona Franca de Manaus e a política de telecomunicações. São duas formas do complexo eletrônico. Esta é uma observação importante.

Finalmente, aquela metodologia em todos esses setores, o terceiro bloco de problemas, que são os problemas estrutu-

rais básicos do Brasil que afetam a indústria. E aí, quatro blocos grandes de problemas foram identificados. O primeiro diz respeito à seguinte pergunta: “Será que a estrutura empresarial brasileira, é uma estrutura moderna, capaz? Poderia ela ser o veículo importador de um processo de informação?”

Essa pergunta é relevante. Aparentemente, a estrutura empresarial brasileira, nos anos 80, avançou muito pouco, e quando comparada à estrutura empresarial de outros países, Coreia e mesmo Tailândia, a estrutura industrial brasileira ficou pequena, em termos de tamanho dos seus fluxos industriais. Mas, talvez, mais importante, em termos de estratégias; aparentemente as estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros é uma estratégia limitada, foi uma estratégia muito mais defensiva, estratégia que não buscava como eixo fundamental a procura de sinergia tecnológica interna. O grau de difusão das inovações organizacionais e gerenciais é relativamente baixo, a preocupação com essas inovações é recente e, em grande medida, a cultura empresarial também é relativamente obsoleta em vários pontos. Quer dizer, as relações intra-setoriais são muitas vezes conflitivas. Como, por exemplo, o caso do complexo automobilístico autopeças, que, no caso asiático e japonês, tem a cooperação fornecedor/produtor como fundamental para o sistema de *just in time* e controle total de qualidade, enquanto que, no Brasil, tem uma relação conflitiva tanto com a força de trabalho, quanto com a indústria fornecedora.

A visão de mundo é às vezes atrasada, embora existam exceções. Foi feita uma pesquisa de percepção empresarial, que mostrou que há um despertar empresarial para o problema, mas ainda é majoritariamente tênue a consciência quanto à importância das inovações organizacionais, tecnológicas e da cooperação intra-empresa.

Também, dentro da empresa, intra-empresa, as relações com a força de trabalho resumem-se, ainda, à adoção dos novos métodos de redução das hierarquias. Hoje, há uma revolução organizacional na empresa que reduz hierarquias, aproxima os níveis de comunicação, reduz a departamentalização, facilita muito a comunicação horizontal entre os departamentos de **marketing**, engenharia, desenho e produção, o que permite uma sinergia interna muito forte na empresa. As estruturas empresariais brasileiras ainda estão despertando para isso. Ainda é muito grande o número de estamentos e a departamentalização é muito forte. Então, há um problema com a estrutura empresarial. Esse problema não decorre, não decorreu apenas de uma perversão cultural ou de um atraso. Decorreu do fato que a economia ficou estagnada, os investimentos — salvo algumas exceções — não obrigaram a atividade empresarial a buscar novas formas, novos processos.

Na verdade, a situação financeira, o quadro financeiro era sistematicamente adverso à atividade, especialmente à atividade de risco tanto no campo ecológico, quanto no campo do investimento.

Na verdade, nos anos 80, aprofundou-se o abismo entre banco e indústria, no Brasil. Detectamos, com uma série de dados, para as empresas líderes de capital nacional e estrangeiro, ao longo dos anos 80, um processo de desendividamento. A empresa privada fugiu do banco. De maneira que, em fins da década de 80, o Brasil é a estrutura capitalista que tem a mais baixa taxa de endividamento bancário do mundo capitalista. Quer dizer, o Japão tem uma taxa de endividamento de 80% sobre o capital total. É dívida de longo prazo ou financiamento de longo prazo, cruzado a partir de empresas de previdência privada, a partir de bancos que pertencem

ao próprio conglomerado. As empresas coreanas são, também, altamente alavancadas por dívidas. A empresa industrial francesa tem, em média, 67% de dívida. A empresa alemã, perto de 65%. São coeficientes de endividamento mais baixos que o japonês, mas coeficientes razoáveis.

Mesmo a indústria americana tem coeficientes de endividamento elevados, relativamente ao brasileiro. Embora sejam, junto com a Inglaterra, os mais baixos do mundo, porque a empresa americana tradicionalmente se financiou diretamente através de emissões de debêntures próprias ou de ações no mercado.

Há, entretanto, um estudo, que recolhemos, um estudo contratado a um especialista, que demonstrou mudanças nos anos 80, interessantes. Não vou entrar nisso, porque seria uma nota de rodapé. Mas, por exemplo, a indústria americana, nos anos 80, aumenta um pouco o seu endividamento, com medo de ser adquirida por uma operação altamente endividada, através de operações de mercado, recomprou, foi ao mercado e recomprou ajudou até a valorização da Bolsa americana para se defender de operações de aquisição. De maneira que a contribuição da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, nos anos 80, foi negativa no financiamento industrial, que me pareceu uma surpresa em face da enorme valorização das Bolsas de Valores, em face desse comportamento defensivo.

A média americana está perto de 50% de dívida por total de capital. O Brasil é o pólo oposto ao Japão: termina a dívida com uma relação de capital total onde a dívida representa apenas 20%. Lembro que esta dívida calculada sobre o valor contábil do patrimônio, o que levou alguns empresários a entenderem que, para média de indústria, está até um pouco elevada e eles consideram que, se fosse usado o valor econômico do patrimônio, essas dívidas seriam inclusive menores.

Então, a impressão é a seguinte: a desorganização do padrão de financiamento no Brasil em todas as disfunções e a incerteza, a falta de um horizonte de taxa de juros e cálculos econômicos levou a este endividamento.

Paralelamente, o desenvolvimento do mercado de capital e de outros mecanismos de financiamentos de longo prazo como emissão de debêntures, **royalties**, etc, ficaram truncados. Certamente depois o Ministro Veloso irá falar muito melhor que eu, pois é Presidente do IBMEC.

O Brasil está, no mínimo, dez a 15 anos atrasado em termos de tamanho potencial de seu mercado de capitais que pudesse sustentar formas mais longas de financiamentos no setor privado ou público. Um terceiro bloco de problemas importantes, talvez devesse figurar em primeiro lugar. Aqui o fato de terceiro lugar não significa que ele seja menos grave. Reputo até mais grave do que os que os outros dois; é o que se poderia chamar de tragédia educacional brasileira.

Os índices educacionais brasileiros, apesar de terem avançado quantitativamente — e tenho depois uma tabela muito importante para mostrar — apresentam deficiências extremamente preocupantes quanto à qualidade do ciclo básico. Simplesmente o Brasil tem vagas para todas as crianças em idade daquela faixa escolar, mas a qualidade, o índice de evasão e outros pontos são alarmantes na escola brasileira.

Há depois um funil educacional: o Brasil não conseguiu alargar substancialmente a quantidade de jovens na escola, no ginásio e no colégio em sua respectiva faixa etária que estejam de fato na escola e na universidade, apesar de ter crescido quantitativamente passou de 2% para 10% da faixa

etária de 18 a 25 anos, apesar disso enfrenta uma série de dificuldades.

De maneira que há um funil educacional, há uma inadequação. O Brasil não forma uma quantidade de engenheiros e de especialistas técnicos em área de tecnologia avançada, por exemplo, quando comparado à Coreia. O Brasil começa a perder, inclusive, em massa de especialistas, de engenheiros e outras áreas. Falta também massa crítica na pós-graduação. O sistema de pós-graduação brasileiro foi sujeito nos anos 80 a uma oscilação orçamentária, e não houve um avanço significativo a partir da base que se havia conseguido com os esforços dos anos 60 e parte dos anos 70.

Então há o problema educacional. O mais grave é que esse problema é também quantitativo e afeta fundamentalmente a relação de trabalho.

Queria chamar a atenção a esse ponto porque a questão de educação é vista por todos os especialistas como algo fundamental para o desenvolvimento da indústria. A educação sempre foi e sempre continuará sendo um direito fundamental do cidadão, mas ela deixa de ser apenas isso e passa a ser um requisito fundamental para o desenvolvimento industrial de qualquer País. Por quê? Porque as novas técnicas de produção, às quais voltarmos em seguida, apontam para um perfil de operário e um perfil de trabalhador em serviço dentro da indústria no futuro, que necessariamente precisa operar equipamento digitalizado, precisará saber ler, decodificar e interagir com equipamentos digitalizados.

A preocupação hoje de todos os sistemas educacionais, especialmente o alemão, que é o mais avançado — contratamos um consultor alemão para explicar como a Alemanha está cuidando do seu sistema educacional para o trabalho — mostra que a Alemanha tem valorizado crescentemente a educação básica. Um bom trabalhador do futuro precisa saber a língua materna, precisa saber Matemática, Geometria, precisa ter capacidade de iniciativa na resolução de problemas lógicos, e precisa ter uma boa formação humanística geral. Ele precisa ter capacidade de articular idéias. E a Alemanha condena qualquer tentativa de especialização, de profissionalização precoce da força de trabalho, o que nos obrigaria a rever todo o sistema de profissionalização brasileiro se quisermos pensar num tipo de educação ajustado ao trabalho do futuro.

Não se trata apenas, portanto, de recuperar a qualidade da escola, do professor, mas de repensar as grades curriculares e o conteúdo da educação brasileira, o que coloca um desafio que vai além da própria cultura do setor educacional, que tem se revelado muito fechado à transformação do conteúdo dos processos educacionais.

Finalmente, a incapacidade, a desarticulação e a fragmentação dentro do Estado brasileiro que vem da crise fiscal e financeira do Estado, do fato dele não dispor de uma poupança fiscal que lhe permita induzir investimento não dispor de um sistema de financiamento a longo prazo, o fato de se ter praticamente erodido a credibilidade do sistema de dívida pública, enfim, todas essas dificuldades agravam a capacidade de articulação de políticas dentro do Estado.

Além disso, há uma obsolescência do próprio aparelho de Estado, instrumentos e agentes que foram fundamentais para o velho padrão de industrialização, não o são mais, necessitariam ser reformados e, ao mesmo tempo, não se concebeu quais são as novas agências e os novos instrumentos, ou a reforma que se deveria empreender nas agências e nos instrumentos existentes para que eles pudessem cumprir novas

funções do ponto de vista do Estado, principalmente no que diz respeito ao fomento à capacitação tecnológica interna às empresas, ao fomento de novas estratégias sem cultura empresarial ao fomento de novas relações de trabalho e um avanço quantitativo e qualitativo na questão educacional. Então, a reforma do Estado é algo que está bastante discutido e eu serei, portanto, mais breve.

Retomarei, então, as grandes tendências internacionais, porque creio que é frente a elas que se pode contrastar de uma maneira mais dramática a situação brasileira. Gostaria de dizer que para cada um desses blocos eu tenho um conjunto de transparências. Se eu fosse mostrá-las aqui, a exposição levaria praticamente três horas. Mas tenho aqui transparências que comparam a estrutura empresarial brasileira com a estrutura empresarial coreana. Pegam os 15 maiores grupos coreanos, comparam com os brasileiros e mostram que há uma sensível diferença.

Contam-se nas mãos os grupos brasileiros que dispõem de uma estratégia mais moderna.

Sobre a questão financeira, nós temos aqui transparência de tabelas que mostram qual é o grau de endividamento nos países capitalistas, qual é do brasileiro, como é que se comportaram nos anos 80.

Sobre a situação educacional há algumas tabelas que comparam o Brasil com outros países, e especialmente com a Coreia. E sobre a questão fiscal há várias tabelas mostrando a perda da capacidade fiscal e a situação de crise do Estado. Caso haja depois algum interesse, eu poderia mostrar.

Falarei sobre as tendências internacionais antes de falar rapidamente sobre os setores. A primeira importante tendência internacional é o peso do complexo eletrônico nas economias desenvolvidas. A indústria automobilística deixou de ser o carro-chefe da indústria no mundo. Ela o foi durante todo o século XX, mas, hoje, o complexo de indústria de base microeletrônica que compreende a informática, as telecomunicações, a eletrônica de consumo, os bens de automação industrial digitalizados, os equipamentos específicos para eletrônica embarcada em bens duráveis, especialmente em automóveis, esse recorte de setores hoje tem um peso dominante nas estruturas industriais desenvolvidas.

Como por acaso essa tabela está à mão, vou apresentá-la, porque ela é impressionante.

Mostra-se aqui o peso do complexo eletrônico comparado ao complexo automobilístico no valor agregado da indústria no emprego e nos salários. Esse dado é de 1987. É verdade que o complexo automobilístico americano encolheu pela metade. A indústria americana fabricava de dez a 12 milhões de unidades e fabrica, hoje, seis; e o Japão, por sua vez, fabrica dez milhões de unidades e exporta de 55 a 60% disso, a maior parte para os Estados Unidos. O complexo automobilístico japonês é relativamente maior, hoje, do que era no passado, e o americano encolheu.

Mas o complexo eletrônico é maior nos dois casos, em 1987. O que quero dizer é que o valor desse complexo eletrônico, em 1975, nas estruturas industriais desenvolvidas, era de 3% do PIB industrial. Ele cresceu para uma média de 11% nos países desenvolvidos.

Na Alemanha, o complexo automobilístico, que é muito forte, ainda ganha do eletrônico, mas se se comparar as taxas de crescimento, é uma questão de tempo para o setor eletrônico superar o automobilístico.

Mesmo na Inglaterra, o complexo eletrônico é forte. A Inglaterra tem uma base forte em **software**, tem uma base forte em serviços.

Na Itália, o complexo automobilístico é maior, em face da força da sua indústria automobilística, mas o complexo eletrônico é significativo.

Só para comparar, eu queria dizer que se considerarmos o consumo total na área eletrônica, no Brasil, incluindo-se os bens produzidos pela Suframa, temos um complexo eletrônico de mais ou menos 5,5, quase do tamanho do da Itália.

Se suprimirmos a Suframa, porque não sei se considero a Suframa uma área de produção industrial brasileira ou uma plataforma japonesa de entrada e montagem no mercado brasileiro, o complexo brasileiro fica um pouco menor. Se incluirmos, ele fica mais ou menos do tamanho.

Mas qual é a importância desse complexo? Ele é importante para empregos, para salários, é um setor que cresce de uma vez e meia a duas a média da indústria. Ele cresce muito mais rápido. Ele tem o poder, hoje, de dinamizar as relações internas não só dentro de si próprio, mas num conjunto cada vez mais amplo, especialmente com a aproximação da base tecnológica do complexo eletrônico com a base tecnológica dos setores de bens de capital.

A digitalização, a entrada da informática e da microeletrônica na área de bens de capital tende, com o tempo, a aproximar a base tecnológica dos dois setores, e este é um fator muito importante para o futuro, para o dinamismo futuro das indústrias. Esta é uma constatação.

É importante lembrar que o complexo eletrônico cresce com uma redução de preços relativos extremamente significativa. Se tomarmos o preço dos equipamentos de computação nos últimos 20 anos e verificarmos a capacidade de processamento de **bits** por dólar, veremos que o preço relativo da capacidade de processamento caiu, em termos reais, a uma velocidade de 20% ao ano.

Não há paralelo, na história econômica mundial, de uma queda de preços relativos tão forte num período histórico, com a capacidade de difundir esses equipamentos. O barateamento da capacidade de processamento é alguma coisa fantástica na história econômica recente. Isso mostra a importância de se ter uma política articulada por um complexo eletrônico.

Qualquer política industrial moderna não pode ignorar esse complexo e a necessidade de uma política articulada por ele. Eu diria até que uma política de informática, no Brasil, se é que ela virá — e está em discussão no Congresso — a ser reformulada em uma direção criativa, deverá ser na de dar ao complexo eletrônico uma envergadura mais ampla. Não se pode ignorar a importância desse complexo.

O segundo ponto, quero dizer que tenho aqui várias transparências sobre a comparação de taxas de crescimento e sobre a queda não só dos preços relativos dos computadores, como também de outros bens de informática, inclusive bens de consumo.

A dos computadores é espetacular, mas vou colocar aqui uma tabela que mostra por exemplo, quedas de custos e preços unitários de vários produtos: TV em cores, videocassetes, calculadoras de mesa. Os processos de difusão são muito rápidos, assim como os processos de queda de custo. São dados impressionantes, que permitem que esse complexo crie mercado, no sentido de que cria novos produtos, que se difundem com grande velocidade e permitem uma grande velocidade de acumulação dentro do próprio sistema, que contém muitas relações virtuosas de auto-indução.

Há também uma tabela que mostra a queda de preços, a capacidade de processamento de computadores. Essa tabela mostra que o preço cai, aqui a capacidade das memórias e a capacidade de processamento dos processadores que equipam os microcomputadores, o 80/88 caracterizou a primeira geração de microcomputadores brasileiros. Esse é um gráfico logarítmico, isto seria uma exponencial, o crescimento da capacidade de processamento dos **chips**, das memórias é exponencial. Há uma outra tabela que mostra quedas muito fortes nos preços desse produto, e é isso que permite que os bens de informática se barateiem de maneira tão veloz e criem esse círculo virtuoso de crescimento.

Esta é uma constatação quantitativa e qualitativa. O complexo tem um peso, que tem papel fundamental na dinâmica das economias modernas. Ele não é um complexo que lidera o crescimento industrial da mesma forma que o setor automobilístico fazia. A indústria montadora constituía um tipo de complexo industrial que articulava, através de relações fornecedor/produção, relações que os economistas chamam de insumo/produto de baixo para cima, enormes cadeias industriais.

O complexo eletrônico funciona diferentemente: funciona pela difusão de equipamentos de maneira genérica. Em geral, a capacidade de processamento é aplicável genericamente desde uma planta industrial, que está processando informações como temperatura, pressão de um processo físico-químico, de uma petroquímica, por exemplo, ou a transações bancárias. O tipo de inovação que se origina de produtos, que se origina do complexo eletrônico, é bastante abrangente, que perpassa todo o conjunto econômico. É um tipo de dinamismo extinto. Creio que é preciso fazer um esforço para repensar políticas industriais, à luz dessa constatação.

O segundo ponto extremamente importante, e para o qual foram comissionados vários estudos — um japonês e um europeu — foi a seguinte pergunta: o que está acontecendo e o que vai acontecer com a automação industrial nos anos 90? Essa foi a pergunta. A resposta foi a seguinte: configura-se, ao longo dos anos 90, uma transição rápida em direção a um paradigma novo de automação industrial. A automação industrial, até a década de 70, é basicamente eletromecânica pura. Nas grandes plantas de processo contínuo de produção, uma petroquímica ou uma aciaria, que são grandes processos contínuos que não podem ser paralisados, nessas plantas há uma completa integração de todo o ciclo de produção. De outro lado, no setor de bens de capital por encomenda, num pólo oposto, a produção industrial era feita quase peça a peça com encomendas especificadas, utilizando-se máquinas operatrizes universais. Então, dentro do padrão industrial dominante no século XX, estou colocando os processos mais automatizados por integração eletromecânica, que eram os processos contínuos. Os processos menos automatizados, no sentido de integração completa, eram os bens de capital sob encomenda, que tinham que ser usinados ou torneados quase que artesanalmente não artesanalmente no sentido antigo, mas manufatureiramente. No meio disso, existia um processo típico e importante, que eram as grandes cadeias de montagem, das quais a indústria automobilística é um exemplo. Parte do processo industrial automobilístico era integrado eletromecanicamente e parte era montado manualmente e em esteiras num processo chamado pelos economistas de “fordista” — havia uma grande esteira, onde o operário entrava para apertar dois parafusos, simplificando ao máximo as tarefas. Ele só sabia fazer com perfeição aquela tarefa, passar uma pistola para pintar etc. Hoje o robô substituiu.

Então, esse era o padrão de automação até os anos 70. Bom, esse padrão de automação sofreu transformações ao longo dos anos 80. Essas transformações introduziram flexibilidade e uma onda inicial de automação não de base eletromecânica, mas de base eletrônica na produção industrial.

Essa etapa da automação poderíamos chamar de automação programável ou reprogramável. É uma automação que permite, através da absorção de certos equipamentos novos — os primeiros equipamentos foram os comandos numéricos simples. Os primeiros controladores lógicos, que controlavam apenas um equipamento. Posteriormente, esses controladores lógicos foram se interligando e criaram-se sistemas de controle mais amplos. Hoje, toda a indústria, como, por exemplo, a petroquímica, pode estar controlada por malhas eletrônicas, com um computador hierárquico, que é capaz de otimizar o fluxo da produção em tempo real, enquanto o fluxo ocorre.

Então, o sistema distribuído de controle foi penetrando nas indústrias de complexo contínuo, os controles numéricos e os controladores lógicos programados foram penetrando na manufatura, e os robôs foram sendo introduzidos na linha de montagem. Porque a linha de montagem havia simplificado, e, em certo sentido, imbecilizado a tal ponto o trabalho manual, que ele pôde com certa facilidade ser replicado por um robô. Então o robô começou a substituir as operações manuais mais simples. A robótica entra, entram os controladores, e, no setor de bens de capital, os comandos numéricos evoluem para comandos numéricos computadorizados. Daí foi um passo para fazer o desenho e o projeto por computador; e, ligando o desenho e o projeto por computador ao comando da máquina, consegue-se chegar a um sistema de manufatura já comandada da prancheta eletrônica.

Então, esses sistemas vão se fechando. O prognóstico de todos os especialistas é o seguinte:

Primeiro, o barateamento do preço dos computadores de processo industrial e dos computadores hierárquicos vai tornar os sistemas de automação mais acessíveis, mais baratos.

Segundo, o grande gargalo, hoje, segundo a maioria dos especialistas, não está nos equipamentos. Os equipamentos de automação já chegaram a um patamar de preços razoável, e se cair mais o preço vai se tornar um investimento atraente do ponto de vista do custo-benefício. O que dificulta a automação industrial é a integração pelo **software**. A dificuldade está em integrar o comando do processo de produção no resto da fábrica com o comando intermediário das ordens de suprimento de partes e peças para alimentar o processo com o comando de gestão, em nível da fábrica, de ordem de produção em cima com o comando no nível mais alto, estratégico da empresa, que terá que fazer ordens e determinar planos de produção em função daquilo que a empresa deseja vender. Então, a integração desses estamentos todos de **software** é que dificulta um processo de avanço muito rápido da integração industrial.

Há, aqui, por exemplo, uma concepção. Quero mostrar a evolução da concepção japonesa de integração industrial. Mas, para não perder tempo, vou mostrar apenas uma tabela que mostra o sistema de uma fábrica em Tsukuba de comandos numéricos computadorizados, em que existem seis níveis diferentes de **software** operacional integrados. Aqui, numa ponta, no comando da empresa é o sistema de subsidiárias e de vendas da empresa que está capturando todas as oportunidades de negócios demandadas através do **marketing**; o que a empresa está vendendo? Onde está vendendo? O que ela

precisa? Essas ordens serão processadas em conjunto com o departamento de desenho, desenvolvimento para responder às demandas de mercado. Isso vai entrar num processo de planejamento de produção. Tudo isso vem por computação integrada até chegar ao nível da fábrica, onde células manufatureiras flexíveis vão operacionalizar as ordens de produção que vão descendo em vários níveis.

A dificuldade toda é integrar o **soft** e fazer com que todo esse sistema trabalhe integradamente, como se fosse uma única base didática, uma única lógica. Hoje, os japoneses já passam a definir o sistema de automação industrial, de automação por manufatura CIN — **computer, integratel, manufacture**, mais abrangentemente do que o faziam há poucos anos. Há poucos anos eles entendiam a integração manufatureira só dentro da fábrica, hoje eles já estão entendendo que o **marketing** e o suprimento da base fornecedora têm que estar integrados dentro do sistema. Então eles já estão concebendo um sistema mais abrangente por integração. Evidentemente, isso depende de avanço em **soft**. O avanço em **soft** não é exponencial, é linear, depende de **times**, de equipes de trabalho humano, mas a previsibilidade desses especialistas é a de que daqui para o fim do século se constituam soluções padrão em condições de se difundir amplamente e que, até lá, o preço do equipamento será reduzido. Então estaria a informação num novo padrão de automação industrial muito mais avançado.

Qual é a característica importante desse padrão de automação? É a flexibilidade. A automação passa a permitir alta flexibilidade nos processos industriais. Por exemplo, já hoje em algumas fábricas japonesas de automóveis é possível ao consumidor encomendar as características do automóvel. A idéia de que o automóvel existe numa versão simplificada, uma versão luxo e uma outra intermediária, que no fundo são padronizadas. No tempo do Henry Ford se dizia: “Você pode escolher a cor que quiser para o automóvel, desde que seja preto”. Isso porque ali tinha um contrato que só permitia automóvel preto. Hoje, evidentemente, você tem essas escolhas. É possível imaginar — isso já ocorre no Japão — que o consumidor escolha várias características, o sistema vai alimentar o sistema fabril e os robôs, sem tirar o automóvel da linha, dentro da produção em massa, em grande escala, injetarão características sob medida. Quer dizer, é um paradoxo fazer produção sob medida e, ao mesmo tempo, em grande escala. Esta flexibilidade permite uma muito grande aproximação das estratégias ao consumidor. A empresa que não conseguir atender rapidamente às peculiaridades, os desejos do mercado perderá terreno. Daí a importância de importar a defasagem entre a percepção de mercado e a sua concretização enquanto produto. É preciso encurtar isso. Isso implica em um tipo de automação que permita essa flexibilidade.

Os economistas já batizaram esse tipo de processo de produção. Os economistas franceses batizaram os processos industriais, dominantes até os anos 70, de “Fordistas”, por causa da linha de montagem correta.

Esse processo, evidentemente, implica numa mudança profunda nos processos de trabalho. O operário de uma fábrica desse tipo, no futuro, terá que ser um operador de equipamento de digitalizado; ele, terá que ter uma noção ao reprogramar um equipamento, terá que ter uma idéia das consequências dessa operação no conjunto do processo. Ele não pode ser um operário especializado apenas numa tarefa. A ênfase das empresas grandes é no sentido da multiquificação, polivalência da fonte de trabalho, rotação da força de trabalho

entre as diversas tarefas. Há de se buscar um perfil novo para a força de trabalho. Ao mesmo tempo, esse trabalhador do futuro, com essas características, implica numa base educacional diferente do trabalho. A percepção desses processos ainda é muito pobre no Brasil.

Finalmente, esta mudança na automação industrial e esta mudança correlata nos processos de trabalho carregam consigo uma revolução também na organização da empresa. É óbvio que toda estrutura de hierarquia gerencial da empresa fica revolucionada por esses nossos processos de automação e de gestão.

Exige intensa cooperação desse departamento, aquelas características a que fiz referência.

As técnicas do tipo *just in time* ou controle total de qualidade implicam também, não apenas que dentro da empresa exista uma grande cooperação entre os departamentos e a força de trabalho tem um alto nível de qualificação, não apenas dentro, mas é da empresa para fora.

A empresa precisa se relacionar com seus fornecedores, que têm que ser olhados como parceiros de produtividade, têm que se relacionar com a força de trabalho de uma maneira cooperativa.

A empresa japonesa olha a força de trabalho como um ativo, até porque a força trabalho tem um emprego vitalício, na maior parte. A estabilidade de emprego levou a empresa japonesa a olhar o trabalhador como se fosse algo fundamental para própria continuidade da empresa. A relação com o trabalhador não é de mercado, aquele que "roda" o trabalhador, desemprega-o e emprega outro. Ele olha seu trabalhador como algo precioso, que precisa ser educado, qualificado, porque nele reside grande parte da capacidade competitiva da empresa.

Então essas são mudanças culturais importantes, que estão em andamento, estão sendo copiadas. Há esse padrão de inovação organizacional, do tipo *just in time*, e há variações, nomes diferentes. Os americanos estão copiando com o nome *quick response*, resposta rápida. Ou um sistema mais abrangente, *num controle total de qualidade que vem do fornecedor até o fim* estão sendo copiados pelos europeus e pelos americanos. A arte de inovação organizacional japonesa está sendo copiada em todo o mundo. As multinacionais estão se reestruturando para copiar essas inovações.

A percepção, como vimos, no Brasil, da estrutura empresarial, ainda é muito tênue. Consultamos um especialista japonês para avaliar as experiências brasileiras de *just in time*. Ele disse o seguinte: "O que vocês fazem aqui não é um verdadeiro resultado, porque a empresa brasileira faz o *just in time* para dentro, ela racionalizou dentro da empresa, mas não consegue ter uma relação estável de cooperação com o fornecedor". Fazer *just in time* significa trabalhar com o mínimo possível de estoque e ter uma relação de produção quase do "tamanho da boca", em termos de suprimento de partes e peças.

A relação de conflito quase obriga a fábrica montadora a ter enormes estoques e se prevenir contra a dificuldade de relacionamento com os fornecedores. Os fornecedores, por sua vez, quando a demanda se aquece, tentam recuperar a margem de lucro.

Não sei se estou perdendo a noção de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Não há um prazo propriamente fixado. Temos um único problema, o Dr. João Paulo, me dizia há pouco que tem uma limitação de prazo, tendo em vista que tem que pegar o último voo, em virtude

de aniversário na família. Embora não haja nenhuma limitação de tempo, a exposição está sendo muito rica, mas, se pudéssemos levar em conta a necessidade de fazer a participação dos demais, penso que aprofundaremos a questão da fase de pergunta.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Serei mais breve, Sr. Presidente.

Primeiro, *competitividade não é um conceito simples*. Competitividade não é mais um conceito ligado a vantagens, paradigmas e fatores de produção apenas. É claro que o Brasil tem vantagens comparativas absolutas em várias matérias-primas. Evidentemente, são vantagens que devemos estudar. Um dos exemplos bem-sucedidos do setor é o papel celulose.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Dr. Alexandre, vou ser obrigado a interromper um minuto.

Ocorre que o Senado está, neste instante, realizando uma sessão com votação secreta, para designação de embaixadores, e o Regimento obriga nesse instante a que suspendamos os trabalhos das comissões para estarmos presentes nas votações.

Certamente não haverá discussão a respeito, de forma que a votação se processará com extrema rapidez.

Solicito ao Sr. Vice-Presidente, a gentileza de assumir. Nós votaremos e voltaremos em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Bandeira) — Continua com a palavra o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Então, eu falava sobre competitividade.

Competitividade é um resultado de estratégias construídas e, em grande medida, deliberadamente.

Eu estava dando um exemplo: o Brasil consegue cortar uma floresta de eucalipto em sete anos. É uma vantagem competitiva absoluta que nenhum país do mundo tem. Qualquer país de clima temperado leva de 18 a 21 anos para cortar uma floresta de eucalipto. Foi o domínio da tecnologia de eucalipto de fibra curta para o papel que permitiu usar o eucalipto.

Então, a mesma utilização natural de clima, de solo, de energia solar, não se traduz sem tecnologia. As vantagens competitivas, resultados construídos. Elas têm como companheiro fundamental a empresa privada. Elas têm características de sistemas. Elas dependem da qualidade do sistema da interação entre a empresa e a diversidade das políticas de fomento ao desenvolvimento tecnológico que o Estado seja capaz de articular etc.

E um conceito importante: competitividade é hoje vista em dois ângulos. A produção nesse modo de sistema não é trivial. Alcançar um nível de produtividade físico, ou seja, produzir no estado da arte, naquele padrão tecnológico, não é trivial.

Um exemplo interessante: uma empresa americana líder em microeletrônica, a Motorola, se associou com a Toshiba para produzir memória. A Motorola é muito melhor que a Toshiba em capacidade de conceber circuitos integrados. Perguntou-se à Motorola porque ela se associou à Toshiba, e ela respondeu: "Nós sabemos conceber circuitos integrados, mas não sabemos produzir.

A Toshiba consegue um nível de rendimento físico na planta muito mais alto.

Então, não adianta só saber inovar, é preciso saber produzir.

Essa é uma pergunta importante para a estrutura brasileira: como aliar a estrutura industrial brasileira? Não se trata

apenas de olhar a capacidade de inovar, como em geral a área de ciência e tecnologia tende a ver a questão. Não só olhar para a capacidade de inovar, mas também ter uma capacidade de produzir, é preciso conjugar as duas coisas. A capacidade de inovar é importante, mas é preciso saber dominar a tecnologia de produção.

No caso brasileiro, para começar do começo, em vários segmentos é preciso, primeiro, aprender a produzir e depois acumular forças para aprender a inovar.

Essa é uma lição importante dos construtores internacionais. E isso é fundamental para a competição. Um outro ponto importante — eu estou passando por cima — fala-se muito em globalização, e com a globalização há, até certo ponto, pouca idéia de que existe uma cooperação fraternal entre as empresas que estão cooperando muito conosco. O que de fato globalizou aquilo que normalmente chamávamos antigamente de internacionalizar e hoje está globalizando? O que é de fato globalizar. Globalizaram os mercados financeiros, cambiais e de capitais; esses mercados, com movimento de trilhões de dólares, estão todos integrados por telemática e, de fato, funcionam articulados globalmente. Aumentou o número de oligopólios mundiais. A indústria automobilística, há quinze anos, ainda era uma indústria nacional e transformou-se numa indústria dominada por dez produtores mundiais, muito embora esses produtores mundiais já tenham abandonado a estratégia do carro mundial. Eles hoje pensam em carro regional. A idéia de carro global, do modelo global, não deu certo. Mas, enfim, existe um maior número de oligopólios mundiais e o plano é este: dinheiro e informação como mercadorias efetivamente globais, integradas formalmente. Agora, isso não quer dizer que o sistema tenha se globalizado e é importante ressaltar aqui o seguinte: hoje, as grandes empresas começaram a descentralizar suas atividades de pesquisas. A atividade de pesquisa nas indústrias internacionais sempre esteve muito concentrada nas matrizes e começou a ser descentralizada, é uma descentralização restrita. Mas, qual é o objetivo? É fazer pesquisa? É enriquecer outras comunidades industriais? Não. O objetivo dessa descentralização parece ser de estabelecer laboratórios que possam aprender ou capturar inovações, estabelecer postos de vigilância de outros sistemas tecnológicos de outros países que tenham a contribuir. Então, existem mudanças no sistema de empresas.

E, finalmente, existe uma forte interpenetração patrimonial. O déficit do balanço de pagamentos americano continuou por dez anos na escala de 150 bilhões de dólares-ano e transferiu para o resto do mundo um trilhão e 500 bilhões de dólares de massa do dólar. Esses recursos, em grande medida, voltaram para o mercado americano sob forma de investimento em ações, em propriedades imobiliárias, em títulos e valores. Então, a mesma forma, esses fluxos de investimentos europeu e japonês entraram nos Estados Unidos; esse tipo de investimento japonês entrou na Europa; e o investimento americano, a grande multinacional americana, já havia, no passado, penetrado em todos os rincões mundiais. Então, na verdade, hoje, deixou de ser indiferente para a grande burguesia japonesa se a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebra ou não quebra, porque ela tem um grande patrimônio lá; quer dizer, há uma interpenetração, há um maior cosmopolitismo patrimonial que talvez passe a ser uma das aplicações da maior facilidade de coordenação internacional e da maior percepção, em torno de 10 para 44% do total de possibilidades teóricas, matemáticas. Então, a intensidade da cooperação

peração é de que natureza, em termos? É uma cooperação que socializa fraternalmente a inovação tecnológica entre as empresas? Não.

Creio que é importante qualificar a globalização para não usar um conceito ideológico de globalização.

E, finalmente, um ponto que é considerado importante para a globalização, e eu o destaquei à parte, são as alianças tecnológicas. Existe uma base de dados na Universidade de Marssentawn, na Holanda, que elencou as 2.400 maiores empresas internacionais e fez o seguinte exercício: por análise combinatória, verificou todas as possibilidades “n a n x 1”; quer dizer, desde acordos bilaterais até acordos trilaterais, ou de quatro, ou cinco. Verificaram-se todas as possibilidades de acordo de cooperação possível entre essas partes, entre essas empresas. Descobriu-se que, da primeira para a segunda metade dos anos 80, essa cooperação cresceu em a mesma base de dados, através de uma técnica chamada **clousteronese**, descobriu que existe uma concentração dessas alianças. Existem alianças tipicamente lideradas por empresas japonesas, lideranças americanas e européias. Nos oligopólios mundiais, por exemplo, no automobilismo e em alguns outros mundiais, no material elétrico pesado, aí, sim, existem alianças efetivamente trilaterais; empresas de origem distintas. Mas, em geral, essas alianças são grupos contra grupos. A aglutinação delas é o seguinte: os custos do desenvolvimento tecnológico e o lto que é mais interessante para um conjunto de oligopolistas cooperarem, em princípio, para entrar em conjunto e estabelecer uma vantagem *vis-à-vis* homem.

De maneira que, em geral, essas atividades de cooperação já estão tipificadas, isto é, há uma jurisprudência que as regulam. Inclusive, os advogados já andaram tipificando isso. Essas alianças constituem uma nova dimensão da concorrência entre grandes empresas contra grupos. Não era possível ignorar a escala desses investimentos. O fato de que inúmeros projetos de alto risco são realizados, cooperativamente, não nos traz, também, lições para o Brasil. Processos tecnológicos de alto risco exigiriam projetos compartilhados. No caso americano, existe baixa tradição de cooperação, conforme o Estado americano determinava. Quatorze empresas de informática se uniram sob os auspícios do governo americano para formar uma empresa de crescimento. Existem iniciativas desse tipo que, se não ocorrem por cooperação, deveriam, de alguma maneira, serem induzidas.

Vou abreviar minha fala, voltando, oportunamente, a discorrer sobre os setores. Deixarei a incumbência ao Dr. Wilson Suzigan, que foi o vice-coordenador do projeto, para descrever a situação da indústria brasileira nos seus diversos campos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Bandeira) — Concedo a palavra ao Dr. Wilson Suzigan.

O SR. WILSON SUZIGAN — Sr. Presidente, prefiro falar sentado porque não temos transparências sobre os setores da indústria brasileira. Então, terei que olhar nas nossas anotações. O que vou fazer, para não alongar demais, dada a limitação de tempo, é complementar a exposição do Dr. Luciano Coutinho, tentando fazer um contraste com a situação da indústria brasileira, o que aconteceu durante os anos 80 e em que situação se encontra hoje a indústria brasileira diante desse quadro de transformações tecnológicas, organizacionais, gerenciais e radicais do processo de produção industrial em nível internacional, que foi colocada pelo Dr. Luciano Coutinho.

Gostaria só de fazer uma breve introdução para chegar depois à situação da indústria nos anos 80, tentando rememorar algumas das características da industrialização brasileira, antes da crise da década de 80, para ressaltar alguns pontos que são importantes em termos de mudança de tendência, a partir da década de 1980.

Como sabemos, na década de 80, a indústria brasileira apresentava um crescimento médio bastante elevado, mesmo em termos do padrão internacional. O investimento crescia à frente dessa produção, ou seja, a taxas mais elevadas do que a produção e, como resultado, a indústria brasileira apresentava uma taxa de elevação da produtividade industrial, considerada bastante elevada também em comparação com o padrão internacional.

Na segunda metade da década de 70, para os quais os dados são disponíveis, esse aumento de produtividade era da ordem de 3 a 3,5% ano ano. Havia sido iniciado o desenvolvimento de uma base de pesquisa científica e tecnológica de um modo geral, e esse foi o primeiro passo na constituição daquilo que no projeto procuramos caracterizar como um sistema nacional de inovação. Esse quadro, então, característico dos anos anteriores à década de 80, foi, praticamente, revertido, a partir dos anos 80. A pergunta é: Por quê?

É claro que há alguns condicionantes do próprio padrão de desenvolvimento industrial. O que crescia no período anterior à crise dos anos 80 era a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo duráveis, que eram setores líderes da indústria a nível internacional. Esses dois setores ou grupos de setores puxavam o crescimento dos setores fornecedores de insumos, e isso se constituía numa certa convergência da indústria brasileira em relação ao padrão de desenvolvimento industrial, a nível internacional.

A entrada da indústria brasileira nesse padrão de desenvolvimento industrial praticamente se completa no final da década de 70. Então, há um certo componente de perda natural de dinamismo que se poderia esperar que iria acontecer mesmo na década de 80, em função de se completar a entrada no padrão de desenvolvimento industrial, típico daquele período. Como se sabe, grandes blocos de investimentos da década de 70 foram completados em 79, 80, 81, e isso, por si só, já representava a possibilidade de uma perda de dinamismo.

Não há dúvida nenhuma que foram as políticas de ajustamento, implementadas pelo Governo, a partir de 1981, que interromperam o processo de crescimento industrial do Brasil, típico do período desde a década de 50 até o final da década de 70.

O que quero dizer, então, é que além daquele componente natural de perda de dinamismo houve um processo, uma tomada de medidas de política econômica que acelerou a perda de dinamismo do setor industrial, e precipitando a inversão de todas as tendências, que o crescimento industrial apresentava nos anos 70, quais sejam: as indústrias, líderes de bens de consumo duráveis, de bens de capital, perdem totalmente o seu dinamismo e passam a ser as indústrias que nos anos 80 foram as que mais reduziram o seu nível de produção.

O investimento, que vinha crescendo a uma taxa superior à taxa do produto industrial, passa a cair a uma taxa de queda mais elevada do que a taxa de queda do produto industrial e, em consequência, a tendência de aumento de produtividade da indústria brasileira também se reverte. Durante todo o período da década de 80 tivemos, praticamente, uma estagnação da produtividade industrial brasileira.

Esse quadro, que o Dr. Luciano Coutinho acabou de descrever, poderíamos completá-lo, dizendo que ele levou a indústria dos países desenvolvidos, dos principais países capitalistas avançados a um aumento de produtividade extraordinário. Por exemplo, o Japão, na década de 80, entre 80 e 87, teve uma elevação de produtividade de mais de 70%. O Brasil, durante toda a década de 80, não conseguiu elevar a sua produtividade industrial em mais do 3,6%, medindo-se a produção por trabalhador. Ela é um pouquinho superior se a medirmos, em termos de produção, por hora trabalhada. Aquele início de constituição de um sistema nacional de inovação também foi revertido. Durante os anos 80, houve uma limitação importante dos gastos em Ciência e Tecnologia, de tal forma que todo aquele esforço anterior nos anos 80 sofre um enfraquecimento durante a década de 80; a indústria brasileira não tem condições de acompanhar esse processo de transformação tecnológica, organizacional e gerencial a nível internacional, que acabou de ser descrito pelo Dr. Luciano Coutinho.

Vou, então, mencionar algumas características gerais, concentrando-me nessa redução do esforço de capacitação tecnológica, que é o aspecto central da transformação que está acontecendo a nível internacional, e descer a algum detalhe do atraso tecnológico da indústria, a nível de setores industriais. Sobre a limitação do esforço em desenvolvimento científico e tecnológico, primeiramente, cabe lembrar que o nível de gastos em desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil é extremamente baixo quando comparado ao padrão internacional. Se tomarmos, por exemplo, o percentual de gastos em Ciência e Tecnologia em relação ao Produto Interno Bruto e estou considerando como gastos de Ciência e Tecnologia aqueles efetuados pela União, estados e municípios, pelas empresas estatais, agentes financeiros do Estado e pelas empresas privadas no Brasil esse percentual, portanto, chega a menos de 1% foi estimado na pesquisa em torno de 0,7% no ano de 1989. Esse percentual, a nível de outros países, para efeito de comparação, atinge no caso dos países asiáticos, em média, considerando-se a Coreia, Formosa, Singapura, Hong-Kong em conjunto 1,3% do PIB; e no caso de países industrializados, chega a 2,7% do PIB. Uma outra medida do nível de gastos em Ciência e Tecnologia no Brasil, comparativamente ao nível internacional, é o gasto por habitante. No caso do Brasil, ele chega, segundo a nossa estimativa no ano de 1989, a 13,7 dólares por habitante. Esse valor se compara com o gasto por habitante nos países do Grupo dos Sete, portanto, dos principais países capitalistas mundiais, que é de 346 dólares por habitante, por ano. Portanto, em termos comparativos, o gasto, no caso do Brasil, não passa de 4% por habitante daquele que é feito em Ciência e Tecnologia nos países desenvolvidos. Uma outra característica importante de ressaltar é que, no Brasil, a fonte quase que única de gastos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou em Ciência e Tecnologia, de um modo geral, é o Governo tanto nas esferas federal, quanto estadual e municipal. Na nossa estimativa, e isso é baseado em dados do Orçamento de 1990, para Ciência e Tecnologia, o setor público no Brasil responde por 92% de todos os gastos de Ciência e Tecnologia. Portanto, a participação do setor privado é de apenas 8%. Essa participação do setor privado, nos países desenvolvidos é superior a 50% e nos países asiáticos é superior a 60%. Portanto, há aqui, vamos dizer, um contraste bastante forte em relação à experiência internacional quanto ao financiamento dos gastos em Ciência e Tecnologia.

Uma outra característica importante da indústria brasileira, com relação às atividades de pesquisa e desenvolvimento, é a aplicação do total de recursos de Ciência e Tecnologia, segundo setores de aplicação.

No Brasil a indústria absorve aproximadamente 45% dos recursos para desenvolvimento científico e tecnológico, ou seja, para geração de tecnologia industrial. Nos países capitalistas avançados, esse percentual chega a 90%. Isso se traduz num conceito que se criou para avaliar a concentração de gastos em tecnologia industrial, que é a chamada densidade tecnológica da indústria brasileira. A densidade tecnológica da indústria brasileira seria medida por essa concentração de gastos em pesquisa e desenvolvimento relativamente a sua participação no Produto Interno Bruto do País. No caso do Brasil, essa densidade tecnológica é pouco superior a 1, já que a indústria brasileira gera aproximadamente 35% do PIB e absorve aproximadamente 45% dos recursos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Essa mesma relação, no caso das indústrias dos países desenvolvidos, chega a 3, ou seja, a densidade tecnológica da indústria é 3 vezes superior à média da economia, como um todo. Isso dá idéia da fraqueza, do esforço do desenvolvimento científico tecnológico no setor industrial brasileiro.

Uma outra característica importante, a ser ressaltada, com relação ao esforço do desenvolvimento científico e tecnológico, foi a perda de recursos desse setor durante os anos 80. Não existem estimativas, nem conseguimos reunir os dados que permitissem fazer estimativas de uma série de dados agregados do total de gastos em Ciência e Tecnologia durante todo o período dos anos 80. O que foi possível fazer foi reunir os ganhos nos principais Fundos de Financiamentos para pesquisa de desenvolvimento tecnológico e os gastos, realizados pelo Estado, no financiamento de bolsas de estudo e auxílio-pesquisa.

O que se verificou, durante os anos 80, é que esses Fundos tiveram uma perda substancial de recursos. Para dar um exemplo apenas: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é atualmente o mais importante desses Fundos de Financiamento para Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, teve os seus recursos diminuídos de uma média de 250 milhões de dólares na primeira metade da década de 80 para cerca de 55 milhões de dólares, na média dos últimos anos da década de 80. Se subtrairmos do total de recursos aplicados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia — antigo Ministério da Ciência e Tecnologia — os recursos aplicados em bolsa que, aliás, foram a única forma de atuação em Ciência e Tecnologia, onde, durante os anos 80, se fez progresso, aumentando substancialmente os recursos para bolsas e auxílio-pesquisa, subtraindo essas bolsas, também se observa uma redução dos recursos aplicados em Ciência e Tecnologia, durante a década de 80, algo em torno de 400 milhões de dólares no início da década para cerca de 200 milhões de dólares no último ano da década.

Passando, então, ao atraso tecnológico da indústria e evitando entrar em detalhes a respeito de cada setor específico, porque acho que seria extremamente cansativo, eu gostaria apenas de ressaltar alguns aspectos mais importantes a respeito desse atraso tecnológico, que são aqueles relacionados à modernidade das instalações, ou seja, a idade média e atualização tecnológica dos equipamentos dos setores industriais, a utilização de tecnologias modernas de processo e de produto, as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em cada setor, a utilização de técnicas modernas de controle de quali-

dade, a utilização de inovações gerenciais e organizacionais, a interação entre o usuário e o produtor — que é uma característica importante, principalmente no setor de bens de capital a nível internacional —, as relações com fornecedores nos vários setores industriais e, por último, as relações gerenciais trabalhistas, o que se verifica como uma síntese dos resultados das pesquisas feitas para esses setores industriais, que constam aqui na transparência, e, evidentemente, se houver interesse, podemos entrar, durante os debates, em detalhes a respeito de cada um desses setores. Mas, no momento, seria mais produtivo ficar com esse resumo.

O que se verifica, então, é que a indústria brasileira, primeiro, com relação às instalações, aos equipamentos, ela opera —, pode-se dizer, generalizando — com equipamentos e instalações tecnologicamente defasados. É claro que o grau de defasagem é heterogêneo. Existem setores que são mais desatualizados e outros menos desatualizados. E o que a pesquisa mostrou é que a defasagem tecnológica é bastante acentuada nas indústrias de bens de consumo: na indústria têxtil, na indústria de confecções, na indústria de calçados e na indústria automobilística. Mas, mesmo nas indústrias mais modernas, ou seja, aquelas que foram instaladas mais recentemente, que são as indústrias produtoras de insumos básicos e de bens de capital, existe uma defasagem crescente, principalmente na introdução de equipamentos de automação.

Com relação ao segundo aspecto, que é a utilização de tecnologia modernas de produto e de processo, o que se notou é que a indústria brasileira tem um acentuado e crescente atraso na utilização dessas tecnologias, tanto nas indústrias de processo contínuo, que são essas indústrias produtoras de insumos básicos — e nessas indústrias esse atraso se dá em virtude de pouca utilização de tecnologias de informatização dos controles de processo, e de criação de capacidade de projetar mudanças de processo de fabricação — como também se dá esse atraso nas chamadas indústrias de processo discreto, onde a introdução de máquinas mais modernas é que está defasada.

Vale a pena ressaltar o que o Sr. Luciano Coutinho lembrou com relação às inovações gerenciais e organizacionais nessas indústrias de processo discreto, que são indústrias montadoras de eletrônica, de bens de consumo, de automóveis, mesmo de calçados, confecções etc. Nessas indústrias, a introdução de máquinas mais modernas necessariamente terá de ser precedida de maior difusão dessas inovações gerenciais e organizacionais a que o Dr. Luciano se referiu. Nesse caso das indústrias de processo discreto, é a difusão de equipamentos de automação da manufatura que se encontra defasado.

Com relação às tecnologias de produto, a indústria brasileira também tem muito pouca atividade tecnológica para desenvolvimento de produtos. Existem exceções, é claro, que são dadas pelas empresas líderes de alguns segmentos industriais, que se voltaram para o mercado internacional e passaram a empreender atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltadas para o desenvolvimento e a diferenciação de produtos. São empresas, por exemplo, dos segmentos de aços especiais, de autopeças, de celulose, que foi o exemplo que o Dr. Luciano deu, de equipamentos e sistemas de automação, alguns segmentos de bens de capital, da indústria de informática também e o exemplo conhecido da indústria de aeronaves, que é o caso específico da Embraer.

Fora esses casos de empresas líderes, de um modo geral, a indústria brasileira praticamente não desenvolve tecnologia

de produto e a pauta de produção da maioria dos setores é considerada pouco nobre. Quando se fala, por exemplo, da indústria siderúrgica, da indústria petroquímica, o passo para o enobrecimento do produto desses setores ainda está para ser dado e, é claro, depende da introdução de equipamentos e de processos mais modernos de fabricação.

Com relação às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a indústria brasileira apresenta um nível de gastos extremamente baixo em pesquisa e desenvolvimento. Isso, é claro, reflete o que falei antes em relação ao nível de gastos do País de um modo geral, que é extremamente baixo, e, principalmente, a característica que é particular da economia brasileira, que é uma participação extremamente reduzida do setor privado nos gastos em ciência e tecnologia.

Se considerarmos os setores, mesmo aqueles onde existem gastos significativos em pesquisa e desenvolvimento, no Brasil, que são os setores de equipamento e automação de microeletrônica, segmentos da indústria de informática, a indústria de máquinas-ferramenta, a indústria siderúrgica, a indústria de celulose, a petroquímica, o setor de autopeças e a produção de aeronaves, quando se faz a comparação a nível internacional, o que se verifica é que as nossas empresas líderes, que efetuam esses gastos de pesquisa e desenvolvimento, têm um nível de gastos muito mais baixo do que aquele dado pelo padrão internacional.

Infelizmente, não tenho o dado que permite discutir especificamente essas empresas, mas o padrão geral, a nível desses setores todos que foram estudados, mostra que — mesmo onde há gastos significativos — o nível de gastos no Brasil, por empresa, em relação ao faturamento da empresa, é muito mais baixo do que o padrão internacional. Quer dizer, é muito difícil conseguir esse tipo de informação, mas, provavelmente, deve ter caído também.

Com relação às tecnologias de controle de qualidade, o Dr. Luciano mencionou a tendência internacional de se aplicar a chamada ciência da qualidade, que consiste em ter um controle da qualidade total do produto, do processo de fabricação etc.

No caso do Brasil, o atraso é notório nesse aspecto. Praticamente em todos os setores analisados existem deficiências no controle de qualidade, tanto a nível do produto quanto dos processos de fabricação. Essa é uma característica geral dos setores analisados.

Com relação à introdução de inovações gerenciais e organizacionais, a indústria brasileira também está bastante atrasada, e aqui a referência usual é o sistema de **just in time** a que o Dr. Luciano também fez alusão, ou na sua versão americana, o **quick response**, ou mesmo outras inovações mais específicas, como as tecnologias de grupo, etc. Essas inovações, é importante ressaltar, além do fato já mencionado de que devem preceder a introdução de máquinas mais modernas no setor industrial, são inovações que têm um custo baixo, relativamente ao seu benefício, ao aumento de produtividade, e, portanto, é uma área onde a atuação da política industrial e tecnológica tem um campo vasto a explorar na indústria brasileira.

A nossa indústria ressent-se, também, de uma melhor interação entre o usuário e o produtor e isso se aplica com particular ênfase ao caso da indústria de bens de capital, onde essa interação entre usuário e produtor é muito deficiente. A indústria também apresenta um relacionamento conflitivo com os fornecedores, ao invés de cooperativo, num contraste flagrante com a tendência internacional, que foi mostrada

na exposição do Luciano. Isso, é claro, se aplica a setores onde a indústria se caracteriza pela montagem final de produtos que utilizam partes, peças, componentes, que são produzidos por uma rede enorme de fornecedores. No caso do Brasil, nessas indústrias que foram estudadas, principalmente de autopeças, a automobilística, a de calçados, a têxtil e de confecções, o que se notou foi a existência de um relacionamento que se caracteriza muito mais por ser conflitivo do que cooperativo entre usuários e fornecedores.

E, por último, a indústria brasileira, de um modo geral, apresenta um padrão de relações gerenciais trabalhistas que ainda encara o trabalho como um custo mais do que um recurso primordial da produção, dando, por isso, relativamente pouca atenção à questão do treinamento da mão-de-obra e da formação de operários polivalentes, que é a tendência internacional mais uma vez mostrada na exposição inicial deste painel.

Termino completando esse quadro de atraso tecnológico do setor industrial como essas características que acabei de mencionar, mais ou menos gerais a nível dos setores industriais que foram estudados, e adicionando alguns problemas estruturais que poderíamos chamar de desequilíbrios da estrutura produtiva. Uma das características da evolução da indústria no Brasil nos anos 80 foi a maior abertura dessa indústria para o mercado internacional. É claro que isso se deu, em grande parte, em função da retração do mercado interno; é claro, também, que várias empresas reuniam condições tecnológicas de inovação de produtos para realmente conquistar o mercado internacional, como foi o caso da celulose, lembrado pelo Luciano, caso das autopeças, e, certamente, outros.

Mas, de modo geral, essa abertura foi uma saída para a crise no mercado interno. Uma característica adicional é que essa abertura se concentrou em poucos setores industriais, exatamente nos produtores de insumos básicos. Se tomarmos como exemplo a celulose, a siderurgia brasileira e a petroquímica brasileira, teremos computado um percentual extremamente elevado do total das exportações brasileiras na década de 80. Tal fato nos remete a uma questão importante, que é a da capacidade de produção desses setores. Como sabemos, só o setor de celulose vem expandindo a sua capacidade. Com relação aos outros, que são dependentes, seja do financiamento do Estado, seja do investimento das empresas estatais, como as de siderurgia e de petroquímica, se não for retomado o planejamento da expansão das suas capacidades, certamente significarão gargalos da estrutura produtiva na eventual retomada do crescimento industrial. E esse não é um problema que pode ser resolvido rapidamente. Como sabemos, siderurgia e petroquímica são investimentos de longa maturação. E, num quadro geral, temos gargalos importantes na infra-estrutura, como sabemos no suprimento de energia, nas deficiências do setor de transporte, nos portos — os custos portuários no Brasil são os mais altos do mundo. Então, o quadro geral da estrutura produtiva é um quadro de desequilíbrios importantes que requerem um planejamento que, nesse caso, vai além da própria política industrial e tecnológica.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Tem a palavra o Dr. João Paulo Reis Velloso, Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

O SR. JOÃO PAULO REIS VELLOSO — Ex^o Sr. Presidente, eminente Senador Mário Covas, Ex^{os} Srs. Congressistas, Sr^{as} e Srs:

Vou fazer apenas alguns comentários, na tentativa de interpretação do trabalho que foi aqui apresentado tão inteligentemente pelo Dr. Luciano Coutinho e pelo Dr. Wilson Suzigan.

Realmente é uma pesquisa de alto nível, a melhor das que já vi realizadas no Brasil — e tem havido várias nos últimos dois anos, algumas bastante superficiais —, à altura daquela experiência em que S. Ex^{as} se basearam, que foi a do relatório do MIT, para a indústria americana.

Quais são as lições básicas que podemos extrair desse excelente levantamento? Primeiro: eu penso que ele constitui uma grave advertência, no sentido de que o Brasil não apenas estagnou mas também, na verdade, a indústria brasileira foi submetida, nos anos 80, a um processo de deterioração, de perda de capacidade competitiva, enquanto internacionalmente, não apenas os países desenvolvidos, mas também os nossos supercompetidores da Ásia, em particular a Coreia com a qual estávamos mais ou menos nivelados na altura de 1980, progrediram extraordinariamente em termos de ingressar nesse novo paradigma industrial a que S. Ex^{as} se referiram.

A segunda lição é de que seria um erro concluir que temos uma indústria superada, não competitiva. Na minha opinião, não podemos fazer terrorismo tecnológico no tocante à indústria brasileira. A conclusão a que quero chegar é de que a economia brasileira, em particular o setor industrial brasileiro, não tem uma indústria fossilizada, como se encontra por exemplo na União Soviética e, em geral, nos países do Leste Europeu. São coisas diferentes.

Mencionarei apenas dois aspectos dessa conclusão: o primeiro é o desempenho nas exportações. É só examinarmos os resultados das exportações brasileiras, no ano 1990 e mesmo nos quatro primeiros meses de 1991, e verificaremos que os antigos produtos básicos representam hoje 5% da pauta de exportação brasileira.

Os produtos semimanufaturados, na ordem de 17% e os manufaturados em torno de 55%, o que significa que os industrializados, quer dizer, a soma dos semimanufaturados com os manufaturados corresponde, mais ou menos, a 71% do total. Obviamente, uma indústria esclerosada não iria produzir esses resultados internacionalmente.

Por outro lado, temos um estudo feito há dois anos para a Cepal — eu fui o supervisor do trabalho, que foi realizado sob a coordenação do Sr. José Tavares — que examinou todos os grandes complexos industriais brasileiros, com base em dados de 1984 — isto é importante — para concluir o seguinte: a base industrial brasileira, em meados de 1980, ainda era razoavelmente competitiva e a razão é clara.

Os setores de base no Brasil, como petroquímica, siderurgia e bens de capital, quer dizer, insumos básicos e bens de capital, tinham idade produtiva recente, eram indústrias novas. Acontece que isso foi se deteriorando ao longo da década e, em consequência de um estudo mais recente do Banco Mundial, que é um relatório com base em dados de dois anos atrás, o quadro se mostra o seguinte:

Se tomarmos cerca de 70 dos principais segmentos industriais brasileiros, no período 83/85, 45% desses segmentos eram competitivos internacionalmente. Mas se tomarmos 1988/89 apenas 15% dos segmentos eram competitivos internacionalmente.

Então, tentando conciliar as duas lições a que me referi, temos um processo em que um setor industrial moderno, dentro do paradigma da época como era o nosso, na altura de 1983, foi perdendo posição gradativamente até estar hoje com

todos esses problemas de defasagem relativa a que eles se referiram; o que em grande medida estão relacionados com o fato de que não fizemos realmente o ingresso no novo paradigma tecnológico e de **management**. Tudo isso significa trazer as novas tecnologias gerais relacionadas com a informática, a eletrônica e com novos métodos de organização empresarial, e assim por diante — tudo isso está atrasado no Brasil.

Nesse sentido já existe um novo trabalho do José Tavares, que está sendo feito para o **forum** nacional, com duas preocupações fundamentais. A primeira é de como os grandes complexos industriais brasileiros podem preservar as competitividades que já tinham adquirido, e que hoje estão ameaçados pela deterioração interna e pelo avanço do paradigma industrial no mundo.

Segundo: como eles podem adquirir para os anos 90 novas formas de competitividade? Ora, essas duas coisas só podem ser feitas se o Brasil, realmente, de uma maneira sistemática e através de estratégias definidas, fizer o seu ingresso no novo mundo a que nós nos referimos e que aqui foi descrito, principalmente pelo Dr. Luciano Coutinho.

Então, já podemos colocar duas condições básicas para uma reação brasileira a esse estado de coisas. A primeira delas é que, realmente, precisamos acabar com a inflação selvagem, precisamos ter um mínimo de previsibilidade e estabilidade macroeconômica na economia.

Qualquer plano, como vem fazendo o atual Governo, de qualidade, de competitividade, de recuperação industrial, de reestruturação industrial, que venha desacompanhado de um esforço de, realmente, reduzir a inflação no Brasil a taxas mínimas, para evitar que uma inflação selvagem continue provocando estratégias extremamente defensivas da parte da indústria e inúmeras formas de manifestações selvagens dentro da vida econômica do País, qualquer programa industrial que não seja acompanhado de uma razoável estabilização tende ao fracasso.

A segunda condição básica é que precisamos definir melhor uma espécie de novo modelo de Estado adaptado às circunstâncias atuais; ou seja, não tem sentido cogitar de reformas administrativas que não tenham sido precedidas por uma revisão do que deva ser realmente o modelo de Estado no Brasil.

Existem inúmeras alternativas. Tem-se um modelo mais no sentido americano, mais no sentido japonês; no fundo o caso brasileiro é uma espécie de fusão, porque desejamos ter um Estado capaz de conduzir estratégias conjuntas, de coordenar o esforço para que o País realmente entre naquele novo paradigma industrial que, no fundo, é uma nova forma de sociedade, de forma que precisamos ter um Estado capaz de coordenar isso, ou seja, com estratégias conjuntas de Estado e iniciativa privada para chegar a esse objetivo.

Ao mesmo tempo, não devemos ter um modelo tipicamente japonês porque o Brasil tem dimensões óbvias que o Japão não tem, como a dimensão continental, como a dimensão agrícola, agroindustrial e assim por diante.

Para que essas estratégias conjuntas? Irei apenas referi-las para ser breve.

A primeira razão é possibilitar uma avaliação das possibilidades para preservação da competitividade alcançada. Por exemplo: é fácil identificar problemas como os de que praticamente todos os setores estão precisando: da lógica, da informática.

Como já vimos a característica — isso foi muito bem explicado pelo Sr. Luciano Coutinho — do setor eletrônico

e de informática é que ele não constitui apenas um setor, mas constitui a lógica do novo paradigma industrial.

A segunda razão é com relação às questões de atualização tecnológica, os problemas de preços proibitivos de componentes pelo excesso, por exemplo, do índice de nacionalização e o excesso de disseminação das linhas de produto. Cito esses dados apenas para exemplificar.

Em terceiro lugar, vem a estratégia, considerando-se a necessidade de integração do complexo informática-eletrônica com o setor de bens e capital e com o setor de telecomunicações. É esse o grande núcleo que, realmente, deve constituir a liderança da implantação do novo paradigma.

Quarto: flexibilidade para importar tecnologia e equipamentos dentro do novo paradigma industrial.

Aí colocamos o problema da política tecnológica, da política de informática e das opções que existem. Uma política tecnológica capaz de assegurar proteção adequada às indústrias de tecnologia de ponta que estão nascendo, com uma razoável eficiência, mas que também permita associações — esse também foi um ponto da exposição do Sr. Luciano Coutinho — que é uma das formas mais importantes de competição hoje, as alianças estratégicas.

Precisamos ter liberdade de alianças estratégicas dentro do País e alianças estratégicas entre empresas brasileiras e empresas no exterior, inclusive para assegurar o acesso ao avanço tecnológico, porque uma das características mais importantes do problema tecnológico, hoje, é o que se chamou de mercantilismo tecnológico, principalmente o mercantilismo **high tech**, ou seja, cada país e cada grande oligopólio setorial procuram preservar a tecnologia nova que está descobrindo.

Então, a simples compra de tecnologia deixou de resolver o problema do acesso à tecnologia. São necessárias formas mais sofisticadas para garantir o acesso à tecnologia, inclusive através de alianças estratégicas como referimos.

E evidentemente, ainda dentro da política tecnológica, há necessidade de esforço tecnológico próprio das empresas, como contrapartida àquela proteção que lhes é assegurada.

As relações capital, trabalho, devem ser flexíveis para poder realmente fazer funcionar o novo paradigma tecnológico e de **management**, tendo como característica básica, como já foi demonstrado, a cooperação, a participação da força de trabalho e o processo de negociação.

Os aspectos relacionados com criação de mercado de consumo de massa, se queremos ter não mais um conceito propriamente de reserva de mercado, que está em revisão no Brasil, mas um conceito estratégico de mercado, em que se fortalece o mercado interno para ter condições, para ter base, a fim de conquistar mercados no exterior, é o segredo, por exemplo, do Japão, da Coreia e de outros grandes supercompetidores.

Há necessidade da competição interna e de um mercado consumidor exigente. Devemos lembrar que numa das definições mais recentes sobre competitividade, no livro de Michael Porter, que fez grande sucesso no ano passado, onde ele sublinha exatamente a importância que tem para o Japão e para outros supercompetidores de haver uma grande competição interna. É uma espécie de **cut throat** mesmo; eles se entredevoram internamente para adquirir as condições para depois realmente poderem competir no exterior da forma avassaladora como fazem.

E finalmente há a questão do sistema de desenvolvimento e particularmente do sistema de financiamento e de incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Em termos de incentivos fiscais, creio que nunca teremos uma grande indústria de bens de capital, a indústria de bens de capital que este País pode fazer e que merece ter, se não tivermos incentivos fiscais, se não tivermos condições de permitir o desconto em dobro num múltiplo qualquer para as despesas realizadas pela empresa para o seu desenvolvimento tecnológico, e um sistema poderoso importante de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento científico e tecnológico, não em termos do que vem acontecendo. Por exemplo, vejamos os dados do FNDCT, que tinha 250 milhões de dólares na altura de 1975 e que ultimamente ficou na média de 30 milhões de dólares, 35, 25 milhões de dólares. Precisamos ter o BNDES com alta atividade nessa área; precisamos ter a Finep com um orçamento de 3 a 5 vezes o que tem hoje; precisamos ter o Banco do Brasil, o Banco de Investimentos também com grande orçamento de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico. Isso só será possível se tivermos realmente uma espécie de um projeto nacional de desenvolvimento científico e tecnológico que seja a principal ação econômica do Estado dentro daquele novo modelo de Estado que estamos preconizando e que parta da idéia de que primeiro ele vai reservar os recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico e depois ele vai cuidar das demais prioridades. Evidentemente não me estou referindo às prioridades sociais, mas àquelas dentro do conceito de prioridades econômicas exclusivamente.

De modo, Sr. Presidente, que são essas algumas observações e algumas sugestões que eu gostaria de deixar nesta oportunidade para esta nobre comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Agradecemos a participação do ex-Ministro João Paulo Reis Velloso.

Tem a palavra o Dr. Jorge Gerdau.

O SR. JORGE GERDAU — Excelentíssimo Sr. Mário Covas, Senador que preside os trabalhos, Srs. Componentes da Mesa, em primeiro lugar, gostaria de elogiar a iniciativa desse esforço que está sendo feito pelo Congresso, ao fazer a análise desse problema da maior importância. Porque é indiscutível de que tudo que foi aqui brilhantemente exposto até agora, ou seja, a busca da modernização do País, passa pelas modificações de toda uma estrutura legislativa e, conseqüentemente, esse debate, no meu entender, é decisivo para que esta Casa se prepare e se capacite para participar das necessidades que tem o País de se modernizar.

Na verdade, vou dar uma visão, evidentemente, com as características de empresário. Talvez alguns dos Senhores não saibam, mas somos um grupo nacional. Eu presido um grupo chamado Gerdau, que tem 90 mil acionistas, 11 mil operários; estamos com 6 usinas siderúrgicas; faturamos aproximadamente um bilhão de dólares; exportamos a metade da nossa produção e atuamos, além disso, na área de informática, na área de serviços e reflorestamento.

Como já mencionei, exportamos 50% da nossa capacidade, a nível de produção atual, essencialmente por necessidade e falta de demanda interna, o que nos levou a ter uma visão bastante realista desse cenário, e a necessidade de modernização para podermos, realmente, ser competitivos internacionalmente. Mas, graças a Deus, até hoje não tivemos nenhuma greve em nossas empresas, durante todos esses períodos de transição, pois sempre tivemos uma política de busca da modernização.

Outro dado interessante, dentro da área de informática: nós trabalhamos, hoje, interligados com 2 mil e 300 terminais; eu, teoricamente, posso me comunicar no mesmo instante com 2 mil e 300 pessoas, dentro de um quadro de 11 mil operários, através da eletrônica, da comunicação direta.

Para mencionar um pouco o quadro aos senhores é importante que se veja, hoje, o que estamos vivendo.

Temos o cenário internacional de absoluta modernização, e temos o cenário de blocos, em que o desenvolvimento é a integração da tecnologia rápida.

Temos que competir no cenário em que esses países têm um ambiente de saúde, educação extremamente elevado. E nós vivemos numa situação interna em que o mercado está estagnado há dez anos. Só para dar uma idéia aos senhores na linha de produtos siderúrgicos, que nós atuamos, a demanda dos últimos dois anos é igual a de 1979 e 1980. Se os senhores olharem a indústria automobilística e uma série de outros setores, o Brasil, há mais de 10 anos, está com o mesmo índice de consumo.

O crescimento que se teve foi em grande parte com exportação, mas a demanda interna desses produtos está estagnada há 10 anos. Vivemos um mercado interno estagnado, inflação alta e um ambiente péssimo de saúde e educação.

Menciono este aspecto porque, de um lado, se vivermos este conflito de dois cenários, a empresa brasileira, por outro lado, para sobreviver, para competir, exportar, tem que se modernizar dentro das linhas que o Sr. Luciano Coutinho tão bem expôs. O que essas três mudanças essenciais exigem? Qual foi a grande mudança de cenário?

A capacidade de produção nos mostrou que hoje o importante não é só a tecnologia, o importante é a capacidade de a empresa se voltar ao cliente. A competitividade internacional fez com que essa mudança toda exigisse uma mudança de relacionamento com o cliente.

Segundo: a grande mudança no campo da tecnologia. O Dr. Luciano Coutinho mencionou bem, há uma grande diferença dentro dessa evolução: uma é a tecnologia do produto, e hoje, tão ou mais importante, é a tecnologia de processo, não só o processo produtivo em que a informática é peça decisiva para a melhoria de rendimentos e eficiências produtivas, mas essencialmente o processo na área de serviços; historicamente se produziu o produto. Hoje, mesmo um **comodity**, eu produzo, por exemplo, o vergalhão, é um **comodity** internacional, até esse exige serviço.

Essa mudança faz com que haja uma necessidade de modernização fantástica em relação ao cliente. Então, a tecnologia que normalmente se faz — é muito importante por causa do processo das universidades, que tencionam fazer muita tecnologia, pesquisa pura —, a tecnologia de processo é tão ou mais importante, porque é essa que realmente faz com que haja beneficência competitiva.

Na parte da tecnologia de serviços, uma empresa moderna possui o **Lep Top**, que se liga ao telefone, faz-se a programação na hora para o cliente. Mas, tem-se que fazer com produtos de **comodity**, — não é somente no automóvel. Então, essa mudança é um fenômeno fantástico.

O terceiro fato que a empresa tem que modificar é, indiscutivelmente, o problema das relações de trabalho. Para atender bem ao cliente é preciso que todo mundo trabalhe bem na empresa. Não adianta o conceito teórico, a tecnologia produto —, é preciso um ambiente de participação, gestão participativa.

Essas três grandes mudanças que acontecem, é que realmente estão exigindo uma mudança global do País nesse cenário.

É por isso que insisto com os senhores: é importante que haja modificação, precisa surgir ou existir a consciência de que a modernização das empresas e a modernização do País, para que este insira no contexto internacional, está a exigir esse esforço, sem a existência de uma série de itens na legislação atual, não somente no campo da ciência e da tecnologia, que é uma peça-chave no processo, é o global.

Vou mencionar uns dez pontos, hoje, que são, no meu entender, impeditivos, porque a exposição do Dr. Luciano Coutinho foi tão abrangente que eu poderia acrescentar pouco. Mas transmito aos senhores a angústia que se vive.

Primeiro ponto, que gostaria de mencionar, é do custo financeiro que temos vivido. São esses capitais próprios de endividamento, que o professor Luciano mencionou. A empresa japonesa trabalha com 20% de capitais próprios e 80% de endividamento, mas por quê? Porque tem condições, dentro do sistema, de fazer endividamento das suas estruturas bancárias com juros de 3 a 7% — menciono essa porcentagem porque muitos anos trabalharam com juros ao redor de 3 a 4,5% e, hoje, o juro do redesconto no Japão subiu um pouco, com preocupações inflacionárias, mas, na realidade, se olharmos os últimos 20 anos a estrutura tem trabalhado praticamente com financiamento dessa ordem.

O que acontece no Brasil? No Brasil, temos trabalhado, nos últimos 2 anos, pelo menos, com a inflação, correção monetária, ou qualquer um desses indexadores que aí estão, com juros que têm variado de 100% ao ano. Esses juros que variam a 6, 7% ao mês, capitalizados levam a 100%.

Então, pergunto: Dá para investir com 100%? Por isso o empresário nacional optou por reduzir os investimentos para se capitalizar. Essa relação é tão complexa, que digo o seguinte — numa visão absolutamente pragmática: Uma empresa que deve no Brasil 10% em relação ao seu ativo é a mesma coisa como se ela tivesse num outro país, onde o juro é 10% ao ano, capital zero.

O que o empresário fez, pragmaticamente? Fala-se que o empresário entrou na ciranda financeira. Mas, na realidade, o empresário nada mais fez do que o seguinte: “tenho que me proteger, porque senão perco o que tenho”. O segundo passo do empresário é assim: “ponha o seu negócio do tamanho do seu dinheiro, e não tome riscos indevidamente, porque é impossível pagar um juro dessa órbita.” Por que os juros estão tão caros? Essencialmente pela pressão de captação da área governamental em todos os níveis: municipais, estaduais, nos últimos meses, e Governo Federal. Quer dizer, o desbalançamento desse sistema faz uma pressão, porque não é o setor privado que pode captar e pagar isso, certo? Só quem não vai à falência é quem pode pagar o custo desse dinheiro.

Segundo ponto que gostaria de mencionar é o conceito da competitividade. Culturalmente, neste País, em todas as relações, sempre trabalhamos, de uma forma ou outra, por conceito de alvarás e não buscando o sistema de competição, e a eficiência só se obtém por competição. Em auditórios, para estudantes, digo: “competição se faz assim: se é esporte, treina-se em casa, faz-se um bom treino. Mas, recordese bate na competição da olimpíada, quando se tem competição”. Se se quer eficiência no sistema tem-se que estabelecer competição. É esse o conceito básico de que todo o sistema tem que ser montado sob regime de competição.

Por isso os países desenvolvidos, hoje, não têm estruturas de CIP com tabelamento. Estabelece-se setores... Olha, a produção aduaneira é tanto, porque o Brasil tem estruturas mais caras, sistema tributário... mas tem que se estabelecer sistema de competição. É o único modo a forçar a eficiência competitiva. Trabalhamos em todas as áreas, em sistemas fechados e o próprio sistema da área de trabalho também atua nessas concepções.

Esse sistema fechado, global, se estende também pelo sistema tecnológico. A nossa própria concepção da lei de informática, que hoje em dia está em debate dentro dessa visão mais ampla, no meu entender, foi profundamente limitativa ao desenvolvimento tecnológico que tivemos nos últimos anos.

Sou amplamente favorável à proteção de indústrias nascentes, indústrias novas, principalmente por sistemas de financiamentos especiais, sistema de pesquisas; há que se estabelecer proteções aduaneiras elevadas, decrescentes e com uma política flexível. Mas, sistemas fechados que impeçam a competição... há um determinado preço que estabelece a competição, com 100% de redes aduaneiras, ou 120% que, depois, seja decrescente. Mas não pode haver um sistema fechado no mercado.

Acho importante o atual debate que está havendo, provavelmente irá nos levar a novas soluções dentro da visão de maior competitividade, mas realmente é importante olhar — dentro do que o professor Luciano Coutinho mencionou — que a informática não é fim, é meio; ela se torna um fim, mas o importante é que tenhamos no País, na nossa estratégia de modernização, muito mais uma preocupação de que todo mundo passe a utilizar a informática como instrumento de aprimoramento de rendimento de produtividade da metalurgia, no combustível, na comunicação, na redução de estoques etc. Quer dizer, o uso da informática é um fator de sucesso na economia, de tamanha ordem, que é importante que o Brasil o use. Não tenho que estar tão preocupado com quem a fabrica.

Num segundo momento, redimensionando-se o mercado, surge a oportunidade em que se deve fazer estratégias para que o Brasil possa ter uma indústria, na área de informática, que possa acompanhar esse desenvolvimento. Mas se analisarmos o objetivo da modernização, eu diria que se todas as caldeiras do Brasil fossem instrumentadas, eletrônicas, provavelmente teríamos a redução de 10% a 15%. Se todos os automóveis já estivessem hoje com sistemas eletrônicos de comando de válvulas, de quanto seria a redução do consumo? Quer dizer, há reduções dos processos produtivos, de rendimento e melhoria, o importante é o uso — é isso que faz a grande revolução e a modernização.

Entendo que a rediscussão do processo da lei de informática, tem que ser concebida por um forte apoio ao desenvolvimento tecnológico interno, mas não no limite de se estabelecer barreiras, de se estabelecer competições.

O segundo ponto importante, com o qual devemos nos preocupar, é com o uso da informática no sentido amplo, como mencionei, em processo, produto e serviço.

Esse fechamento tecnológico ainda tem um ponto grave, vamos dizer, que é o afastamento da empresa com a universidade. Acho importante novamente acelerarmos o projeto que está dentro das Casas Legislativas sobre o problema do incentivo, dentro do que foi proposto pelo ex-Ministro Velloso, que realmente seja estabelecido um multiplicador de investimentos.

Pessoalmente, há anos, defendo também a idéia de universidades-pólos, que possam ser credenciadas com esses incentivos, possam funcionar via — não qualquer universidade, vamos escolher aquelas que têm capacidade, têm tradição — pólos-universidades, mas tem que haver incentivo. No mundo inteiro existem incentivos no sentido de beneficiar os investimentos em pesquisas e modernização. Acrédito, inclusive, na visão global dos números que investimos no Brasil em pesquisas, provavelmente os números sejam talvez um pouco maiores do que se informa, porque muitas empresas como as nossas, não contabilizam o que foi gasto em pesquisas, e nós fazemos internamente nos mais diversos setores, porque não há benefício nenhum. Vai na despesa, não tenho benefício nenhum, e não tenho nem interesse em debater isso e acredito que também grande parte, como não há benefício nenhum de efeito multiplicador vezes um, vezes dois; tem muito trabalho feito em visão pragmática, que é tratado de uma forma indiferente no Brasil.

A desvinculação da universidade é um problema sério, principalmente porque a universidade ainda não se convenceu, no meu entender, da importância da tecnologia do processo. Estou convicto de que é muito mais importante, hoje, trabalharmos em tecnologia de processo, para nos capacitarmos na pesquisa total, porque a rapidez do processo de maturação ou aceleração do processo, por exemplo, na siderurgia, que é teoricamente uma indústria consolidada, poderia dizer até uma indústria não moderna, nos últimos cinco anos exigiu praticamente que reinvestíssemos quase o total de investimento, 70 ou 80%, quem não investiu 70 ou 80% sobre os valores que já havia investido anteriormente, ficou com a sua usina obsoleta — isso é um ponto mencionado, vamos dizer, sobre o obsoleto da siderurgia. Então, é essencialmente investimentos em modernização de processos.

Gostaria de mencionar aqui um fator tremendamente perturbador que foi o CIP, o tabelamento de preços, que no fundo fez com que a economia recebesse os desvirtuamentos que se formaram, e, conseqüentemente, as proteções para maiores estabeleceu; estabeleceu ineficiências competitivas, e acho que tem dois fatores: ou reduziu lucros, ou fantasiou o sistema. Quer dizer, foi um processo tremendamente prejudicial ao objetivo da eficiência global da economia, e continuamos ainda vivendo momentaneamente este problema.

O problema da mão-de-obra, educação e treinamento, que foi mencionado pelo professor Luciano Coutinho, eu teria pouco a diccionar. Eu diria apenas que nesse processo a mudança da exigência para o operário, fez com que a maioria das empresas quase que desprezasse os investimentos feitos na educação das pessoas. Eu tenho por meta, nos próximos quatro anos, investir na alfabetização, em 1º grau, no mínimo em 95%, e em 2º grau atingir algo em torno de 50%, porque estou convicto de que o operário para atingir os padrões de qualidade que quero atingir, na eficiência da empresa, é preciso estar educado. Sem falarmos no treinamento *on the job*, que é um outro problema vinculado a todo um conceito de padrão e qualidade exigidos. Mas, realmente, é um ponto que também está num atraso fantástico entre a Educação que se está dando no Brasil hoje e o fenômeno da realidade que o padrão da competitividade internacional exige.

O próximo ponto que eu mencionaria é o sistema tributário. A responsabilidade que o Congresso tem em relação ao sistema tributário, no meu entender, é uma peça chave. Nós tínhamos um código tributário que era razoável, pelo menos naquela época, provavelmente deveria receber moderniza-

ções, mas a verdade é que nós estabelecemos, hoje, sistemas tributários que são desestimulantes no sentido de se buscar a eficiência global.

O sistema tributário, hoje, em grande parte de impostos que novamente funcionam em cascata, como o Pis/Pasep etc; é profundamente estimulante à verticalização, em vez de buscar a eficiência específica. Então, as empresas hoje, na base da proteção do sistema tributário, permitem que se faça um sistema verticalizado, e são feitas cinco ou seis etapas no sistema tributário do Pis/Pasep, de cada transferência; é o que está previsto no sistema tributário: que as empresas especializadas fossem competitivas. Mas, infelizmente, o sistema tributário atual não faz. Sem falar no sistema de cargas tributárias globais, que oneram hoje, tremendamente, o consumo. Mas eu mencionaria aos senhores um exemplo para meditação. Hoje, um automóvel, no Brasil, paga 60% de impostos e ainda, no meu entender, não está plenamente calculado porque se eu tomar todas as etapas do Finsocial/Pis, para o tecido do banco do automóvel e tomarmos toda a cadeia do processo, é quase impossível calcular o que tem de impostos embutidos no sistema que temos hoje. Mas, calculando que um automóvel, hoje, paga 60% de impostos, quando se fala muitas vezes que o investimento, a não-modernização do automóvel, o que acontece? Se eu melhorar o meu produto com modernização em dois mil dólares, por exemplo, em um automóvel que vale cinco ou seis mil dólares na fábrica, e depois, dentro de um preço final, se eu melhorar em 2 mil, na realidade, o consumidor vai ter que pagar 6 mil dólares mais. Então, isso significa que num automóvel de 10 mil dólares, se eu adicionar 2 mil dólares em termos de modernização, isso significa que eu vou ter que cobrar 6 mil dólares a mais do consumidor.

Quer dizer, se analisarmos esse marasmo tributário que temos, verificaremos que ele não é fator de fazer o crescimento da demanda, de consumo, e tem todo um reflexo no seu processo produtivo.

Conseqüentemente, quanto ao debate sobre o aspecto tributário, eu tenho ainda uma outra observação: nós continuamos exportando impostos, e a maioria dos países tem uma tributação extremamente pequena, porque é quase impossível não se permitir a exportação de impostos. Mas no produto siderúrgico, por exemplo, para cada tonelada, exporta-se no Brasil 33% de impostos, enquanto na Coreia é 11%, no Japão é 18%, na Alemanha é 19%. Quer dizer, temos só em impostos uma diferença ao redor de 11 a 12%.

Indiscutivelmente vai ter que passar por esta Casa a reformulação da estrutura tributária. Ela é complexa porque envolve problemas municipais, estaduais, federais, e se no nível federal há preocupações globais, nos municipal e estadual não têm. Então, realmente é uma definição política complexíssima. Mas, vai ter que passar por esta Casa e, sem essas modificações, não se faz o processo de modernização. O Ministro João Paulo dos Reis Velloso mencionou bem, cada um de nós tem a sua parcela de responsabilidade no processo. Mas essa do sistema tributário é das mais complexas, porque predomina uma visão arrecadadora e não há uma visão de desenvolvimento.

Gostaria de mencionar, ainda, um outro problema interessante dentro dessa evolução legislativa: o operário moderno, que deixou de ser um operário que participa essencialmente com a força braçal, e passa a ser um profissional, em maior ou menor grau de formação especializada, ele vai cada vez mais ser um operador participante do processo. Os Srs. podem

estrANHAR, mas eu, que estou hoje há 35 anos na atividade, peguei o início de nossa produção com os operários fazendo o processo braçal, terrível! Praticamente, hoje, dentro da mecanização e evolução, essa participação é extremamente pequena.

Isso faz com que haja uma modificação fantástica em alguns sistemas, seja nas relações de trabalho e toda a legislação. Tivemos, há pouco, uma tentativa de o Governo estabelecer uma data única, por exemplo, para as correções salariais do Brasil. Na realidade, já é difícil ao sindicato, hoje, negociar corretamente o salário dentro das empresas, porque dentro de uma empresa realmente moderna, o processo acontece de tal forma que não existe mais uma relação massificada. Existe uma relação individual, profissionalizada. Isso é de uma mudança de tamanho significado que, realmente, a nossa legislação ainda não pôde acompanhar o progresso em grande parte — e esse é o conflito, porque temos que buscar de um lado o Brasil moderno e, de outro lado, estamos vivendo ainda relações trabalhistas, muitas vezes, primárias. Esses são os conflitos que vemos.

Mas no Brasil moderno esse processo desaparece. Tem o sindicato da empresa, que entra numa negociação de objetivos participativos e essas relações estruturais massificadas começam a desaparecer.

Por isso é que nos Estados Unidos existia, há 20 anos, 45% da mão-de-obra vinculada aos sindicatos e, hoje, os números parece que estão ao redor de 19 ou 17%; quer dizer, estão decrescentes, por quê? Porque as relações modificaram.

Então, essa visão também exige modificação da legislação, que a própria Constituinte ainda estabeleceu nas famosas seis horas. Quer dizer, são processos, no meu entender, superados dentro de uma visão moderna de relação que eu estabeleço aos meus vínculos, através de uma negociação direta e não através de regras globais. A cláusula previu negociação, felizmente. Mas a verdade é a seguinte: conceitualmente isso exige, também, uma modificação da legislação.

Então, dentro do que foi exposto, eu diria aos Srs. que vivemos num regime de competitividade global, internacional e o Brasil precisa se ajustar. Acho que o Professor Luciano mencionou bem e toquei alguns pontos que, realmente, são decisivos no cenário. Mas eu reforçaria que, talvez, se devesse ampliar mais o debate, dentro do que tem sido posto aqui, nessa exposição sobre a política industrial. Mas eu diria o seguinte:

Na nossa empresa fazemos, hoje, planejamento de 10 anos que, para uma empresa, é um prazo razoável, mas para um país é um prazo muito curto. A verdade é que deveríamos tentar desenhar, porque a concepção moderna é que não se faz planejamento numérico, faz-se planejamento qualitativo. Então, eu tenho que desenhar os cenários que quero atingir. Vamos dizer, no campo industrial eu quero atingir tais e tais cenários; no campo social eu tenho que atingir tais e tais cenários; no campo da saúde tais e tais cenários, buscando o caminho mais eficiente para as soluções.

Na verdade, durante o grande debate que tem que ser feito, neste País, é sobre a busca desses cenários, porque sem esse debate vamos continuar fazendo uma microlegislação que não atende o objetivo final ao qual pretendemos atingir.

Estou vivendo, atualmente, um problema muito interessante, que é o problema dos portos. É claramente um problema em que temos custos elevadíssimos e precisamos fazer modificações; existem estruturas fechadas que querem continuar com sistemas fechados e não-competição, que é um limi-

tador. Ele é apenas um dentro de uma dúzia de itens que precisam ser modificados, dentro da legislação, para que o Brasil se modernize.

Então, o conceito de se buscar a competição a qualquer custo, porque é o único modo de se conseguir eficiência, deve ser o nosso objetivo, porque a competitividade no cenário internacional existe. Então, não adianta querermos fugir dela.

Se eu, hoje, com um determinado produto, quiser ser competitivo, quais são as minhas responsabilidades? Tenho que ter na empresa tais e tais setores totalmente atualizados, vamos dizer, dentro da visão entre a tecnologia e a relação de trabalho. Mas, se vivo com cenários externos, tributários, sistemas de transportes, sistemas de legislação trabalhista, sistemas de limitação tecnológica, todos estes fatores que não obedecem a padrões de competitividade internacional, eu não consigo resolver meus problemas. Consequentemente, digo que o problema não é mais isolado, mas de interação global, pois temos que buscar a adaptação e o debate produtivo do cenário para, realmente, atingirmos nossos objetivos de competições, pois, no meu entender, para se atingir a eficiência, é necessário a competitividade e a eficiência global. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Agradeço ao Dr. Jorge Gerdau sua contribuição.

Vou passar aos debates. Pergunto à Relatora se prefere formular suas questões inicialmente ou ao final.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Penso que seria importante que as fizesse depois. Mas gostaria de relembrar a importância, e agradecer como princípio, a contribuição, que é para desembocar. Vamos ter muitas áreas para analisar profundamente. Prefiro, então, depois dos debates, fazer uma interferência.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Então, vamos colocar a palavra à disposição, pela ordem de inscrição. Já que se iniciou o debate, vou passar novamente à lista de inscrição. Tem a palavra o primeiro inscrito, Deputado Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, convidados aqui presentes: minhas observações são feitas diante da apresentação do Dr. Luciano Coutinho, quando S. S. descreveu muito bem o cenário de modernização dos países mais desenvolvidos. Quero crer que, quando assim o fez, S. S. coloca, como base dessa modernização, sobretudo a educação, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a engenharia. É aquilo que chamamos o tripé do desenvolvimento, o PDE — Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia. Parece-me que esse tripé, alicerçado pela educação, seria o responsável pelo cenário da modernização. O Dr. Wilson Suzigan, ao expor o estágio atual da economia brasileira, descreve, inclusive com uma certa precisão, a pobreza dos nossos recursos alocados na área da ciência e tecnologia e me parece que menciona também a falta de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico para o País. Estamos presenciando colocações, por sua vez, do Presidente da República, quando diz que nossas indústrias estão sucateadas, que precisamos modernizá-las, quando parte para o programa de competitividade industrial. Aqui fica a minha dúvida, a minha indagação.

Ouvimos o Ministro João Paulo Reis Veloso mencionar que nossas indústrias em 83 eram competitivas. Mas eram competitivas porque foram frutos de importação de equipa-

mentos modernos naquela época. E a minha tese é de que a política que se adotou durante esse tempo todo foi de importação de equipamentos. Não falo de tecnologia, porque tecnologia não se importa, transfere-se. Então, faz-se a compra de equipamentos modernos sem a preocupação da sua absorção, da sua transferência de tecnologia.

Parece-me que essa política atual da competitividade industrial coloca a situação como: "Vamos comprar equipamentos modernos, vamos apresentar facilidades fiscais, aduaneiras, para modernizar nossas empresas".

Mas dentro da minha visão, seguindo essa linha, estamos apenas adiando, por mais uns dois ou três anos, o sucateamento das indústrias, porque, como muito bem observou o Dr. Luciano Coutinho a pesquisa de desenvolvimento, principalmente na área do complexo eletrônico, cresce exponencialmente. Apenas estamos adiando o processo. Parece-me que a questão não passa só pela compra de equipamentos. Se não fortalecermos nossa base científica e tecnológica, dificilmente chegaremos a ser competitivos como imaginamos.

Por outro lado, gostaria de explorar um pouco a experiência do Dr. Luciano Coutinho quando na passagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, como secretário geral. Dentro da minha visão, existem hoje compartimentos estanques e incomunicáveis: a universidade, os institutos de pesquisas tecnológicas e o setor produtivo; isso associado também à falta de um plano de desenvolvimento para o País. Pois me parece que a política científico-tecnológica passa por uma política voltada para um plano de desenvolvimento para o País.

Não temos um plano plurianual, não sabemos para onde este País vai. Por isso, as instituições de pesquisa ficam a reboque de uma política que ninguém sabe onde vai.

Parece-me que houve retrocessos profundos, principalmente em relação aos investimentos na área de ciência e tecnologia, inclusive fruto de um relatório que acabamos de concluir e que foi colocado pelo Dr. Wilson. Os recursos do FNDCT, que financiavam as pesquisas dos institutos, das universidades, caem de 253 milhões de dólares, em 75, para 33 milhões de dólares, mais precisamente, agora em 90. Quer dizer, temos agora 10% do que tínhamos em 1975.

Se pegarmos o orçamento da União, é a mesma coisa. O dado que ele coloca de que a participação da indústria na pesquisa em áreas científico-tecnológica é muito frágil, também foi levantado por nós. A indústria, mais precisamente, participa somente com 7% dos investimentos na área de ciência e tecnologia.

Então, fica muito difícil avançar com essa postura também do setor produtivo.

O retrocesso existe quando acabamos com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele existe quando acabamos com a Secretaria de Tecnologia Industrial, a STI, do Ministério da Indústria e Comércio, que foi criada exatamente para fazer essa interface entre os institutos de tecnologia e a indústria. E acabamos com a STI.

A Finepe está administrando um fundo que não tem mais recursos, que é do FNDCT.

O Dr. Wilson colocou também que, na área de bens intermediários, está havendo alguns engarrafamentos. Pergunto: Isso também não é fruto do avanço da pesquisa dos novos materiais que estão aí nos países mais avançados? Principalmente, na área de siderúrgica, no setor petroquímico, na área de fibras óticas. Esse avanço dos novos materiais, tranqüi-

lamente, vai incomodar todo esse nosso parque industrial que aí está.

Resumiria a minha colocação, perguntando, principalmente ao Dr. Luciano, se a política voltada para diminuir o atraso tecnológico do País, não passa, necessariamente, por um investimento e por uma definição precisa na área da política de ciência e tecnologia? Porque, realmente, hoje, não temos uma política voltada para ciência e tecnologia.

Como o Dr. Luciano vê a participação da universidade e dos institutos de tecnologia? Pois sempre, tanto as universidades quanto os institutos de tecnologia, ficavam à margem do processo de desenvolvimento do País. Faz-se planos e mais planos, mas, em nenhum momento, as universidades e institutos de tecnologia do País são convocados para participar desse processo de desenvolvimento.

São essas as colocações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Agradeço o comentário do Deputado, por mais que a primeira constatação desses estudos — gostaria de dizer isso, porque não tive oportunidade de dizer na exposição, é que o estudo não é apenas um diagnóstico. Fizemos todo esse diagnóstico, mas só tivemos oportunidade de apresentar aqui as principais conclusões. Mas, desse diagnóstico, emergem várias propostas. Certamente o grau de detalhamento dessa proposta não é profundo, porque esse estudo foi feito em um ano e um mês de trabalho. Não foi possível aprofundá-lo no nível desejado.

Desse relatório, haverá recomendações para todos os setores. O que é prioritário fazer na siderurgia? O que é prioritário fazer na petroquímica? Existem áreas que são mais flagrantemente as deficiências em termos de automação; em termos de todos aqueles elementos que o Dr. Suzigan colocou: idade, modernidade dos processos, capacidade de aquisição de tecnologia, capacidade própria em tecnologia de processo, em tecnologia de produto, relações, enfim, todas aquelas dimensões que foram percorridas pelos estudos estarão presentes em recomendações setoriais. Creio que também é inevitável e que o estudo conclua pela necessidade de grandes reformas. Acredito que o depoimento aqui do Dr. Gerdhal, foi o primeiro ponto que levantou nos 10 pontos que eu anotei cuidadosamente, com uma explicação da impossibilidade do risco industrial no Brasil e quanto mais ainda do risco tecnológico. Sabemos que o risco tecnológico, de todos os riscos no capitalismo, é o mais radical, porque ele envolve um alto componente de incerteza no resultado. Ora, como que um país que não tem sistema de financiamento, que tem taxa de juros na altura do nono pode pensar? Acredito que para uma idéia de uma reforma financeira, é preciso que o País recree um sistema de financiamento. Evidentemente, a criação de um sistema de financiamento público e privado pressupõe uma mínimo de estabilização da inflação. Mas é preciso pensar em reformas financeiras de grande envergadura, ou seja, o Brasil não pode continuar sendo um país com a taxa de poupança abaixo das suas necessidades globais de investimento. Este é um ponto irrecorrível. O Japão tem, pelo grau de desenvolvimento que alcançou, uma taxa de poupança interna alta, montada em sistemas de fazer poupança de longo prazo e poupança barata e estável, sob formas estáveis de baixo custo da poupança, o que permite que o seu sistema opere com prazos longos e com taxas baixas, e que dá ao sistema empresarial a possibilidade de se endividar e de multiplicar. Pensar numa reforma

financeira no Brasil não é simplesmente um conjunto de tecnelidades monetárias e de regras financeiras e bancárias: ela é muito mais além, significa repensar a relação entre banco e a indústria no Brasil. Será que a separação e a segregação entre o banco e a indústria, que está sendo repensado, é correta, é adequada ao sistema brasileiro? Será que as formas de poupança institucional são suficientes? Quais são os novos mecanismos de desenvolvimento? É fundamental que o País se preocupe e se reconstrua um sistema de poupança e de financiamento de longo prazo. Parece ser um desafio invencível ou intransponível neste momento em que a inflação está alta, e em que os resultados recentes dos dois planos econômicos dinamitaram a confiança dos mecanismos de poupança. Mas é um desafio inevitável. Não se pode imaginar que o Brasil, que tem uma taxa de poupança agregada em torno de 17% do produto possa continuar, quando precisa investir pelo menos 25 e 26%. Vai fazer esta poupança exclusivamente em cima do aumento de impostos? Vai fazer esta poupança em cima de dívida nova? De que fonte? Interna ou externa? É possível recapturar formas de financiamento externo? Aparentemente são muitos difíceis. Enfim, há toda uma questão financeira muito complexa, que envolve a criação de bases novas com o sistema de poupança, a qual nós tentamos apontar neste relatório.

Enfim, eu queria dizer que, realmente, vejo que a política de ciência e tecnologia, para ir direto ao ponto que o Sr. levantou, é hoje, senso o eixo principal da política industrial dos países avançados, pelo menos, se não for o eixo principal, é um dos seus determinantes mais importantes.

Há uma verdadeira corrida tecnológica. Se olharmos os dados de investimentos em ciência e tecnologia em todo o mundo, percebemos que da década de 60 para a década de 70, e parte da década de 80, há um aumento da participação dos investimentos em ciência e tecnologia em todos os países. Há um aumento também do dispêndio público e do dispêndio privado, de maneira associada, sendo que, em média, metade do risco privado em pesquisa e inovação tecnológica é, de alguma outra forma — isto é, houve incentivos à pesquisa de desenvolvimento, houve subsídios a projetos conjuntos — bancado pelo setor público nos países, mesmo aqueles de extração liberal. Hoje, a prática de investimentos AP e D é universal e o Brasil, infelizmente, não dispõe de um sistema de incentivos à pesquisa e desenvolvimento tecnológico na empresa privada.

Quando estava no Governo, lutei muito, num período muito difícil, e depois, a duras penas, consegui convencer três ministros, que caíram logo em seguida: o Ministro Dilson Funaro foi convencido com muita facilidade e assim que aquiesceu em fazer um projeto saiu; em seguida, o Ministro Bresser Pereira que, quando consegui explicar-lhe a importância do projeto caiu; depois tive dois anos para conseguir convencer o Ministro Mailson da Nobrega e como secretário-geral do Ministério mostrei a necessidade e levantamos todos os sistemas de investimentos de pesquisas e subsídios AP e D para a empresa privada de 25 países. Fizemos a média. A duras penas, conseguimos, porque a crise fiscal brasileira levava o Estado a querer fazer poupança e evitar a renúncia fiscal a toda prova. Quando finalmente conseguimos, saiu um sistema muito modesto. Lembro-me que quando o Dr. José Mindlin da Fiesp o leu e disse: “Puxa, isso aqui é muito pouco.” Eu disse que concordava que era muito pouco, mas o importante é que pela primeira vez existia um sistema e que, pelo menos, o País tinha criado um. Ainda

que o sistema seja muito pequeno, vai levar os empresários que têm alguma consciência a, pelo menos, contabilizar os dispêndios em AP e D, coisas que não fazem — uma das razões pelas quais não temos estatísticas confiáveis de investimento global é porque não existem estatísticas empresariais.

Pois bem, esse frágil sistema foi eliminado por medida provisória e depois de um trabalho de convencimento da atual equipe econômica, ele retornou ao Congresso, quer dizer, foi levado ao zero e retornou de novo numa forma ainda insuficiente. Isso é para demonstrar a dificuldade, na verdade, num país em grande crise fiscal e tributária, de se conseguir fazer uma política.

Mas não tenho dúvida alguma de que a política dos investimentos em ciência e tecnologia precisa ser fortemente ampliada que é preciso estimular a participação privada, a empresa precisa se envolver pesadamente nisso, ter um sistema de incentivos AP e D muito mais profundo.

Estávamos discutindo, hoje, de manhã, a possibilidade de substituir os mecanismos de proteção, via reserva de mercado, pelos de fomento à pesquisa. Pois bem, é preciso que esses mecanismos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, pelo menos em informática, sejam muito fortes, muito poderosos, se não, conseguirão substituir a reserva de mercado.

Por outro lado, veja no mesmo momento o próprio Secretário de Ciência e Tecnologia dizer que não consegue executar nem o próprio orçamento que tem para este ano, aprovado pelo Congresso Nacional, porque a execução orçamentária está 40% abaixo. Então fico preocupado que que a crise fiscal torne muito difícil, mas, enfim, isso nos leva a um outro ponto: é preciso pensar numa reforma tributária.

Um outro ponto que foi levantado pelo Dr. Gerdhal; podemos até divergir quanto a princípios, quanto à forma, mas, de fato, o sistema tributário brasileiro não só é insuficiente como está ficando um sistema poluído por impostos; por exemplo, o peso do Finsocial, que é um imposto em cascata, é um imposto quebra-galho, faz receita, mas não é tecnicamente um imposto adequado. Enfim, existem distorções muito profundas que nos levariam para grandes reformas. É muito difícil pensar uma política industrial, na política de ciência e tecnologia, divorciada de grandes reformas, a começar por uma grande reforma financeira, uma grande reforma fiscal e tributária.

Estou simplesmente colocando esses pontos para além de uma reforma educacional; diria mais, é preciso induzir uma reforma empresarial no Brasil. Acho que é preciso estimular estratégias modernas, efetivamente, dentro da empresa privada. Não podemos imaginar que é para repousar no setor privado a responsabilidade pelo desenvolvimento do País, se o próprio perfil do setor privado é um perfil infelizmente atrasado, quer dizer, fico preocupado quando na visão liberal se confia demasiadamente no papel do setor privado; é preciso balancear isso, é preciso encontrar formas institucionais não necessariamente dirigistas, mas formas de fazer a modernização também no setor privado. Estou de acordo com o senhor quando diz que tecnologia não se compra. Não é indulgência para entrar no céu. Tecnologia é capacitação. E nesse sentido queria lembrar que alianças tecnológicas de *joint-ventures* podem ser uma forma muito interessante para adquirir capacitação tecnológica, mas há um requisito fundamental. É preciso que o sócio, a empresa nacional faça pesquisa a sério e tenha AP e D estruturado em bases permanentes. Senão ele será um dependente eterno do fornecedor de tecnologia. Para ha-

ver parceria tecnológica real é preciso que a empresa nacional seja forte.

Digo isso porque tem sido muito, até recentemente, fácil de acusar o nacionalismo de ser algo retrógrado. E a grande imprensa coloca aqueles que têm uma posição nacionalista numa situação de que o nacionalismo é retrógrado.

Vejo que o nacionalismo dos anos 50 que estava centrado muito na idéia de assegurar ao Estado, através de suas empresas públicas, o controle de setores estratégicos, talvez esteja superado na etapa histórica em que estamos vivendo, que é essa de revolução tecnológica.

Mas há um nacionalismo novo. Não construiremos uma grande nação, um grande país, nem sequer conseguiremos fazer *joint-ventures* para aproveitar essas oportunidades se não tivermos uma empresa nacional forte, moderna, capaz de relacionar-se com seus fornecedores, com os seus trabalhadores, de uma maneira e gestão modernas e inclusive fazer *joint-ventures* de uma forma madura.

Essa preocupação deve levar o Congresso a pensar na legitimidade de uma política de incentivo à empresa nacional feita de maneira moderna, que será através de incentivo à pesquisa e desenvolvimento. Fecho todo o circuito do meu raciocínio, dizendo: o Sr. Deputado colocou em relevo um ponto fundamental, o isolamento entre universidade e empresa é verdadeiro.

Lutamos muito contra esse fato, mas é quase impossível vencer esse isolamento se a empresa privada não desenvolver tecnologia e capacitação própria. Fica difícil, são culturas diferentes. A universidade tem os seus cacoetes, as suas dificuldades de comunicação, ela tende a ver mais certos aspectos; a universidade precisa ser empurrada para o convívio com o mundo empresarial. Mas é preciso que haja o outro lado, que a empresa privada seja fortemente estimulada a realizar pesquisas.

Essa é a única forma que poderíamos ter de engenharia nacional. Queria fazer um outro comentário, por exemplo, com relação à questão da automação industrial. Desculpe-me se tomo tanto tempo. Mas também estou fazendo comentários em relação a outras questões que foram colocadas.

Vamos tomar o exemplo da automação de qualquer planta industrial, não é um processo que possa ser comprado. Os equipamentos de automação industrial podem ser padronizáveis até certo ponto. Mas cada planta industrial é específica. A integração do equipamento, as necessidades e características de cada planta e de cada processo exigem um grande trabalho de engenharia. Esse trabalho requer que existam engenheiros no Brasil.

E só posso ter segurança que existirão engenheiros de informática no Brasil se a nação tiver uma base nacional de informática relativamente forte. Se não a tiver, essa é a minha preocupação.

No momento em que vejo em 1990 seis mil engenheiros serem demitidos do setor de informática fico extremamente preocupado que essa base acumulada seja dissipada antes até que se tenha oportunidade, numa reestruturação, de reorientar esses engenheiros para outros segmentos da informática que se ajustem a uma política diferente da política anterior.

É preciso ter base nacional, e na medida em que a empresa estrangeira não realize na escala desejada é preciso, em contrapartida, que venha o estímulo para que a empresa estrangeira faça pesquisa no Brasil e qualifique seus engenheiros ou, em não o fazendo, que a empresa estrangeira contribua de alguma

forma. Ou se não o fizer é preciso ter a garantia de que a empresa nacional o faça.

Vejo que essas questões do projeto levam à proposta de reforma e de política setorial, a qual, infelizmente, dada a exiguidade do tempo, não foi possível apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Gomes) — Com a palavra o Deputado Nelson Proença.

O SR. NELSON PROENÇA — Sr. Presidente, Srs. Expositores, companheiros desta comissão, eu gostaria de fazer basicamente três comentários.

No primeiro deles pretendo enfatizar uma observação feita pelo professor Luciano Coutinho, que diz respeito à educação.

Disse S. S^a, em sua brilhante palestra, que uma das necessidades imediatas do processo de modernização de nossa indústria e do País inteiro é rever todo o nosso processo educacional, inclusive do ponto de vista do conteúdo. Quero usar expressão de S. S^a Disse ele que: “Educação é base fundamental para a evolução industrial”.

Há dois anos tive oportunidade de passar um longo período nos Estados Unidos e fiquei impressionado como eles próprios começam a rever todo o seu processo educacional; eles atribuem, e consideram o processo educacional americano como um dos fatores fundamentais na perda de competitividade da indústria americana diante dos japoneses e até dos coreanos, e agora começam a rever todo o seu processo de educação.

Então, a minha observação tem a finalidade de enfatizar esse aspecto e salientar uma outra forma.

Hoje de manhã tivemos oportunidade de comentar a respeito de que talvez o melhor do subproduto da política nacional de informática e da lei que a protegeu tenha sido o fato de que com essa política nós conseguimos formar alguma massa crítica de recursos humanos qualificados em nosso País.

Quando imaginamos que a tecnologia, mais do que nas fábricas, mais do que nos laboratórios, está, na verdade, na cabeça das pessoas, nós podemos entender com mais clareza a importância de se ter recursos humanos qualificados no Brasil, capazes até de receber a tecnologia que nós precisamos importar ou receber como transferidas de outros países.

Preocupa-me o fato de que não tenhamos nenhum tipo de incentivo para a iniciativa privada para que ela faça formação de mão-de-obra e de recursos humanos.

Há pouco, V. S^a e o Dr. Jorge também mencionaram o fato de que as empresas privadas estão desmotivadas até para investir em pesquisa e desenvolvimento, por várias razões. Entre elas, o fato de que não há nenhum tipo de benefício, nenhum tipo de incentivo para fazê-lo.

Se isso é grave do ponto de vista do desenvolvimento da ciência e tecnologia, é igualmente grave do ponto de vista da formação dos recursos humanos, que o nosso parque industrial precisa desenvolver para que possamos até capacitar a nossa indústria a receber tecnologia.

Por essa razão, parece-me fundamental que se estabeleça no País algum tipo de incentivo ao setor privado para que ele possa substituir uma tarefa que deveria ser do Estado, mas o Estado brasileiro está absolutamente exaurido, não tem condições de preencher esse papel hoje, que é o da formação e da qualificação de recursos humanos.

Outro ponto que gostaria de conversar, de salientar e, eventualmente, até ouvir com mais precisão as opiniões do

Dr. Luciano Coutinho e do Dr. Jorge, é sobre a questão das formações das associações de capitais, das **joint-ventures**.

O professor Coutinho, aparentemente, deixou clara a sua posição a esse respeito, mas gostaria de mencionar uma parte da sua apresentação, na qual ele diz que o processo é fundamental, que a tecnologia de processo é fundamental, dando-nos uma demonstração de como os japoneses, a indústria japonesa encara essa questão do processo, ou essas técnicas modernas de **just in time**. Há poucos dias conversei com alguns gerentes de produção japoneses e eles me disseram que hoje, no Japão, tecnologia de processo é mais importante do que tecnologia de produto. Disseram eles que um gerente de fábrica, japonês, tem medo de perder o emprego por logística e não por tecnologia de produto, porque essas teorias e esses processos de **just in time** fazem com que as empresas de transformação tenham, praticamente, nenhum estoque, zero estoque, dependem de logística adequada, nível de precisão que, para nós, é até incompreensível, que faz com que os caminhões dos fornecedores cheguem de manhã, na indústria, para que ela possa, durante o dia, processar, montar etc. Isso é verdadeiramente fantástico do ponto de vista de tecnologia de processo. Pergundo ao professor Luciano Coutinho como poderemos, com as nossas deficiências, com as nossas dificuldades, com o atraso a que está submetida a nossa indústria, vencer essas barreiras sem, pelo menos, termos a possibilidade de associar a nossa indústria às indústrias estrangeiras, através de **joint-ventures**, para que pelo menos possamos receber tecnologia de sistema, tecnologia de produção.

E, por último, eu gostaria de fazer uma observação a respeito de um comentário do Dr. Jorge, que me chamou a atenção. Ele nos disse que nas empresas, especialmente no grupo dele, as relações de trabalho atingiram um ponto fundamental, porque ele considera a questão da relação de trabalho como item fundamental no processo competitivo a que ele está submetido. Então, vejam só, podemos até fazer uma analogia e estender esse raciocínio para outros pontos, e concluir que a questão da modernidade, mais do que atingir o segmento industrial, na verdade ela vai, na medida em que seja atingida por um determinado país, permear todas as relações pessoais da sociedade, inclusive as relações capital-trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Concedo a palavra ao Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Serei breve. Na verdade, na resposta anterior fiz várias observações que estavam acumuladas aqui.

Creio que não preciso concordar mais com a ênfase na questão da educação. Sinto que esta é uma realidade ainda pouco entendida e apenas começa a ser percebida mais amplamente pelo setor empresarial, mas acho alvissareiro que várias lideranças empresariais comecem a perceber a importância disso. É essa preocupação com a educação tem partido especialmente dos empresários que tem uma visão mais moderna e que tem, inclusive, capacidade competitiva; conseguem exportar e tem uma percepção do que está acontecendo no resto do mundo.

Tecnologia de processo é algo extremamente importante e S. S^a levantou um ponto extremamente importante: para fazer essa tecnologia de processo do tipo japonês, do tipo **just in time**, é preciso um elevadíssimo grau de cooperação interempresarial. É preciso estruturar relações de contratos de fornecimento duradouros entre fornecedor e produtor; é

preciso haver uma relação de confiança mútua muito grande, porque aquele fornecedor, como se estava dizendo, que coloca o caminhão na porta da empresa que vai montar, às 5 horas da manhã, na hora em que a empresa abre, ele não pode, jamais, por uma questão de pendência de preço, retirar o caminhão da porta do parceiro na semana seguinte. Então, uma das razões que constatamos no estudo, por exemplo, da indústria automobilística brasileira, das montadoras estrangeiras no Brasil e das autopeças é que a relação de conflito é muito aguda entre o sistema de autopeças e entre o sistema montador. Essa é uma coisa difícil. Fazemos aqui uma proposta que busque introduzir uma associação entre montadora e autopeça, via participação acionária, para diluir esse conflito, inclusive até admitindo uma **joint-ventures**, com alguma empresa estrangeira. Eu, pessoalmente, nada tenho contra a **joint-ventures**. Na verdade, numa visão madura, a **joint-ventures** é uma forma. Conheço vários empresários brasileiros que fizeram **joint-ventures** e tiveram uma experiência muito má-sucedida; a **joint-ventures** não dá certo sempre, é um casamento que pode dar errado. Ela é um caminho, existe o licenciamento. Na verdade, os acordos de cooperação, dos diversos tipos, sem participação acionária, são mais frequentes que a **joint-ventures**. Dentro daquela estatística feita pela Universidade de Marssentawn, na Holanda, aparece que 60% dos acordos de cooperação são sem participação acionária. Então, não é necessário que haja a associação pelo lado acionário para existir a cooperação tecnológica, ela pode existir sem isso. A **joint-ventures** também não é uma panacéia que resolve. Eu apenas estava colocando uma condição importante que não podemos esquecer, que é a importância de que numa economia que não tem tradição de pesquisa, que não tem tradição tecnológica acumulada — e o processo tecnológico é um processo cumulativo, que exige a formação de engenharia, de quadros —, numa economia onde as empresas não tem essa tradição, o risco da **joint-ventures**, tecnológica, pura é de que o sócio nacional se encoste, vamos dizer assim, no fornecedor estrangeiro e fique numa posição acomodadíssima; Essa é minha única preocupação. Acho que a **joint-ventures** é importante, deve ter um papel relevante, não sou contrário, em princípio, apenas coloco como condicionante da **joint-ventures** que a empresa nacional tenha capacitação, pratique AP D, não seja dependente daquele único fornecedor, tenha condição, se quiser, de variar, gerar e absorver tecnologia.

Diga-se de passagem, são essas as condições que estão inscritas na Constituição brasileira, que tive a satisfação de, quando era secretário-geral, ter participado dos debates que originaram a Constituição. Acho importante a possibilidade do sócio nacional poder absorver, gerar e, se necessário, variar de fonte de tecnologia. Isso mostra a sua maturidade. Creio que nenhum empresário nacional, que pratique, que sabe que engenharia reversa é fundamental para a sua própria capacitação, faz uma **joint-ventures** para ficar nas mãos do fornecedor. Todo empresário nacional sério — e tenho certeza do seguinte, se há uma **joint-ventures** entre uma empresa nacional de porte e que tem qualidade, que faz AP D, não me assusta a **joint-ventures**, apenas é que, em certos casos, fica apreensivo com a idéia de que a **joint-ventures** possa ser um atalho e que permita acelerar o processo tecnológico. Na verdade, ele só permite acelerar o processo tecnológico se a empresa nacional se envolver em tecnologia, se envolver em pesquisa de desenvolvimento. Essa é uma questão **sine qua non**. Eu queria tornar mais clara a minha opinião sobre esse

ponto, porque é um ponto controverso; é um ponto especificamente controverso no caso da indústria de informática. E considero importante que, em se adotando **joint-ventures** em informática, existam contrapartidas, exista um mínimo de seriedade nesse conceito, porque a pior coisa que poderia existir, até para aqueles que defendem a **joint-ventures**, seria o aparecimento de falsos **joint-ventures**, de um estrangeiro que, com 17%, controla o capital votante, o resto do capital é financiado, ele se encosta no fornecedor de tecnologia, não faz nenhum esforço. Esse seria o pior exemplo para **joint-ventures**. Felizmente, temos no País outros exemplos positivos de **joint-ventures** para contrabalançar. Mas, em todos os casos, pelo menos os que conheço, os exemplos positivos de **joint-ventures**, nesses, o sócio nacional é competente, faz desenvolvimento tecnológico e procura ter uma relação de maturidade, de igualdade, com o seu fornecedor. Essa é minha única preocupação. Creio que cobri as questões colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — É uma pergunta orientada para o Dr. Jorge Gerdau.

O SR. JORGE GERDAU — Não tenho mais nada a comentar em relação ao que já foi posto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Passo a palavra, agora, à Relatora, Deputada Irma Passoni.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Sr. Presidente, Srs. Expositores, Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de agradecer muito a todos os expositores. Realmente, sinto-me com uma carga, um desafio de um problema de grande magnitude e que considero uma das tarefas essenciais do Congresso Nacional.

Primeiro, acho que foi acertada a solicitação dessa CPI e também o fato de ser uma CPI mista do Congresso, quer dizer, do Senado e Câmara.

Pela exposição inicial já se vê como é ampla a questão e como é desafiadora a análise de todos esses aspectos aqui colocados.

Sinto que há uma necessidade, Sr. Presidente, de que essa pesquisa realizada pelo Dr. Luciano tenha outras oportunidades de análise em vários outros aspectos que eles também pesquisaram, e sinto que não conseguiram expor o relatório no seu todo. Então, acho que há necessidade de convocá-los outras vezes, convocar outras pessoas que estão envolvidas nesse diagnóstico, nessa análise, porque é de extrema utilidade para o nosso trabalho.

Alguns aspectos me preocupam. Ao fazer um diagnóstico do atraso, tenho a sensação — e tenho certeza de que não é essa a preocupação, e não foi essa também a intenção do Dr. Luciano, dos expositores — de que está tudo perdido, nós estamos numa situação de caos em que nada de válido foi feito nesses anos todos, quer dizer, não temos nenhum centro de pesquisas, não temos nenhum setor produtivo que, realmente, seja positivo etc. Por exemplo, um relatório de cuja avaliação participei, que aconteceu no Workshopping da Embrapa, onde tivemos representantes da engenharia de **software** dos Estados Unidos, Japão e Alemanha, foi feita a avaliação e validação dos resultados tecnológicos gerados pelo projeto da fábrica de **softer**, o intercâmbio de experiências entre esforços internacionais e similares no Brasil e análise de alternativas futuras de seu impacto para tecnologia de produção de **softer** nos anos de 90. Então, por exemplo, acho que seria ouvir também o setor da Embrapa, que faz essa pesquisa juntamente com o Banco do Brasil e CTI — Centro Tecno-

lógico de Informática, porque eles chegaram a um resultado onde foi referendado o estágio de desenvolvimento em nível internacional, e foi recomendada a continuação, porque essa fábrica de **softer**, ou o resultado da pesquisa, está em nível internacional, no estágio internacional. Então, não temos nada a perder valorizando esse desenvolvimento, aqui, no Brasil na fábrica de **softer** da Embrapa.

Assim como, por exemplo, o estágio do desenvolvimento, bem ou mal, que se chegou num estágio bom no sistema de Telebrás e que está sendo sucateado, destruído a curtíssimo prazo. Acho que temos emergencialmente que visitar o centro, chamá-los aqui para uma discussão, assim como o setor da Embraer, assim como o Centro de Pesquisa, se não me engano, da Petrobrás. Quer dizer, também analisarmos aqui esses setores que estão num setor avançado etc. e que tenho certeza de que o relatório também deve ter feito uma análise, mas que não deu tempo talvez da exposição do lado positivo do estágio em vários setores do desenvolvimento aqui, no Brasil; senão colocamos tudo fora, e acho que isso é muito ruim.

A outra questão que eu levantaria, Sr. Presidente, é das consequências sociais desse desmonte ou desse atraso tecnológico. Se hoje temos um milhão e cem trabalhadores desempregados só em São Paulo, qual a consequência desse atraso tecnológico em relação ao trabalhador, em relação ao desenvolvimento dos bens sociais, de salário, de consumo, de sobrevivência na área de habitação? Como deixamos o ser humano brasileiro, em que estágio de vida humana ele está? Quando vamos comprometer definitivamente a cabeça, o desenvolvimento intelectual físico da pessoa humana, do ser humano trabalhador, do ser humano brasileiro, mesmo dos grandes engenheiros, etc., que agora estão sendo sucateados e destruídos na sua capacidade, no seu preparo e que agora foi jogada fora essa mão-de-obra. Então, essa análise também das consequências sociais, do estágio de desenvolvimento feito até agora.

Parece-me muito boa a indicação na primeira audiência pública, na primeira análise que fazemos, de que não só façamos um estudo do diagnóstico de constatação mas que, na verdade, esta nossa CPI indique rapidamente alguns projetos, algumas saídas, como o próprio Dr. Luciano e outros expositores falaram, a fim de que apresentemos propostas de saídas dessa situação, e que me parece já há várias delas, por exemplo, a todo o sistema educacional, para toda a questão financeira, toda a reordenação industrial, toda a questão das relações de trabalho. Acho que isso são desafios que desde agora já são colocados e que precisaríamos, a curtíssimo prazo, dar algumas perspectivas. Então, que a comissão não só faça um relatório, mas apresente propostas e projetos de lei.

Acho muito importante esse debate se dar nesse momento em que estão em análise no Congresso questões fundamentais, que fazem parte de um bojo de propostas que o Governo mandou para cá. Por exemplo, a questão da Lei de Informática, que estamos agora em análise na Câmara, a Lei do Planin que já veio para o Senado; a Lei de **Softer**, que chegou na sexta-feira também; a Lei de Propriedade Industrial. São também projetos que têm a ver com tudo isso. Como vamos equilibrar o diagnóstico feito aqui com decisões objetivas que vamos tomar em nível de legislação já corrente na Casa? Porque se o nosso diagnóstico chegar numa direção, e as nossas deliberações estiverem num outro sentido ou não, parece-me que nós aqui precisaremos nos integrar. Como se disse, é preciso haver uma integração entre a indústria e a universidade. Como vamos ter uma integração entre o diagnóstico

e as decisões que vamos tomar em plenário, que são leis que têm suas consequências imediatas no desenvolvimento industrial brasileiro, ou não?

São algumas considerações. Eu até pediria uma opinião do Dr. Luciano. Por exemplo, agora, quais seriam os grandes tripés, ou pelo menos o tripé fundamental para que a CPI tenha um resultado eficiente?

A partir dessa primeira colocação, no seu modo de ver, quais os pontos nevrálgicos que precisariam ser analisados como continuidade?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Com a palavra o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Se, certamente, ficou a impressão aqui de que a indústria brasileira não tem salvação, ou é alguma coisa que está condenada e fadada ao insucesso, isso não é verdadeiro.

Acho que o Ministro Reis Velloso colocou que não se deveria deduzir do estudo do diagnóstico que mostra a grande precariedade, um terrorismo tecnológico. Eu concordo com ele.

É uma advertência. Há tempo de salvar a indústria e reverter várias dessas tendências, mas é preciso apontar para uma série de reformas de maior profundidade.

Sem dúvida, nobre Deputada, existem vários exemplos de sucesso tecnológico no Brasil. Existe, por exemplo, a política da Telebrás, que resultou no projeto Trópico e na capacitação de várias empresas nacionais. Sem dúvida alguma, é um exemplo de sucesso.

A Embraer é um outro exemplo de sucesso. (Falha na gravação)... a Embrapa, porque foi um projeto iniciado e que contou com o meu empenho pessoal, enquanto era secretário. De sorte que, sinto-me envaidecido e, ao mesmo tempo, não queria citá-lo para não parecer algo pessoal. Mas, certamente, é alguma coisa extremamente importante.

O desenvolvimento do setor de **softer**, apesar de todas as dificuldades e da falta de uma proteção legal, apesar de tudo isso, a indústria de **softer** hoje fatura 180 milhões de dólares, o que ainda é pouco comparadamente ao mercado potencial brasileiro.

Mas, enfim, existem vários sucessos. Mesmo no caso industrial, citei aqui o caso de papel e celulose. A indústria de papel e celulose, dentre todas as indústrias estudadas, foi a que investiu pesadamente, conseguiu uma vantagem comparativa em cima da floresta, fez biotecnologia para conseguir cortar a floresta em apenas sete anos, ela usa equipamentos padronizados para o processo industrial.

Onde é que a nossa indústria de papel e celulose está perdendo terreno? É na capacidade de se aproximar do cliente, de fazer papéis especiais, de chegar ao usuário. Aí ela precisa fazer o quê? Fazer automação digitalizada das partes finais do processo. Essa é a conclusão bem específica do relatório.

Acho que existirão propostas aqui que serviriam para que o Congresso as envie, se as considerar pertinentes, à consideração de uma política industrial mais geral.

Sinto que existem algumas iniciativas de lei que, talvez, devessem ser pensadas com seriedade a partir do trabalho dessa comissão. Vejo, por exemplo, uma lei séria de pesquisa e desenvolvimento no setor privado, especialmente para os setores intensivos em P e D, entre os quais a informática é o mais ou um dos mais intensivos, a biotecnologia e outros.

Isso seria uma forma de fazer política para os setores novos através de uma forte política de incentivo a P e D. Diga-se de passagem, há um projeto reconstituindo isso, embora insuficiente. Essa é uma lei que deveria ser pensada com seriedade como resultado.

Creio que, ainda que precariamente, deva ser feita uma revisão da legislação tributária específica sobre fluxos de aquisição, transferência de tecnologia possa ser estudada, muito embora porque não nos incumbiria, a partir desta comissão, propor uma reforma tributária. Esse assunto seria objeto de uma outra comissão. Temos que ter objetividade no nosso trabalho.

Creio que o Sr. Deputado Ariosto, levantando a importância da ciência e da tecnologia, até na qualidade de quem durante 4 anos foi Secretário-Geral do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia, de que a partir do capítulo Ciência e Tecnologia, da Constituição brasileira, se avance no sentido de estabelecer uma lei de ciência e tecnologia.

O sistema brasileiro de ciência e tecnologia não está definido institucionalmente em vários dos sentidos. Há um pouco de indefinição institucional quanto às várias competências no campo normativo, no campo operacional e no campo estratégico, onde fica o Executivo, onde fica o Legislativo.

Sinto, Srª Deputada, que há avanços que se podem realizar no campo da automação industrial e relações de trabalho. Creio que a maturidade brasileira levaria a reexaminar aquilo que havia sido vetado pelo Presidente Figueiredo no projeto original da Lei de Informática aprovado pelo Congresso Nacional que era a possibilidade de que os trabalhadores, de que o sindicato discutissem a nível de empresa. Era no caso a comissão de fábrica. O Dr. Gerdau sugeriu aqui o sindicato por empresa. Os países desenvolvidos todos têm evoluído ou na combinação de centrais e sindicatos setoriais com sindicatos por empresas.

Esse é certamente outro campo, no que tange à automação, ainda que modestamente, poderia originar um projeto. Enfim, sinto que há projetos de lei que poderiam emanar de um trabalho desta comissão. Certamente o Brasil, mesmo com todas as dificuldades dos anos 80, não ficou paralisado inteiramente neste campo e esses exemplos de sucessos precisam ser estudados até para identificar porque que apesar de todos esses exemplos, apesar dos juros elevadíssimos, apesar de todas as dificuldades, apesar das fragilidades brasileiras conseguiram sucesso. O que é que explica esses casos de sucesso? Vejo que em vários deles existem uma ação persistente ao longo do tempo. Existe uma capacitação de base, ninguém consegue explicar a Embraer sem entender o CTA e o ITA, com mais de 30 anos de política persistente de capacitação tecnológica. Acho que existem lições deste casos exitosos. Certamente, não gostaria de deixar a impressão de que o resultado só encontrou pontos negativos e que não há nenhuma proposição de interesse legislativo específico dada as atribuições desta comissão.

Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Há algum relatório parcial das consequências sociais deste estágio?

O SR. LUCIANO COUTINHO — Existem dois pontos importantes.

O ponto de educação e relação de trabalho. O relativo atraso na introdução de várias dessas inovações tem levado dos dois lados, tanto do lado empresarial — aqui para fazer justiça, não é só a empresa que está atrasada na percepção

dos problemas. Nós olhamos todas as pautas de reivindicação sindical e não encontramos no sindicalismo brasileiro nenhuma reivindicação moderna. O sindicato também não está percebendo a importância de exigir não apenas isso se explica pela compressão dos salários reais nos últimos anos; retirando o ano de 85 e 86 onde o salário real subiram. Os salários reais só têm caído com a força do processo inflacionário brasileiro. As pautas sindicais têm ficado muito marcada pela desesperada tentativa de recuperar salários. Elas estão atrasadas do ponto de vista dessas inovações sociais. Evidentemente, nobre Deputada, que uma maciça crise industrial com desemprego em grande escala é um fator de atraso tecnológico de grande preço. Citei aqui a demissão de 15 mil empregados numa indústria de informática, cerca de 6 mil engenheiros. Quero dizer que a Unicamp está iniciando um estudo de emergência para avaliar o impacto deletério já ocorrido na informática em função das medidas e dos impactos da recessão nos últimos 12 meses. Nós gostaríamos de avaliar isso concretamente. O que é que já aconteceu com as empresas?

Evidentemente, toda vez que se desmantelam um time de engenharia, departamentos de engenharia, empresas de consultoria perecem, engenheiros viram donos, proprietários de bar ou negócios informais para que possam sobreviver. Mesmo um grande contingente de operários é jogado no desemprego, esses operários regridem sob várias formas. É um atraso muitas vezes irreparável, muitas vezes têm de ser reiniciado do zero, porque não é possível remontar equipes a partir do momento em que elas haviam alcançado aquela capacitação.

Vejo consequências sociais muito negativas de um processo de crise econômica amplo, mas eles escapariam precisamente, talvez, estariam muito mais ao âmbito da política econômica mais geral do País que tem levado a um agravamento do processo recessivo do que no âmbito específico de preocupação dessas comissões, que é a situação tecnológica da indústria brasileira e a proposição de formas de articular um sistema de inovação para o País.

A idéia de um sistema de inovação, tal como ele é entendido, é um sistema em que as partes interagem, em que a empresa privada tem um papel fundamental, em que as universidades e institutos interagem de maneira articulada, em rede de cooperação. Essa é a idéia de um sistema. É preciso não só olhar a qualidade das partes, mas promover a interação entre as partes.

Imagino que certamente esta comissão terá oportunidade, ao longo da coleta de depoimentos em várias dessas áreas, de avançar no sentido de propor, talvez eu até preferiria que as propostas fossem modestas, realistas, antes de se pensar em grandes saltos, mas que pelo menos significasse uma contribuição positiva do Congresso no sentido de romper essa estagnação, essa situação de crise brasileira.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Não sei se agora é o momento, mas eu gostaria de ver como daremos continuidade a uma próxima reunião. É só essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Não entendi corretamente, não sei se compreendi corretamente. A Srª Relatora, em determinado instante, falou que viriam audiências posteriores com esse mesmo setor?

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Num roteiro em que houve uma investigação mais profunda, porque eles fizeram uma investigação em várias áreas, depois detalhada, como, por exemplo, no setor de indústria de base, no setor

tecnológico de informática, etc. Então, talvez tenhamos que, a partir dessa exposição, aprofundar, em outras reuniões, aspectos aqui colocados.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Bem, mas essa é uma consideração para posterior decisão.

Gostaria, com a licença dos companheiros, de fazer uma pequena intervenção, que vai mais à conta da futurologia.

Acabo de assistir e isso reflete mais curiosidade a um exposição extraordinária, de muito conteúdo. Não sei sequer se aquilo que foi transcrito já existe como relatório, não sei se a relatoria pediu o relatório.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) - Pedimos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Mas em determinado instante, eu ouvi falar da interação, sobretudo no controle da indústria manufatureira hoje, que avança de uma forma a tornar cada vez mais próximos os vários setores de dentro da indústria. Hoje já não há diferença departamental, já não há diferença entre os setores da indústria. Eles acomodam-se de tal maneira que o próprio controle é feito de forma centralizada, com sucessão de computador, uma bateria em série que centraliza esse processo. E isso começa a sair da empresa; começa a sair através por uma ponta, através do processo de **marketing**; começa a sair pela outra ponta, através do processo de estoque, tendo em vista o efeito que isso produz no próprio custo do processo.

O que eu queria saber é, numa pequena especulação sua, até onde vai esse processo, até onde ele caminha, porque, a rigor, o que está havendo é que a amplitude, a elasticidade desse processo vai fazendo com que aquilo que acontece dentro de determinada empresa cada vez mais abrange uma área maior. Até onde isso vai? Que limites isso vai estabelecer? Será que estamos perseguindo objetivos já atingidos por outros mecanismos, através desse processo? A pergunta tem pouco de científico, tem pouco de tecnologia, mas tem algum sentido de natureza especulativa.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Senador, V. Exª faz uma pergunta que é extremamente difícil. Acho que eu teria que recrutar os mestres, talvez o mais brilhante pensador do século XX, economista e, mais do que economista, um grande pensador, pouco valorizado, porque os economistas ficaram viciados em Keynes, em Marx, e esqueceram um dos mais brilhantes pensadores do século XX que foi Joseph Schumpeter. Na verdade, ele buscou explicar, mais profundamente, o processo de inovação econômica, inovação social e organizacional nos sistemas sociais.

Não há nada que indique que esse processo tenha um fim ou que venha a ser abortado por qualquer determinação imediata, ou seja, aquele processo de rápida difusão das tecnologias de informação e de aplicação da microeletrônica — diga-se de passagem que a microeletrônica não é apenas uma parte específica do complexo, mas ela tem ampla aplicação em vários setores: na indústria automobilística, enfim, em vários produtos que podem vir a receber a sua aplicação. Não há nada que indique que esse processo chegue a um limite físico; de vez em quando alguns analistas prognosticam que será impossível empacotar mais capacidade de processamento num mesmo **chip**, que o **chip** chegará a um limite físico de capacidade de processamento.

Mas, a cada momento, reduz a capacidade de fazer a fotografação com uma fração de micra. Há quatro anos, quando negociamos o processo para fábrica de máscaras litográficas

do CTI, o padrão mundial era 1,5 micra. Hoje, fala-se, nas áreas mais avançadas de microeletrônica, na possibilidade de se trabalhar com 0,4 micra, ou seja, reduzir a uma fração de micra a margem de tolerância para fazer os circuitos gravados.

Existe, por exemplo, a tentativa de fazer um **chip** tridimensional. O que elevaria ao cubo a capacidade de processamento. Quer dizer, existem várias inovações muito fortes sendo produzidas.

Pessoalmente, não acredito que a força desse processo — e ele pode até arrefecer um pouco — de revolução tecnológica, das tecnologias de informação e das tecnologias de microeletrônica venha a se esgotar nos próximos vinte anos. Não há nada que indique isso; ao contrário, a impressão que se tem é de que esse processo continue.

Certamente, essas revoluções tecnológicas profundas vão moldar uma nova sociedade. Possivelmente, em meados do século XXI, a sociedade desenvolvida será muito diferente da sociedade de hoje. Se olharmos, numa retrospectiva histórica, o fim do século XIX, observaremos que a sociedade era predominantemente agrária, rural, a força do trabalho industrial ainda era minoria. Agora, no século XX, nos Estados Unidos, a força do trabalho na agricultura é menor do que a força de trabalho empregada no setor de ciência e tecnologia. O setor de ciência e tecnologia já emprega mais gente do que toda a agricultura americana, que é a maior do mundo. É o maior sistema científico-tecnológico do mundo. É a agricultura mais produtiva do mundo.

Mas, enfim, existem vários exercícios de futurologia, um deles acredita que o operário industrial clássico, o operário mecânico vai desaparecer. Dentro de mais algumas décadas o perfil de operário será radicalmente diferente. Isso tem implicações profundas, inclusive para aqueles que pensam os sistemas sociais. Até para pensar, por exemplo, o socialismo: como será a classe operária do século XXI? Será uma classe operária muitíssimo educada com um nível de qualificação muito mais alto? O grau de socialização da produção avançará a tal ponto, que será compatível com um tipo de distribuição, com regime de propriedade? São perguntas que estão no ar, aparentemente, não respondidas.

Acho até que a elevação do nível médio de qualificação da classe trabalhadora do futuro recolocará várias das questões como, por exemplo, sobre o socialismo, de uma maneira muito diferente da que encaramos hoje, principalmente a questão da democracia e a questão do Estado.

Existem prognósticos da Organização Internacional do Trabalho, por exemplo, imaginando como será a força do trabalho industrial nos países desenvolvidos daqui a 25 anos. Essa projeção me deixou chocado, tal a mudança radical; os operários, mecânicos tradicionais caem de uma proporção de 40 para 10%, os operários altamente qualificados, de nível superior, como engenheiros e técnicos, sobem para uma proporção majoritária da força de trabalho. Enfim, existem modificações muito profundas.

Acredito que essas modificações virão, e virão até a partir do sistema capitalista, virão até do fato de que o sistema capitalista é uma máquina infernal de fazer inovação. Essa é uma contribuição. Pode ser que, no limite, ela leve até — como o próprio Schumpeter disse — a uma superação. Mas acho que são especulações difíceis de se fazer.

O que sinto é que o Brasil, depois de ter acumulado por cinco décadas um esforço de industrialização muito duro,

não pode permanecer mais tempo mergulhado, patinando numa crise que trava o seu desenvolvimento, trava o desenvolvimento de suas forças produtivas, agrava a crise social e o divórcio dessas tendências.

Nesses dez anos — esse é o aspecto dramático — ter uma crise ao longo dos anos 50 era menos dramático do que uma crise ao longo dessa fase de transformação.

Mas confesso, que sou incapaz de responder a sua pergunta. Apenas manifesto a minha convicção de que esse processo tende a se aprofundar. Seria muito cedo para prognosticar qual a configuração da indústria no futuro, como é que ela vai se estruturar no sentido de quais serão os pesos relativos, como será a forma de articulação, até porque os sistemas de energia e de transporte continuam sendo sistemas do século XX, e não existe um novo paradigma energético e nem um novo paradigma de transporte que possa dizer que a sociedade do século XXI será tão diferente da do século XX.

Existe um novo paradigma tecnológico na área de informação, na área de processamento da informação e na área da automação industrial, que é muito forte e que vai se aprofundar.

Acredito que um novo paradigma energético venha a emergir necessariamente porque o petróleo, porque as fontes fósseis de petróleo são finitas e, em algum momento, alguma inovação tecnológica radical possivelmente venha modificar a base completa das tecnologias de energia. Mas, no momento, é impossível prognosticar qual será essa mudança, e fica difícil imaginar hoje como virá a ser o século XXI.

Apenas tenho a convicção de que o século XXI será muito diferente do século XX, e espero que o Brasil não entre nele com um retardo irrecuperável, depois de ter feito um esforço tão grande de industrialização.

Mas, dentro do que posso falar, a sua curiosidade, a sua pergunta, escapa a minha capacidade.

O SR. JORGE GERDAU — V. S^a me permite?

O SR. LUCIANO COUTINHO — Com prazer.

O SR. JORGE GERDAU — Sobre essa questão, acho que a maior preocupação que tenho é o problema do Brasil real, problema que sofremos dentro da vivência empresarial.

Tenho que conduzir uma empresa dentro do cenário competitivo internacional. Uma das empresas que temos está a 70km de Maceió. Quer dizer, ali naquela região só há cortador de cana. Apesar disso, conseguimos educar e treinar o operário, mas é um processo terrível!

Na realidade, a grande pergunta é: como conseguir uma modernização? Temos que montar uma legislação moderna para competir internacionalmente; mas temos o Brasil real, que é completamente diferente.

De sorte que, temos um conflito que, no meu entender, já era grave há vinte anos, e eu me preocupo enormemente com isso porque a solução global parece ser praticamente impossível. Como legislar, como será a legislação trabalhista para uma relação moderna e como será nesse campo do outro Brasil atrasado, ao qual não conseguimos dar nem as mínimas condições de saúde e educação?

Quer dizer, o conflito, se já existia, no meu entender, vai se agravar, porque temos que sofisticar mais um lado e, de outro, não atendemos nem o mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Bem, o terreno que pretendia perseguir não era bem esse, eram as consequências na própria economia, na própria visão econômica. Mas, acho que a sua exposição foi bem mais rica do que

isso, até porque a mim me parecia que essa expansão, esse alargamento, vai ser com que cada vez mais o processo de planejamento seja amplo.

No limite do processo de planejamento amplo está a centralização do planejamento. Foi esse aspecto que terminou sendo o centro da especulação.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Existem duas tendências interessantes desse paradigma novo, tecnológico: é um grande grau de cooperação e, ao mesmo tempo, um grande grau de planejamento descentralizado. Ou seja, o planejamento não é só do Estado, mas é também da empresa.

Aquilo que o Dr. Gerdau colocou aqui, isto é, que as empresas fazem cenários e fazem planejamentos. Inclusive um planejamento qualitativo hoje predomina sobre o planejamento quantitativo. O planejamento quantitativo é reavaliado a todo momento em função de conjunturas.

Sem dúvida nenhuma, os sistemas mais exitosos são aqueles que nós poderíamos qualificar de sistemas de capitalismo organizado. O padrão tecnológico mais exitoso é o padrão japonês. Discordamos dele ou não — acho que ele não se aplica, não é transferível para o Brasil —, mas ele e o padrão alemão são padrões, por natureza histórica, de capitalismo organizado, em que o Estado teve um papel qualitativo muito forte na estruturação do processo de industrialização, e hoje esse papel estruturante foi sendo compartilhado e foi mudando qualitativamente.

Fiquei muito impressionado quando visitei o Japão — e também quando visitei o MIT, que é o Ministério de Indústria e Comércio Exterior —, o comércio internacional do Japão, e perguntei como eles estavam fazendo o planejamento industrial, que anteriormente tinha sido muito ditado de cima para baixo, e o MIT disse o seguinte: “Olha, fizemos muito planejamento dirigido nos anos 50, 60 e 70. Agora estamos fazendo visões do futuro. O que são visões do futuro? Colocamos aqui alguns grandes cérebros da universidade, da empresa privada e do governo e tentamos ver o que vai acontecer neste complexo industrial em vários campos. E tentamos a partir daí definir alguma política de antecipação”. Há um componente autoritário nesse processo? Há, porque na verdade é uma decisão feita por uma elite intelectual altamente qualificada. Mas ao mesmo tempo existem mecanismos democráticos de discutir esses processos.

Então, sinto o seguinte: de fato é preciso que haja uma regulação, mas essa regulação de Estado, hoje, dada a complexidade dos sistemas, ela precisa ser feita em cooperação com a empresa. Por exemplo: no caso da política industrial brasileira, que foi ditada, no período Geisel, quase que sem consulta ao empresário, foi ditada de cima para baixo. Ela fez muitas coisas importantes, mas fez muitos erros graves também.

Será que poderíamos repetir uma experiência de planejamento hoje só ditada, como foi no regime passado? Acho que não, acho que uma experiência democrática exigiria que o Estado de fato exercesse um papel de condutor de planejamento, mas ela precisa ser uma experiência compartilhada. E acho que essa experiência compartilhada tem que descer ao nível também do sindicato, dadas as características desse processo. Vejo com preocupação também o fato de o sindicato ainda não ter amadurecido o suficiente para poder participar — e acho que nesse sentido foi muito negativo que, por exemplo, o sindicato tivesse ficado alijado das decisões sobre automação industrial durante esses últimos dez anos. Foi de fato muito negativo aquele veto apostado em 1984 àquele item da,

lei de informática. Não seria nenhuma tragédia para a indústria discutir a automação com os seus empregados. Poderia até ser uma oportunidade de envolvimento. O empresário moderno saberia lidar com isso.

Hoje, qualquer empresa moderna sabe lidar com isso, até faz isso, porque verificamos em nosso estudo o seguinte: é impossível fazer automação industrial em vários setores sem antes preparar a força de trabalho. Há um exemplo interessante:

A Toyota pegou uma fábrica do mais alto nível e colocou nos Estados Unidos. Ela não consegue obter a produtividade que ela obtém no Japão com a fábrica mais atrasada do que aquela que está nos Estados Unidos. Por quê? Porque a força de trabalho não responde. Não tem a cultura, não tem o envolvimento necessário. Todos os estudos que mostramos dos especialistas disseram o seguinte: é mais importante, até diante da crise que o Brasil está vivendo, que se empresas não estão investindo pesadamente em automação porque não têm horizonte, pelo menos as empresas deveriam estar fazendo as modificações. Deveriam estar tentando introduzir o **just in time**, deveriam estar tentando fazer as inovações organizacionais e de processo. Porque essas inovações precedem. Primeiro, elas são baratas, elas não têm alto custo. Elas podem ter um retorno de produtividade alto. Segundo, elas preparam necessariamente a introdução da automação mais avançada. Mas dificilmente o empresário pode fazer essas inovações organizacionais sem estabelecer um sistema de participação e de diálogo com a força de trabalho.

Então, nesse sentido, acho que existe muito campo pela frente. Desculpe eu sair de novo do trilho, mas a sua observação sobre planejamento provocou-me.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — A minha observação sobre planejamento não foi feita no sentido de defendê-la, foi feita no sentido de considerar o determinismo do processo. É muito possível que o processo só se realmente na medida em que se estabeleça mecanismo democrático de participação. Por isso, ele, de qualquer maneira, aponta nessa direção.

Agradeço, em nome de toda a comissão, o privilégio de ouvirmos essa significativa exposição feita pelo Dr. Luciano Coutinho, acompanhada dos comentários expendidos pelo Dr. Jorge e Gerdau, pelo Dr. Wilson Suzigan, que muito nos honraram com as suas presenças; e do Dr. João Paulo dos Reis Velloso, que se retirou, antecipadamente. Alguma coisa deve ter acontecido com o Secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Dr. Severo Gomes, que deveria estar aqui também presente.

Faço uma proposição à comissão para que não retenhamos aqui os depoentes e que voltemos para discutir as próximas etapas, reunindo-nos, amanhã, às 10h.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — Sr. Presidente, eu e o Deputado Marcelo Barbieri fomos duplamente penalizados em razão exatamente da coincidência da reunião da comissão com a reunião da Bancada do PMDB, porque temos questões específicas do partido para defender. Fomos representados, e muito bem representados, pelo Deputado Nelson Proença. O pouco que me foi dado ouvir, fez-me lamentar

duplamente essa coincidência, até porque como representante de Alagoas, natural do município aludido pelo Dr. Jorge Gerdau, sou um adepto de que esta Casa realmente deve fazer o possível e o impossível para impedir que o estilo alagoano se torne um entrave à modernidade, como poderá ocorrer se esta Casa não estiver atenta às questões que virão dali.

Para impedir esse tipo de coincidência, amanhã, teremos reunião da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, onde sou relator, e o primeiro projeto é mais um espasmo da modernidade, que é a questão dos salários, bem como a questão dos servidores.

Pediria a V. EX^a que atentasse, quer dizer, para não nos encontrarmos aqui na mesma hora da reunião. Se pudéssemos antecipar uma saudável chegada aqui às 9 horas, resolveria o nosso problema.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Estou inteiramente de acordo. Se toda a comissão estiver de acordo, marcaremos para as 9 horas, quando a relatora trará as sugestões.

Então, tenho a impressão de que será uma reunião curta, de tal maneira que às 10 horas liberaremos aqueles que têm reuniões nas respectivas comissões.

Está correto? Estão de acordo com esta proposta?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, o Senado Federal convocou uma sessão para às 10 horas, ocasião em que estará se reunindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

O SR. MARCELO BARBIERI — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. MARCELO BARBIERI — Sr. Presidente, só queria cumprimentar o que disse o nosso colega, companheiro José Thomaz Nonô, e pedir a V. Ex^a que encaminhasse o relatório do Dr. Luciano Coutinho e a todos os membros da comissão, particularmente àqueles que tiveram esses problemas e não puderam vivenciar o debate na sua totalidade.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Concedo a palavra ao Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Sr. Presidente, queria dar um pequeno esclarecimento. Todas as transparências que aqui estão, vou deixar para que sejam copiadas; eu não as mostrei quase a ninguém; apenas algumas delas. Mas gostaria de dizer o seguinte: este relatório foi entregue à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, cujo titular é o ex-Senador Severo Gomes, que não esteve presente. A intenção da secretaria é colocá-lo à disposição dos Srs. membros da comissão. São cerca de quarenta e oito relatórios e chegam a quase quatro mil e quinhentas páginas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Então, já podemos concluir que as cópias seriam feitas lá mesmo em São Paulo.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Mas existe uma síntese de quinhentas páginas, com espaço dois, que pode ser lida por capítulos separados e que estará à disposição desta Comissão. Além disso, existe uma riqueza muito grande de pormenores que, em cada um dos subsetores, creio que certamente nós, pessoalmente, não poderíamos... Mas os consultores e pessoas que participaram, tenho certeza, terão a máxima satisfação — os técnicos, os consultores — em prestar esclarecimentos se houver interesse da comissão com relação aos vários aspectos do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Portanto, faremos o seguinte: com relação às transferências, faremos cópia e forneceremos a todos. A transparência é uma síntese de toda a exposição aqui feita.

Com relação ao documento de quinhentas páginas, acho que não tem muito sentido adotarmos um relatório global. Mas o documento-síntese de quinhentas páginas, trataremos de pedir ao Dr. Severo Gomes, que, tendo em vista o trabalho da comissão, nos forneça o relatório para que ele possa ser recopiado e fornecido a cada um dos membros da comissão.

O SR. LUCIANO COUTINHO — Sr. Presidente, a transcrição da fita não é possível?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — É possível, mas, muito provavelmente, é uma coisa demorada.

O SR. EDUARDO SUPPLY — De três a quatro dias.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Só três a quatro dias. Então, feita a transcrição, o presidente também pode fornecer a transcrição.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, como outros Parlamentares por obrigação de estar no plenário, não pude estar aqui desde o começo. Mas desejo cumprimentar o excepcional nível do debate aqui havido, ao que me foi dado ouvir e pelos comentários também.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Isso exatamente se deve, primeiro, à excepcional qualidade do depoente; segundo, à excepcional qualidade dos Membros que fazem parte desta comissão.

Se todos estão de acordo, renovo o meu agradecimento a todos que aqui depuseram, e convoco uma reunião para amanhã, às 9 horas.

Está encerrada a reunião.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS